

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL**

**DO FALAR QUILOMBOLA À FALA FALQUEJADA:
UM ESTUDO DE VARIAÇÃO ESTILÍSTICA.**

EDUARDO FORTES SANTOS

Dissertação apresentada como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre em
Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Stahl Zilles

Porto Alegre, junho de 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM
LINGUAGEM NO CONTEXTO SOCIAL**

**DO FALAR QUILOMBOLA À FALA FALQUEJADA:
UM ESTUDO DE VARIAÇÃO ESTILÍSTICA.**

EDUARDO FORTES SANTOS

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Stahl Zilles

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Carlos Gomes dos Anjos (UFRGS)
Prof. Dr. Paulo Coimbra Guedes (UFRGS)
Prof. Dr. Luís I. C. Amaral (UFPEL)

Porto Alegre, junho de 2004.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento especial à professora Ana Zilles, pela luz durante o percurso e a oportunidade concedida, pelo risco assumido e a dedicação maternal.

A Roberto Potássio, pela sua resistência quilombola, por sua fala folquejada e total colaboração.

Aos meus pais, pelo exemplo de luta e pelo incentivo.

A minha esposa, pela paciência, compreensão, espera e presença constante.

A Ester Mambrini, pelo apoio técnico e moral, pela massa e o carinho.

Aos meus colegas, pelo compartilhamento de ótimos momentos.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, por me possibilitarem novas visões de mundo.

Por último, ao excludente sistema educacional brasileiro, pelo processo e

esforço histórico de manutenção do *status quo*, tornando a vivência deste momento uma rara exceção para um afro-descendente, o meu *não-agradecimento* afro-brasileiro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO DA LITERATURA	13
2.1 A Dimensão Rural-Urbana	14
2.2 O <i>Continuum</i> Dialetal Brasileiro	16
2.2.1 Comunidades Isoladas	17
2.2.2 Variedade Rural	22
2.2.3 Variedade “Rurbana”	29
2.2.4 Variedade Urbana (não-padrão)	30
2.2.5 Variedade Urbana Culta	33
2.3 A Origem da Divergência	34
2.4 O Uso da Linguagem	41
2.4.1 A Linguagem e seus Cenários	41
2.4.1.1 Cenários pessoais	41
2.4.1.2 Cenários não-pessoais	42
2.4.1.3 Cenários institucionais	42
2.4.1.4 Cenários prescritivos	42
2.4.1.5 Cenários ficcionais	42
2.4.1.6 Cenários mediados	43
2.4.1.7 Cenários privados	43
2.4.2 Cenário Básico da Linguagem	43
2.4.3 Base Comum	44
2.4.4 Integrantes da Conversação	45
2.4.5 Variação Estilística: <i>Attention to Speech</i>	46
2.4.6 Variação Estilística: <i>Audience Design</i>	52
2.4.7 Variação Estilística: <i>Speaker Design</i>	59
2.4.7.1 Limitações do <i>Speaker Design</i>	62
2.5 Identidade e Alteridade	64
2.5.1 Identidade e Diferença	65
2.5.2 Performatividade da Identidade e Diferença	67
2.6 A Identidade Quilombola	68

3 METODOLOGIA.....	72
3.1 Coleta de Dados.....	72
3.2 Caracterização da Comunidade.....	75
3.3 Caracterização do Informante.....	84
3.4 Procedimentos de Análise.....	86
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	89
4.1 A Fala Pública.....	89
4.2 A Fala Pública com Audiência Ratificada.....	98
4.2.1 Considerações sobre a Ratificação dos Quilombolas na Fala Pública.....	99
4.2.1.1 Concordância verbal.....	102
4.3 A Fala Privada.....	107
4.3.1 Desinência Número-Pessoal do Verbo.....	108
4.3.2 Concordância Nominal de Número.....	110
4.3.3 Concordância Nominal de Gênero.....	112
4.3.4 Determinantes e Referência Definida.....	114
4.3.5 Fenômenos Fonéticos.....	115
4.3.6 Aspectos Sintáticos.....	118
4.3.6.1 Verbos seriais.....	118
4.3.6.2 Idiossincrasias.....	119
4.4 A Fala Pública e Privada.....	120
4.4.1 Perífrase ir/poder/dever + estar + gerúndio.....	120
4.4.2 Futuro do Presente do indicativo.....	122
4.4.3 Pretérito do Subjuntivo.....	124
4.4.4 Colocação Pronominal.....	124
4.4.5 Imperativo.....	125
4.4.6 Processos de Formação de Palavras.....	126
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	138
ANEXOS	146

RESUMO

O objetivo deste trabalho é elucidar as atitudes lingüísticas de um líder de uma comunidade de remanescentes de quilombo, localizada no interior do estado do Rio Grande do Sul, nos domínios públicos e privados. A análise da fala de nosso informante está apoiada nas abordagens teóricas de *Attention to Speech*, *Audience Design* e *Speaker Design*. As gravações da fala pública e privada da fala de nosso informante foram realizadas em 2001 e 2003 em eventos sociais em sua própria comunidade. Nossas hipóteses centrais previam que nas situações de fala pública, nosso informante apresentaria níveis de concordância verbal similares aos encontrados na fala de informantes escolarizados. Previam também que nas situações de fala privada nosso informante apresentaria traços da variedade rural do português e características de crioulização prévia de seu dialeto. A análise dos resultados da fala do líder comunitário demonstra que sua variação estilística esta relacionada não só aos diferentes domínios, mas também aos seus interlocutores. Os resultados também sugerem que entre 2001 e 2003 nosso informante adquiriu traços da fala culta e do português padrão. Uma das motivações centrais para a realização deste trabalho foi a observação de que não existiam trabalhos sociolingüísticos a respeito de comunidades afro-descendentes na região sul do Brasil. Diante deste quadro, um dos objetivos deste trabalho é instigar a realização de outras pesquisas sociolingüísticas sobre esta importante parcela da população da região sul do Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to examine the linguistic attitude of a leader of an Afro-descendent community in the country areas of the state of Rio Grande do Sul, in public and private domains. The analysis of our informant linguistic data is supported by the theoretical approaches of Attention to Speech, Audience Design and Speaker Design. The recording of our informant public and private speech was made in 2001 and 2003 during social events taking place in his own community. Our main hypothesis speculated that in the public speech situation the levels of subject-verb agreement by our informant would converge to the levels found in the speech of well-educated speakers. We also expected that in private speech domains our informant would present in his speech features of the rural Brazilian dialect and features of previous creolization of his dialect. The result analysis of the community leader demonstrates that his stylistic variation does occur and it is related not only to distinct domains, but to his audience as well. The results also showed that from 2001 to 2003 our informant incorporated features of the standard variety of Portuguese to his dialect. One of our main motivations to write this dissertation was based on the empirical observation that there was no such sociolinguistic research dealing with afro-descendents communities in the south area of Brazil. Considering this scenario, one of the purposes of this dissertation is to instigate new dissertations and academic papers about this important part of the population of the south of Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Durante uma disciplina sobre variação lingüística¹⁰, tivemos contato com as atuais hipóteses sobre a divergência entre o português brasileiro (PB) e o português europeu, a saber, a Hipótese de Crioulização Prévia do PB e a hipótese da deriva. Tivemos acesso a vários trabalhos científicos que procuram sustentar ambas. Entre esses, encontramos inúmeros trabalhos realizados sobre comunidades rurais isoladas, afro-brasileiras.

Chamou-nos a atenção o fato de os estudos realizados até hoje, sobre comunidades de remanescentes de quilombos, terem se concentrado na região sudeste, norte, nordeste e centro-oeste do país. Ou seja, até onde temos conhecimento, foram desenvolvidos trabalhos e pesquisas no meio acadêmico sobre o falar de remanescentes de quilombos em todo o território nacional, exceto na região sul.

Surge daí nosso questionamento: o que teria levado os lingüistas do sul do Brasil a não tratarem um tema tão importante para a compreensão das origens do nosso idioma nacional e as suas características regionais? Teria o fato de o sul ter sido a última fronteira da

¹⁰ “Variação em Português”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Maria S. Zilles (PPG-Letras/UFRGS-2003).

colonização portuguesa, e a maioria da sua população ser descendente de europeus, feito com que se supusesse que não haveria comunidades negras na região?

Segundo dados do IBGE, a população branca do estado do RS ultrapassa o percentual de 85%. Embora a população gaúcha seja predominantemente branca e de origem européia, desde a sua fundação em 1737 ela contou com um significativo contingente de negros escravos. A pecuária, a base da economia gaúcha, absorvia mão de obra escrava, mas foi com o sucesso das charqueadas que a compra de escravos foi intensificada no estado.

Sabemos que a história dos descendentes de africanos ainda não foi devidamente contada e por isso, pouco se sabe sobre a sua real contribuição econômica e cultural para a construção deste e dos demais estados do sul do país. Embora pouco saibamos sobre o passado sócio-histórico dos afro-descendentes na região sul, houve um incremento visível da produção de trabalhos antropológicos e sociológicos sobre esta importante parcela da população nos últimos anos. Segundo a pesquisadora Helga Piccolo (1990), o sistema escravista gaúcho vivenciou todas as formas de resistência física ao seu regime, como fugas, suicídios, quilombos, revoltas, abortos, etc. As notícias sobre os primeiros quilombos no estado datam ainda da segunda metade do século XVIII.

Hoje a parcela da população que se declara negra no Rio Grande do Sul corresponde a menos de 6% de seus mais de 10 milhões de habitantes. Se compararmos os percentuais de negros gaúchos aos de negros baianos, que chegam a perfazer 85% da população daquele estado, podemos pensar que de fato o RS não é o lugar mais propício para encontrar-se comunidades de remanescentes de quilombo.

Contudo, o poder público, aliado ao movimento negro, tem feito um levantamento das comunidades quilombolas no estado do Rio Grande do Sul e a cada ano se tem descoberto novas comunidades de remanescentes de quilombos no estado. De acordo com o movimento nacional de remanescentes de quilombos, sabe-se da existência de mais de 40 comunidades quilombolas no estado, e calcula-se que esse número venha a ultrapassar a marca dos 100 à medida que o trabalho de levantamento destas comunidades avance. Sabemos que algumas destas comunidades encontram-se em quase completo isolamento social e demográfico, como a comunidade de Quilombo dos Cardoso, na região sul do estado. Outras encontram-se perto de grandes centros urbanos, como na região metropolitana de Porto Alegre, mas a grande maioria destes núcleos quilombolas está no interior do estado, em áreas rurais, interagindo diferentemente com comunidades não-quilombolas, apresentando diferentes níveis de isolamento geográfico, social e econômico.

Tivemos o privilégio de ter acesso ao laudo técnico realizado em 2002 pelo Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos¹¹ a partir de uma pesquisa coordenada por José Carlos Gomes dos Anjos, Dilmar Luis Lopes e Paulo Sérgio Silva, respectivamente antropólogo, sociólogo e historiador. Trata-se do *Relatório Histórico-Antropológico da Comunidade de São Miguel – Restinga Seca: parâmetros para o inquérito civil público*. Esta comunidade, mais conhecida como de São Miguel dos Pretos, encontra-se na região central do estado, a 250 km da capital. Com o levantamento etnográfico da comunidade quilombola em mãos, fitas magnéticas com a gravação da fala de vários informantes quilombolas, estava estabelecido o cenário perfeito para dar início a uma pesquisa sociolinguística que contemplasse uma importante parcela da população do estado,

¹¹ O referido Instituto integra o projeto “Remanescentes de Quilombo”, do Depto. da Cidadania – Secretaria de Estado do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

até então não prestigiada nos trabalhos sociolinguísticos acadêmicos realizados no sul do Brasil.

Para tanto, as propostas centrais deste trabalho científico são as seguintes: o estudo da variação estilística da fala de um líder quilombola nos domínios público e privado; a verificação de sua variação estilística relacionada aos seus interlocutores e aos domínios de fala em dois diferentes espaços temporais; a análise de sua convergência ao seu vernáculo nos domínios de fala privada e também ao ratificar seus companheiros quilombolas em domínios de fala pública. Através desta última análise nos propomos a identificar um possível posicionamento de sua comunidade em relação às variedades do *continuum* dialetal brasileiro.

Nossa proposta também é a de abrir uma trilha para que novos caminhos da pesquisa sociolinguística sobre comunidades afro-descendentes possam ser trilhados no sul do Brasil, ainda que tardiamente. Acreditamos que desta forma estaremos fazendo um pequeno resgate social de uma parcela da população gaúcha e brasileira que tanto contribuiu em vários setores da vida brasileira, inclusive para o seu legado linguístico. Acrescentamos ainda que este trabalho, assim como outros que venham a ser realizados nesta área, poderá trazer conhecimentos linguísticos importantes a respeito desta parcela da população do sul e elucidar dados sobre a evolução histórica do português nesta região, contribuindo para a discussão linguística nacional.

Estrutura do trabalho

O presente trabalho está dividido em cinco partes. Nesta primeira, apresentamos um panorama geral do trabalho. Na Revisão da Literatura (Cap. 2), apresentamos os trabalhos

mais relevantes na área de variação lingüística no Brasil nas últimas décadas relacionados ao *continuum* dialetal brasileiro na sua dimensão rural-urbano. Neste capítulo também apresentamos dados sobre a variação nas regras de concordância nominal e verbal ao longo do *continuum* dialetal, bem como a descrição das variedades do português brasileiro. Também descrevemos as principais abordagens teóricas que tentam dar conta do uso da linguagem e da variação estilística dos falantes nos domínios de fala pública e privada, além de discutir o processo de construção das várias faces identitárias do indivíduo na relação interpessoal no meio social.

Desta forma, a Revisão da Literatura propõe um diálogo com as seguintes hipóteses norteadoras do nosso trabalho:

- ✓ Nas situações de fala pública, os níveis de concordância verbal do informante deverão aproximar-se aos resultados obtidos com falantes da variedade culta do português.
- ✓ Mesmo em uma situação de fala pública, ao ratificar seus companheiros quilombolas, a fala de nosso informante realizará mudança estilística e apresentará traços vernaculares (processos fonológicos, níveis menores de concordância e léxico local ou idiossincrático) de sua comunidade.
- ✓ Considerando a origem social do informante, sua fala privada apresentará a) traços vernaculares próprios da variedade rural do português e b) características de crioulização prévia do seu dialeto.

- ✓ A comparação longitudinal de dados lingüísticos do informante apresentará traços de aquisição da variedade culta e da variedade padrão do português, dado o seu percurso social como líder da comunidade.

Na Metodologia, terceiro capítulo do nosso trabalho, apresentamos os procedimentos para a coleta de nossos dados e a construção de nossas amostras; também caracterizamos a comunidade de remanescentes de quilombo tendo como base dados do IBGE, fontes próprias e, principalmente, o *Relatório Histórico-Antropológico da Comunidade de São Miguel – Restinga Seca: parâmetros para o inquérito civil público*¹² (2002). Descrevemos ainda o nosso informante e os critérios para a sua escolha, bem como os procedimentos de análise dos dados.

No Capítulo 4, apresentamos a análise de nossos resultados divididos em quatro seções ordenadas por um grande eixo de divisão da fala do informante em domínios públicos e privados, a fim de verificarmos o favorecimento ou não de nossas hipóteses, sustentadas pelo aporte teórico disposto no Capítulo 2. Utilizamos tabelas e gráficos para uma melhor disposição de nossos resultados. Nos casos em que julgamos necessário, aplicamos testes de qui-quadrado para nos certificarmos de sua significância estatística.

No capítulo final, apresentamos as conclusões sobre a variação estilística de nosso informante nos domínios de fala pública e privada e destacamos os resultados que julgamos ser mais expressivos. Indicamos também as limitações deste trabalho, bem como outras questões suscitadas ao longo da realização do mesmo.

¹² Doravante, ao longo do trabalho, este documento será referido como *Relatório* (2002).

2 REVISÃO TEÓRICA

Ao nos propormos a estudar a variação estilística do líder de uma comunidade rural quilombola que teve suas redes sociais ampliadas, atingindo a esfera urbana, através de sua trajetória político-social, interagindo com falantes das variedades urbanas do PB, necessitamos de uma sólida sustentação teórica para que essa tarefa se torne exequível.

Acreditamos que esta sustentação venha a nos ser fornecida a partir da análise e compreensão da dimensão do *continuum* dialetal brasileiro – o seu espraiamento do meio rural ao urbano – percebendo-se a diferença de aplicação de regras variáveis no português falado, como as de concordância verbal, nominal e de referência à primeira pessoa do singular, contribuindo para a compreensão das origens destas diferenças. Para a formação deste alicerce, também se faz necessária a compreensão do uso da linguagem em seus diferentes cenários, onde os falantes de todas as variedades lingüísticas e classes sociais encontram-se para, numa ação conjunta, fazer uso da linguagem, construindo bases comuns que possibilitem a internalização das regras sociais e lingüísticas que regem os domínios públicos e privados do uso da linguagem, nos quais acontece a interação com o outro.

Assim, para o entendimento sobre como nosso informante constrói suas faces identitárias nas suas relações interpessoais, lançando mão de recursos lingüísticos e paralingüísticos para adequar sua fala aos seus diferentes interlocutores nos domínios público e privado, propomos as seções que seguem.

2.1 A DIMENSÃO RURAL-URBANA

No início do século XX apenas 10,7% da população brasileira vivia nas cidades. Esta população urbana era quase totalmente constituída por indivíduos brancos de descendência européia. Os cidadãos urbanos, no início do século, mantinham contato com Portugal e sua côrte e apresentavam níveis de alfabetização muito superiores aos encontrados no meio rural, onde vivia a maior parte da população. O dialeto urbano, originalmente dominado pela população branca, tornou-se a variedade de prestígio no âmbito oral. Denominada norma culta, esta variedade é a que mais se aproxima da norma padrão do português.

A população rural, composta em sua maioria por negros e mestiços, também contava, ainda que em menor número, com a presença de brancos e índios. Ao contrário da população urbana, os habitantes das áreas rurais não tinham acesso generalizado à educação. A variedade rural não era contemplada pelo sistema educacional e seus falantes eram estigmatizados, mesmo após o processo de massificação do ensino ocorrido a partir dos anos sessenta. Por isso, há no Brasil uma estreita ligação entre a variedade padrão do português e as classes sociais urbanas de prestígio.

A atual distribuição demográfica da população brasileira sofreu uma inversão em relação à situação do início do século. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2000 apenas 18,5% da população brasileira ainda residia em áreas rurais. Desta forma a população urbana, que anteriormente era composta praticamente por indivíduos brancos, sofreu um processo de miscigenação devido à migração de indivíduos negros e mestiços, egressos do meio rural. Atualmente, grande parte da população urbana não alfabetizada e pobre é proveniente de áreas rurais ou descendente de migrantes sem qualificação profissional.

O processo de formação social de nosso país permite-nos uma bipolarização das diferentes variedades lingüísticas do português brasileiro. Em uma extremidade temos a variedade culta do português, por vezes confundida com o português padrão, imposto no âmbito da escrita no século XIX e que, ao contrário da norma culta, nunca foi efetivamente falado no Brasil. Seus falantes ainda são em grande maioria brancos descendentes de europeus, mas à medida que conquistas sociais aliadas às exigências de uma sociedade em processo de industrialização possibilitam a ascensão social do indivíduo, o número de mestiços e negros falantes desta variedade tem aumentado. Na extremidade mais divergente do português padrão, encontram-se algumas comunidades quilombolas, sendo a quase totalidade de seus membros de origem africana. Não podemos esquecer que os quilombos abrigaram, em casos como o de Palmares, indivíduos brancos e índios, apesar de ser um reconhecido núcleo de resistência negra.

Comparando com os dias de hoje, temos as favelas dos grandes centros urbanos, que abrigam em grande escala negros e mestiços, mas também contando com a presença de uma minoria branca. Além dessas comunidades de ascendência africana há comunidades indígenas

em situação de contato lingüístico que estão adquirindo o português como L2. Importantes estudos têm sido realizados nesta área, como os de Charlotte Emmerich (1984) e outros da UFRJ sobre o contato lingüístico de indígenas do Alto Xingu e falantes não indígenas. Porém não trataremos desta situação de contato lingüístico neste trabalho. Entre estes dois extremos encontramos diferentes variedades dialetais que, na realidade, não possuem fronteiras definidas, mas que oscilam entre variedades mais ou menos divergentes da norma culta e da variedade padrão do português brasileiro.

Portanto, devido à complexidade da sociedade brasileira atual e de sua variação lingüística, o *continuum* dialetal foi o dispositivo do qual lançamos mão para melhor compreendermos as variedades dialetais que compõem o cenário lingüístico brasileiro.

2.2 O CONTINUUM DIALETAL BRASILEIRO¹³

No português padrão, tanto a regra de concordância verbal, no que diz respeito à desinência número-pessoal, quanto a regra de concordância de número no sintagma nominal, são consideradas regras categóricas. Contudo, trabalhos de pesquisadores como Baxter (1992; 1997; 1998), Braga (1977), Ferreira (1985), Guy (1981), Lemle e Naro (1977), Jeroslow (1974), Lucchesi (1999), Nina (1980), Pontes (1972), Scherre (1978), Tarallo e Kato (1989), Tarallo (1986; 1992), Votre (1978), Zilles (2000), etc., iluminados por teorias lingüísticas modernas, como a gramática gerativa e a teoria variacionista laboviana, têm demonstrado, nas três últimas décadas, que as variedades não-padrão do português apresentam regras variáveis para a concordância verbal e nominal, bem como para outros fenômenos da língua no Brasil.

¹³ Em anexo a esta dissertação, apresentamos um quadro que esquematiza dados de artigos referentes à concordância nominal, concordância verbal e ao uso de nós e “a gente”, considerando as comunidades pesquisadas e o grau de escolaridade dos informantes.

As pesquisas feitas sobre o português não-padrão, por vezes equiparado com o português popular brasileiro, demonstram que esta variedade, na realidade, é composta por um grupo de variedades lingüísticas que formam um *continuum* dialetal¹⁴, do meio rural ao urbano, divergindo em maior ou menor grau da variedade padrão do português brasileiro. Na extremidade mais divergente do chamado português padrão, encontramos os dialetos de comunidades isoladas, tais como as comunidades de remanescentes de quilombos e comunidades indígenas em situação inicial de contato.

2.2.1 Comunidades Isoladas

Como exemplo desse extremo dialetal, podemos citar o dialeto de Helvécia, uma comunidade afro-brasileira localizada no sul do estado da Bahia. Os membros desta comunidade são descendentes de escravos arregimentados para o trabalho nos cafezais da colônia Dona Leopoldina, fundada em 1818 por europeus, em sua maioria, provenientes da Suíça e da Alemanha. Quarenta anos depois de sua fundação, a colônia contava com um contingente de dois mil escravos, em grande parte nascidos na colônia, e uma população branca, europeus e alguns brasileiros, representando não mais que dez por cento da população de escravos (FERREIRA, 1985:22).

Baxter (1999) defende que o espectro de divergências estruturais no dialeto de Helvécia é decorrente das prováveis irregularidades do modelo lingüístico predominante para transmissão do português. Segundo dados de documentos históricos apresentados pelo

¹⁴ Nossa proposta de descrição do *continuum* dialetal brasileiro é baseada na concepção constante no artigo intitulado “A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS”, de Ana Maria Stahl Zilles, Leonardo Zechlinski Maya e Karine Quadros da Silva (*Organon*, Porto Alegre, v.14, nº 28/29, UFRGS, 2000).

pesquisador, a média de escravos por homens livres oscilava entre 10 e 24 no início da colônia. Baxter deduziu que esta disparidade entre o número de escravos e seus senhores influenciou os processos de aquisição do português como L1 e L2 por parte dos escravos, uma vez que a maioria dos senhores era falante do português como L2 e aproximadamente 95% dos escravos trabalhavam nas plantações, estabelecendo contato esporádico com seu senhorio e adquirindo o português com outros escravos.

Carlota Ferreira publicou as primeiras análises lingüísticas desta comunidade em 1985, decorrente de sua pesquisa de campo datada de 1961. Este dialeto também foi alvo de vários estudos conduzidos por Alan Baxter e Dante Lucchesi (BAXTER, 1992; BAXTER & LUCCHESI, 1997; BAXTER, 1997; BAXTER, 1998; BAXTER & LUCCHESI, 1999; e LUCCHESI, 1999).

Os traços de criouliização prévia nesta comunidade são evidentes, apresentando características como ter somente uma forma verbal para todas as pessoas e a falta de concordância de gênero no sintagma nominal, características compartilhadas com crioulos como o Português de Tonga na ilha de São Tomé, Afrikaans na África do Sul, entre outros.

Podemos acrescentar alguns outros dialetos a esta extremidade, como o de João Ramalho, uma pequena comunidade afro-brasileira isolada, no estado de São Paulo, descrita em Spera e Ribeiro (1989). Estes pesquisadores do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, voltaram sua atenção a uma notícia divulgada em um jornal da cidade de Assis sobre um grupo de afro-brasileiros que resistia ao contato com indivíduos de fora de seu grupo social. Este grupo, egresso do estado da Bahia, estava estabelecido naquela localidade desde sua fundação em 1939, sendo composto por quinze famílias. Todos

os membros daquele agrupamento social eram parentes, descendentes do Sr. Joaquim Francisco dos Santos. Com exceção de uma das uniões matrimoniais, as demais foram realizadas entre primos. Grosso modo, somente os homens mais jovens tinham contato com pessoas de fora da comunidade devido a sua prestação de serviços em lavouras, principalmente de cana, vizinhas à comunidade.

Os pesquisadores aplicaram um questionário a cinco pessoas: Sr. Joaquim, líder da comunidade com 90 anos, uma mulher de 50 anos, um homem de 48 anos, um jovem de 23 e um menino de 10 anos.

A análise de dados, divulgada em Spera e Ribeiro (1989), demonstrou que a fala dos informantes mais velhos apresentava traços divergentes da fala dos mais novos. Seu Joaquim apresentou troca da consoante intervocálica /r/ por /l/, como em “cemitélio” por “cemitério”, “alibu” ao invés de “aribu” (forma para urubu na comunidade). Os demais informantes também realizaram este tipo de troca, mas com menor frequência. Também foi constatada a troca de /r/ pré-consonantal por /s/: “asto” ao invés de “arto” (alto), “lagasto” por “lagarto”. Chamou-lhes também a atenção o uso de arcaísmos da língua portuguesa, como “luna” por “lua”. O tabu lingüístico foi outra particularidade da comunidade de João Ramalho. Chuva de pedra é chamada de “chuva di fulô”, “chuva di frô” ou “chuva di flô”, pois os membros da comunidade acreditam que “si falá qui é pedra, cai maió”. Seu Joaquim também ensina que não se deve usar a palavra cobra, deve-se dizer “bicha mau”, pois “num podi chamá a cobra... tem qui falá ‘ói a bicha-mau ali’..”.

Atentamos para o caso de apagamento do /r/ em posição final da palavra como em “flô” e “maió” citadas acima. Segundo Bertani (1996), considerando os dados de Porto Alegre

do Projeto Variação Lingüística Urbana no Sul do Brasil (Projeto Varsul), o apagamento da vibrante pós-vocálica ocorre em 97% dos casos de infinitivo; já em posição final de não-verbos, segundo Monaretto (2000), também com base em dados do Varsul, o apagamento do /r/ ocorre muito raramente, em apenas 5% dos casos. Fica evidente, assim, a grande distância entre as duas variedades.

Um outro estudo sobre esta variedade dialetal foi realizado no Vale do Ribeira, nas comunidades afro-descendentes de São Pedro, Abobral e Nhunguara, todas localizadas no município de Eldorado Paulista, na região de montanhas ao sul de São Paulo. Careno (1992) relata os resultados desta pesquisa de campo, que estudou primordialmente os aspectos fonéticos destas comunidades de fala. Careno cita como um fato saliente a perda de segmentos pós-tônicos, tais como em *cosca* por *cócega*, e como Spera e Ribeiro, ela relata o uso de formas lexicais arcaicas do português. A pesquisadora também apresenta dados sobre a falta de concordância de número e gênero no sintagma nominal (SN), que parece ser relativamente freqüente no dialeto daquela região. Citamos abaixo alguns exemplos de falta de concordância de número e gênero:

- (1) duas cuié
- (2) us crenti
- (3) nossu cumid'
- (4) a vida da genti era muito proibidu

Convergindo para o centro do *continuum* dialetal brasileiro encontramos a comunidade rural afro-descendente de Cafundó, localizada no município de Salto de Pirapora, no estado de

São Paulo, a menos de cento e cinquenta quilômetros da capital. Cafundó¹⁵ foi estudada por Fry, Vogt e Gnerre (1984) e por Vogt, Fry e Gnerre (1980, 1985) que trataram a língua e a situação sociolingüística da comunidade sob uma perspectiva antropológica.

Até o ano de 1985 esta comunidade de descendentes de escravos tinha sua população estimada entre sessenta e oitenta habitantes, dentre os quais trinta e oito eram crianças. Os membros desta comunidade compartilhavam a variedade rural falada pelos demais habitantes daquela região caipira, fato que a posiciona mais ao centro do *continuum* dialetal. O que torna a comunidade de Cafundó singular é o uso de léxico de origem bantu, predominantemente Quimbundo, com estrutura do dialeto caipira¹⁶ da região. Essa língua pode ser observada somente em determinados rituais sociais da comunidade, principalmente na presença de estranhos de fora da comunidade. Os quilombolas referem-se a ela como “cupópia” ou, simplesmente, “língua africana”. Segundo o pesquisador Sílvio Vieira de Andrade Filho, que escreveu um livro sobre a comunidade de Cafundó, nos anos sessenta a “cupópia” era utilizada pela maioria dos membros da comunidade. Em 1995, apenas dez integrantes do grupo dominavam a “língua africana”, e, no ano de 2002, esse número havia decaído para sete. Devido à drástica diminuição do número de falantes da “cupópia” e ao não aprendizado da mesma por parte dos indivíduos jovens da comunidade, esta “língua africana” encontra-se em perigo de extinção.

¹⁵ O periódico *O Estado de São Paulo* publicou na sua edição do dia 28 de janeiro de 2001 uma matéria sobre a invasão irregular das terras do quilombo de Cafundó. Apesar de ter sido tombada pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado (Condephaat) em 1977, a vila de Cafundó teve 7,8 alqueires de suas terras invadidas por oito famílias de fora da comunidade. O líder comunitário, Adauto Norberto Rosa de Almeida, diz que há mais de vinte anos tem aguardado a regularização das terras do quilombo, que já tinha sido em grande parte tomado por fazendeiros vizinhos antes desta última invasão.

¹⁶ Amaral (1920), ao descrever o dialeto caipira, não delimita a área de sua pesquisa. Ele esclarece apenas que: “O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se pode distinguir, sem grande esforço, zonas de diferente matiz dialetal – o Litoral, o chamado ‘Norte’, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro” (AMARAL, 1920, p.14-15).

2.2.2 Variedade Rural

Mais ao centro deste *continuum*, encontramos o dialeto rural¹⁷ de comunidades não isoladas. Este dialeto diferencia-se de outros mais divergentes da variedade padrão na medida em que apresenta algumas características gramaticais distintas, como duas formas verbais diferentes (a 1^a. do singular e, para todas as demais pessoas, a 3^a. do singular) e a concordância de gênero no sintagma nominal.

Uma importante pesquisa variacionista sobre este dialeto foi realizada por Nina (1980) na micro-região de bragantina no estado do Pará, analisando a concordância verbal e nominal de informantes analfabetos daquela região. Sua tese de doutorado foi uma das primeiras a ser produzida no Brasil sobre a fala de analfabetos sob o enfoque da sociolinguística quantitativa.

Em relação à regra de concordância de número no SN, os informantes do sexo masculino obtiveram o índice de 23%, inferior aos 37% obtidos pelas mulheres. Na aplicação da regra de concordância verbal, os homens também apresentaram índices inferiores aos das mulheres, respectivamente, 38% e 45%.

Em relação ao português padrão, o dialeto rural apresenta diversas divergências que serão tratadas a seguir.

Conforme Assis Veado (1982), na gramática normativa do português há uma divisão tripartida do tempo em Presente, Pretérito e Futuro e do modo em Indicativo, Subjuntivo e

¹⁷ “O falar rural brasileiro pode ser dividido em duas grandes áreas: a caipira, do Centro-Sul, de base mais lusotupi que luso-africana, e a matuta, do Norte-Nordeste, de base predominantemente luso-africana” (ELIA, 1979: 56).

Imperativo. Contudo, no dialeto rural, algumas destas formas são improdutivas. No indicativo os tempos usados são o presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito; no modo subjuntivo, são utilizados o pretérito imperfeito e o futuro do presente.

Neste dialeto, o futuro do presente apresenta invariavelmente a seguinte estrutura: verbo auxiliar ‘ir’ seguido de um infinitivo reduzido pelo sistemático apagamento do /r/ final. Os exemplos que seguem abaixo foram retirados de Assis Veado (1982), exceto os exemplos de número 11 e 12, que foram retirados de Nascimento (1979).

1. Pai *vai í* nos comércio amanhã.
2. Eu ainda *vô comprá* uma casa pra morá.
3. *Vai dá* muito argodão esse ano.

Dentre os tempos e modos verbais não presentes no dialeto rural, Assis destaca as formas do futuro do pretérito e do futuro do presente, que foram consideradas por Pontes (1972:93) “formas marginais”, típicas da língua literária, aparecendo raramente na linguagem informal do cotidiano. O mesmo ela alega sobre as formas do pretérito mais-que-perfeito, devido ao seu desuso ao longo do *continuum* dialetal em situações de fala. Já o Imperativo é considerado tão marginalizado que Pontes não o cita no paradigma modal.

Enquanto a variedade padrão da língua, segundo Lemle (1978), apresenta uma única forma para construções frasais com orações relativas que modificam um SN regido por preposição, os falantes da variedade rural empregam duas formas equivalentes para este fenômeno. A forma mais usada pelos falantes do dialeto rural tem por característica o cancelamento da preposição e a ausência do pronome cópia. Na outra forma, estigmatizada

por falantes das variedades urbanas e pelo sistema escolar, há o apagamento da preposição e a presença do pronome-cópia, contrastando com a forma padrão na qual este tipo de oração é caracterizado pelo não cancelamento da preposição e a ausência do pronome-cópia.

4. Ganhei um sabonete do qual não gostei. (padrão)
5. Ganhei um sabonete que não gostei dele. (não-padrão com pronome cópia)
6. Ganhei um sabonete que não gostei Ø. (não-padrão)

É interessante notar que, segundo Tarallo (1986:59), a forma não-padrão (6), ao contrário da forma não-padrão (5), desfruta de prestígio sociolinguístico entre os falantes da variedade urbana.

No português padrão, a ausência de determinante só é permitida com sujeito genérico ou não-especificado, quando o sujeito, sendo SN, apresentar um Nome comum. Já no dialeto rural a ausência de determinante antes de sujeitos determinados é uma forma amplamente utilizada pelos seus falantes, como se observa nos exemplos 7 a 9.

7. Mãe, Ø bichano dormiu debaixo da minha cama.
8. Moça, Ø pai num chegô não, Ø mãe também não.
9. Ø fia tá lá na lavora. Demora não.

Segundo Nascimento (1979), o perfeito do indicativo só pode ocorrer, categoricamente, com um SN sujeito antecedido de um artigo definido¹⁸. Isso ocorre devido ao fato de o perfeito do indicativo encontrar-se entre os tempos verbais classificados como

¹⁸ Em contraste com SN sem artigo ou determinante; obviamente, é possível encontrar, no padrão e na variedade culta, SNs em que o N é precedido por artigo indefinido, o que está fora de questão aqui.

não-genéricos. Porém, a ausência de determinantes nestas situações não é incomum no dialeto rural, conforme 10 e 11, sendo que tais construções co-ocorrem com a forma padrão.

10. Ø gato *comeu* carne.

11. Ø anta *comeu* insetos.

Outra característica do dialeto rural, divergente do dialeto padrão, é a reflexivização. De acordo com Cunha (1972:369), “exprime-se a voz reflexiva juntando-se às formas verbais da voz ativa os pronomes oblíquos me, te, se, nos, vos, se (singular e plural)”. Todavia, mais uma vez percebemos que o dialeto rural possui uma regra variável para uma regra considerada categórica pela gramática normativa.

Os marcadores gramaticais da reflexivização, os pronomes oblíquos, não ocorrem no dialeto rural, que apresenta a noção de reflexividade de duas formas alternativas:

a) o verbo transitivo é empregado intransitivamente e para a interpretação da correferencialidade entre o objeto nulo e o sujeito, o contexto situacional torna-se indispensável.

12. As companhera banhô Ø e saiu.

13. Ele envenenô Ø e morreu.

b) o pronome pessoal reto funciona como objeto e aparece acompanhado obrigatoriamente do item lexical ‘mesmo(a)’, dando a noção de reflexivização do verbo.

14. Ele matô ele memo.

15. Fia minha já banha ela mesma.

Indeterminação do sujeito

Como vimos acima, a oposição flexional de número para pessoas do verbo não faz parte dos recursos lingüísticos dos falantes do dialeto rural, bem como a partícula ‘se’ na função de marcador de reflexividade. Veremos agora que o mecanismo de indeterminação do sujeito também não conta com a presença da partícula ‘se’ no dialeto rural. Como conseqüência, as regras de indeterminação do sujeito na gramática do dialeto rural não podem convergir com as regras da gramática tradicional do português, pois, segundo Cunha (1972:140), quando o sujeito não está expresso na oração nem pode ser identificado, ou põe-se o verbo na terceira pessoa do plural ou na terceira pessoa do singular com a partícula ‘se’. Em contraste com o padrão, a idéia de indeterminação do sujeito é expressa pelo falante desta variedade, usando a forma verbal não-marcada, não-primeira-pessoa, precedida por sujeito nulo. Com esta estrutura é possível reportar-se não somente à pessoa do agente não-exclusivo, como à pessoa indeterminada do discurso.

16. Ø paga mal aqui na roça.

17. Ø trabaia muito aqui e Ø paga poco demais.

A mesma noção de indeterminação do sujeito pode ser demonstrada com sujeito pleno ou lexicalmente preenchido. Segundo Assis Veado (1982), um dos elementos mais produtivos nesse processo é a forma pronominal ‘a gente’.

18. A gente sente farta demais.

19. A gente num entrava na escola porque num tinha.

Ainda em relação à indeterminação, a gramática tradicional apresenta uma outra forma: a “passiva sem agente”. Assis Veado (1982:52) demonstra que no dialeto rural o paciente é colocado na posição de sujeito sintático seguido da forma verbal não-marcada, no modo indicativo do tempo presente.

20. *O milho* planta.

21. *As verdura* num vende que é pro gasto.

Um dos trabalhos científicos que deu início a uma nova série de pesquisas sobre o dialeto rural foi a gramática gerativa do dialeto caipira de Rodrigues (1974). No mesmo ano, Jeroslow (1974) publicou seus estudos sobre a fala de uma comunidade rural no Ceará. Ela encontrou diversas características lingüísticas peculiares a comunidades rurais isoladas, como por exemplo, o uso de somente uma forma verbal para todas as pessoas, em geral, no presente do indicativo. Contudo uma das características mais salientes dos falantes pesquisados por Jeroslow foi o uso de verbos seriais. Segundo Holm (1988:183) os verbos seriais são uma série de um ou mais verbos que têm o mesmo sujeito e não são ligados por uma conjunção ou complementizador como o esperado em línguas européias.

No dialeto pesquisado há dois tipos básicos de verbos seriais. O primeiro consiste de uma seqüência de eventos cronológicos, com significados relacionados. Este fenômeno é muito similar ao encontrado nas línguas do oeste africano. Citamos abaixo um exemplo deste primeiro tipo de verbo serial.

Ela *olhô viu* os home. (Jeroslow, 1974:126)

O segundo tipo é menos transparente e consiste de formas inflexionadas dos verbos “ir”, “pegar”, “chegar” e “virar” seguidos de um segundo verbo flexionado. Holm (1992) sugeriu que estas construções poderiam ter sido derivadas de marcadores de tempo e adquirido sua forma atual através de um processo de descrioulização. Ribeiro (1997), baseada em seus próprios dados, acredita que o primeiro verbo na seqüência tem a função de marcador de discurso ligando uma seqüência de eventos que ocorrem em uma ordem definida. Ela acrescenta que na maioria das situações, o primeiro verbo significa ‘(e) então’, e que apesar de sua forma flexionada, eles não são verbos completos devido a restrições morfossintáticas, ocorrendo somente nos tempos presente, imperfeito e perfeito, não estando sujeitos à negação.

Presente: Jeroslow (1974:128)

Ele pergunta onde ela tá, ela *vai diz* ta.

Imperfeito: Jeroslow (1974:129)

... o sujeito *ia buscava* o dinheiro.

Perfeito: Jeroslow (1974:130)

Ela *foi trocô* de roupa.

2.2.3 Variedade 'Rurbana'

Em países não ou pouco industrializados o segmento da população que mais cresce é o urbano, constituído por agricultores migrantes da zona rural, impossibilitados de trabalhar em suas terras devido a catástrofes naturais ou problemas de ordem econômica.

No Brasil a mecanização da lavoura e o intenso aumento do parque industrial nas últimas décadas, além da falta de políticas eficazes à implementação da reforma agrária e à manutenção das atividades agrícolas do homem do campo, geraram um grande êxodo rural no país. Podemos perceber isso através dos dados populacionais do Brasil das últimas décadas. Em 1920, com 30,6 milhões de habitantes, o percentual da população urbana no Brasil era de 10,7%; em 1950 este percentual é praticamente triplicado, chegando a 31,29%; em 1980 a população urbana correspondia a 67,60% de uma população total de 120 milhões de pessoas. Segundo o último censo do século XX, realizado no ano 2000, a população brasileira era composta por 170 milhões de pessoas, dentre as quais apenas 18,5% ainda residiam no meio rural. Como podemos perceber, no período de oito décadas, houve, além do aumento da população em seis vezes, uma inversão quase total da distribuição populacional por domicílio (rural e urbano).

Este processo de migração interna faz surgir uma nova situação lingüística no país. A integração de falantes de uma variedade rural ao perímetro urbano ocasiona o contato lingüístico entre duas variedades dialetais distintas, a urbana e a rural, resultando em uma variedade denominada "rurbana" por Bortoni-Ricardo (1984).

Esta variedade “rurbana” concentra-se, portanto, no *continuum* dialetal brasileiro, em uma posição de convergência maior com a variedade padrão, em comparação com a variedade rural citada acima, devido a sua situação de contato lingüístico. Como marco do estudo desta variedade citamos a trabalho de pesquisa de Bortoni-Ricardo (1985) com migrantes analfabetos e semi-analfabetos da zona rural de Alto Parnaíba, em Minas Gerais, estabelecidos em Brazlândia, uma cidade satélite de Brasília.

Em seu trabalho a autora observa que os homens apresentam um percentual maior de concordância de primeira e terceira pessoas do plural, 66% e 39% dos casos, respectivamente. As mulheres apresentam percentuais de 42% para a DNPP4 e para a DNPP6, de 30%. Sua explicação para tal fenômeno baseia-se no fato de que os homens daquela comunidade constroem redes de comunicação diferentes das mulheres devido ao seu trabalho fora da comunidade. Durante a prestação de seus serviços temporários ou trabalhos fixos em comunidades vizinhas, os falantes do sexo masculino têm uma exposição maior às formas cultas do português.

2.2.4 Variedade Urbana (não-padrão)

Esta variedade tem sido sistematicamente estudada através de vários projetos como Varsul, BDS-Pampa, Censo do Rio de Janeiro e Peul entre outros, que visam o estudo do comportamento lingüístico de falantes urbanos.

Em 1976 é iniciado o projeto de pesquisa intitulado Competências Básicas do Português, dirigido por Miriam Lemle, do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de

Janeiro, e Anthony Naro, da UFRJ e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. O projeto tinha duas grandes propostas: a comparação da fala de informantes urbanos analfabetos com o tipo de escrita que encontrariam durante o curso de alfabetização do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), e a investigação do nível de variação sintática daquela variedade dialetal.

Vários dos colaboradores envolvidos neste projeto, em grande parte alunas de Naro, deram continuidade aos seus estudos escrevendo teses e dissertações, baseadas na análise de dados coletados para o projeto de Competências Básicas do Português. Entre elas podemos citar a dissertação de mestrado de Scherre (1978) sobre concordância nominal, utilizando em grande parte dados de informantes do Mobral. Desde então, a autora tem aprofundado e expandido suas pesquisas sobre concordância nominal. Outra aluna de Naro, Maria Luiza Braga, defendeu sua dissertação de mestrado em 1977, tendo analisado a concordância nominal na região do Triângulo Mineiro. Sebastião Votre também utilizou alguns dados do projeto Competências Básicas nos seus estudos de 1978, compondo a primeira tese de doutorado no Brasil sobre a fala de analfabetos, sob a perspectiva variacionista laboviana. Votre analisou os fatores que condicionam a manutenção da nasal e da vibrante final de vocábulos portugueses no dialeto carioca.

Outro fruto do projeto Competências Básicas foi a tese de doutorado defendida por Gregory Guy em 1981, na Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Guy foi contratado como consultor para prestar orientação sobre metodologia de pesquisa lingüística e técnicas quantitativas computacionais em análise de dados. Com base nos dados de informantes do Mobral, Guy analisou a interação entre variáveis sintáticas, envolvendo ora a concordância nominal, ora a concordância verbal, e variáveis fonológicas.

Seus resultados obtidos com relação à concordância nominal de número foram de 63% e em relação à realização da desinência número pessoal de terceira pessoal, seus informantes apresentaram um índice de 63% de concordância.

Ainda em relação aos dialetos urbanos não-padrão, citamos o trabalho de Ponte (1979) sobre concordância nominal em uma comunidade de baixa renda, com informantes semi-escolarizados, na zona norte da cidade de Porto Alegre (RS). A pesquisadora compara os dados por ela obtidos com os dados de Braga (1977) e Scherre (1978). Os índices de concordância nominal de 27,5% são os mais baixos das três pesquisas em questão, seguidos pelos informantes de Minas Gerais com 53% de concordância, sendo que os informantes cariocas apresentaram um grau maior de aplicação da regra, em 59% dos casos. Ponte acredita que os resultados de seus informantes poderiam ter sido mais baixos caso as gravações para sua pesquisa tivessem sido feitas sem o conhecimento dos entrevistados. A pesquisadora também analisa a concordância de gênero na comunidade e constata que praticamente não há divergência da variedade padrão em relação a este fenômeno.

Acreditamos que os diferentes resultados entre as três pesquisas acima sejam decorrentes dos diferentes níveis de escolaridade e classe social dos informantes. O grupo de informantes de Ponte é o grupo que apresenta o menor grau de instrução formal. Todos seus informantes vivem em um bairro de proletariados. Os informantes de Braga possuem um nível de escolaridade superior aos informantes gaúchos e parte deles pertence à classe média. Os informantes de Scherre cursaram o Mobral e alguns deles moraram em bairros de classe média, o que lhes possibilita um contato maior com falantes da variedade culta do português.

Rodrigues (1992) investiga a concordância verbal na zona oeste da cidade de São Paulo, em Carombé, com um grupo de informantes favelados analfabetos e semi-alfabetizados. Os índices de frequência de aplicação da regra de concordância para a primeira e segunda pessoas do plural encontrados por Rodrigues foram, 46% para p4 e 70% para p6.

2.2.5 *Variedade Urbana Culta*

A extremidade oposta às comunidades isoladas do *continuum* dialetal brasileiro, concentra-se um grupo, demograficamente minoritário, que representa menos de 5% da população brasileira. Segundo dados do censo populacional de 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um total de quase 147 milhões de pessoas com sete anos de idade ou mais, apenas 4% deles teve 15 ou mais anos de estudos. Os informantes deste grupo completaram o ensino superior, são, em geral, moradores urbano e de classe média ou alta. Sua variedade de fala tem sido sistematicamente analisada através de trabalhos sincrônicos, segundo a metodologia de tempo aparente, e, mais recentemente, de trabalhos em tempo real. Os dados obtidos destes informantes são coletados em grandes projetos como o Nurc, e, em parte¹⁹, o Varsul e o Varx (Pelotas, RS), entre outros.

Investigando dados do Nurc, Camacho (1993) afirma que a regra de concordância verbal no PB, apesar da forte influência da tradição normativa da escola, até na variedade culta está sujeita a variação dependendo de restrições de natureza sintático-semântica ou discursiva. Camacho analisa o comportamento da aplicação da regra verbal em uma amostra

¹⁹ Diz-se ‘em parte’ porque, nestes projetos, há informantes de diversos graus de escolaridade, em contraste com o Nurc, que só têm informantes com escolaridade superior.

constituída por um registro formal tenso, num total de 60 horas de gravação, e um registro coloquial distenso que compreendendo 140 horas de gravação.

Conforme o esperado, Camacho encontra um alto nível de aplicação da regra de concordância. No registro formal tenso houve aplicação da regra em 95,2% dos casos e em relação ao segundo tipo de registro 86%.

Entre as várias mudanças morfossintáticas que afetam o sistema pronominal e a concordância verbo sujeito no PB, destacamos a pronomilização de *a gente*, ainda em curso, substituindo o pronome nós.

Lemos Monteiro (1991) analisando uma amostra de 60 inquiridos do corpus compartilhado do Projeto Nurc, verificou que os falantes da variedade culta dão preferência ao pronome nós em 62% dos casos de referência a primeira pessoa do plural. Sendo que na fala monitorada o uso de *a gente* em referência a terceira pessoa é de apenas 18% e que nas situações de fala coloquial distensa o seu uso atinge 46%.

2.3 A ORIGEM DA DIVERGÊNCIA

Todos os trabalhos acima comentados contribuíram de forma incisiva para demonstrar cientificamente as diferenças entre o PB falado e o padrão adotado na escrita, o PB e o português europeu atual e o PB atual e o português que fora trazido pelos colonizadores ao continente americano no século XVI. A certeza empírica e científica de que o português

brasileiro vem sofrendo várias mudanças em relação ao português europeu, levou os lingüistas brasileiros a se questionarem sobre a origem dessa divergência.

Naro e Lemle (1977) propõem que as mudanças que o português brasileiro tem sofrido ao longo do tempo são motivadas por tendências comuns às línguas indo-européias, alegando que estas características já estavam inseridas nos dialetos do português europeu trazidos ao Brasil no século XVI. Por exemplo, segundo Naro e Lemle (1977) e Naro (1981), um dos princípios universais que rege a mudança sintática na variação da concordância nominal é o princípio da saliência fônica. Convergingo para esta idéia, Kato (1987) e Roberts e Kato (1993) acreditam que os fundamentos para a forma atual do português brasileiro já estavam presentes no português do século XVI trazido pelos colonizadores ao Brasil.

Roberts e Kato (1993) alegam ter havido uma mudança de parâmetros no PPB, fazendo com que ele divergisse irreversivelmente do PE. Esta idéia já havia sido defendida por Tarallo (1986). Tarallo criticava, em seu trabalho, a Hipótese de Crioulização Prévia (HCP), baseado na falta de evidência de uma improvável implementação de um processo de descrioulização pelo qual o português brasileiro, uma vez tendo sido crioulizado, deveria ter passado para ter atingido o seu estágio atual. Sob o mesmo ponto de vista, Naro e Scherre (1993) rechaçaram a HCP.

Contudo, faz-se necessário salientar que a interpretação da HCP, tanto de Naro e Scherre (1993) quanto de Tarallo (1986), foi baseada na idéia da existência de um único crioulo em todo o território nacional durante o período do império português no Brasil, desconsiderando o fato de que, para haver reestruturação de uma língua, não é necessário o

processo completo de criouliização, conforme Thomason e Kaufman (apud RIBEIRO, 1997:40).

Um dos opositores dessa visão é Gregory Guy, que acredita que o atual estado do português popular deve-se a um processo de descrioulização de crioulos de base portuguesa que foram falados no Brasil, apesar de o autor nunca ter apresentado evidências diretas que confirmassem sua hipótese explicativa.

Guy propõe que o português popular brasileiro, e não o português culto ou o padrão, originou-se de crioulos falados, predominantemente, por africanos no período colonial, os quais teriam, através do contato duradouro com falantes do português como língua nativa, sofrido um processo de descrioulização.

Uma vez que não há, entre os crioulistas, critérios amplamente aceitos para precisar se um determinado traço lingüístico é resultado de criouliização, ou se uma certa língua passou por um processo de criouliização prévia, faz-se necessário a combinação de dados lingüísticos e extralingüísticos para a averiguação desta possibilidade. Assim sendo, a hipótese de Guy foi fundada na sua analogia entre a história social do Brasil e a de outros países onde contextos sócio-históricos semelhantes propiciaram o desenvolvimento de línguas crioulas. As características de línguas crioulas mais amplamente reconhecidas, em comparação com suas línguas alvo, são: a redução da complexidade morfológica; a perda de desinências verbais e nominais; nivelamento e regularização de paradigmas; eliminação e alteração de morfemas; tendência a transmitir informação gramatical com morfemas livres.

Holm (1987) argumenta em favor da HCP do português brasileiro, que parecia fadada ao descrédito, alegando que semelhanças encontradas entre o português brasileiro e crioulos de base portuguesa não poderiam ser simplesmente acidentais. A inexistência de habitantes nas ilhas de São Tomé e Cabo Verde, quando da chegada dos portugueses, favoreceu a implementação de um crioulo de base portuguesa. Porém, ao chegarem ao Brasil, os portugueses estabeleceram contato com indígenas que falavam diferentes variedades do Tupi na costa brasileira. Deste contato surgiu uma Koiné denominada Língua Geral que foi utilizada para o contato entre europeus e ameríndios durante os dois primeiros séculos da colonização portuguesa no Brasil. Portanto, segundo Holm, os africanos trazidos não tiveram condições sociolingüísticas favoráveis para o desenvolvimento de um crioulo. Outro fato importante observado por Holm (2001) é que o percentual máximo de falantes nativos de uma língua européia presentes no processo de crioulição, que, segundo Bickerton (1981:4), é de 20%, foi largamente ultrapassado no Brasil. Holm, porém, propõe uma nova hipótese para o que ele chama de traços crioulos do português vernacular do Brasil, incluindo o português brasileiro em um grupo de línguas que teriam passado por um processo de reestruturação parcial, os semicrioulos. Esse processo teria afetado somente determinados aspectos da língua alvo, ao contrário do que acontece em um processo cabal de crioulição.

No debate sobre a HCP é indispensável citar a contribuição dos estudos de Baxter (1987, 1992, 1995) e Baxter e Lucchesi (1993). Baxter (1995) aponta falhas nos lados pró e contra à HCP. Segundo Baxter, a primeira falha é a falta de uma definição dos termos crioulição e crioulo em relação ao contexto brasileiro. Esta falha permite a interpretação errônea de que a HCP proporia um crioulo estável, de substrato africano, do qual o português brasileiro atual teria derivado. A segunda falha apontada por Baxter é a de que, muitas vezes, os pesquisadores de ambos os lados baseiam suas argumentações em dados que não servem à

avaliação da HCP de forma decisiva. Por um lado, utilizam dados coletados em variedades, geralmente, rurais e generalizam suas implicações à história do PB, comparando-os com traços típicos de línguas crioulas. Porém a comparação uniformizada dos dialetos rurais é dificultada pela falta de pesquisas sobre a morfossintaxe destes dialetos que, de forma geral, ainda não foram estudados de acordo com as técnicas da lingüística quantitativa moderna. Por outro lado, os pesquisadores concentram seus trabalhos em contextos urbanos como Guy (1981 e 1989) e Naro e Scherre (1993). Considerando a formação sociodemográfica do Brasil, Baxter alega que os contextos urbanos não são os mais propícios para a investigação da HCP e por isso, propõe uma investigação sobre os dialetos rurais de influência africana e ameríndia.

A polarização do debate entre os defensores de ambas as hipóteses tem demonstrado a postura teórica dos pesquisadores envolvidos nesta questão. As divergências entre a postura pró e contra à HCP tornam-se evidentes em situações como das conclusões de Guy (1981) e Lemle e Naro (1977) ao analisarem os dados do projeto Competências Básicas destinado ao estudo da fala de informantes não-alfabetizados provenientes da cidade do Rio de Janeiro. Do ponto de vista de Guy, a morfossintaxe do português popular brasileiro, devido à exposição de seus falantes à variedade culta e à diminuição dos níveis de analfabetismo no Brasil, está em processo de aquisição de marcas da variedade padrão num processo de descrioulização da variedade não-padrão do PB. Por outro lado, Lemle e Naro (1977) concluem, baseados nos mesmos fenômenos analisados por Guy, que tanto a variedade não-padrão quanto a variedade padrão do português estão perdendo marcas, fato que contraria a HCP.

Schwegler (1991a) escreveu sobre os padrões de negação no português do Brasil. Ele afirmou que a negativa dupla e a negação pós-verbal são resultado de mudanças internas do

português, concordando com a hipótese defendida por Tarallo (1986) e Tarallo e Kato (1989). Contudo, Schwegler (1991b) afirma ter mudado sua posição sobre este fenômeno depois de ter realizado pesquisas de campo em outros países latino-americanos, como Colômbia e República Dominicana. Schwegler passou a acreditar que os padrões de negação do português são de origem africana ou crioula e que foram trazidos ao Brasil no século XVI.

Anthony Naro e Marta Scherre (2003), ao analisarem os resultados de uma amostra do tipo Painel, constituída por 16 falantes gravados na década de 1980 e regravados em 1999 e 2000, concluem que a maioria dos informantes recontatados aumentou sua média global de uso da regra de concordância verbal e nominal no espaço temporal entre a primeira e a segunda etapa de entrevistas. O aumento de frequência de aplicação da regra de concordância não tem relação direta com características sociais como idade, gênero e grau de escolaridade.

Esses resultados são de extrema valia para o enriquecimento do debate sobre a origem da divergência entre o português brasileiro e europeu. Pesquisadores como Lucchesi, Matos e Silva e Zilles, com os quais concordamos, acreditam que as regras de concordância nominal e verbal, bem como outras regras variáveis ao longo do *continuum* dialetal brasileiro, apresentam diferentes fluxos. Segundo estes pesquisadores há variedades mais distantes do dialeto padrão que estão adquirindo marcas formais através do contato efetivo com a variedade culta e a variedade padrão do português, como é o caso das comunidades isoladas afro-descendentes e ameríndias, e em um outro extremo do *continuum*, variedades urbanas escolarizadas e a variedade culta estariam perdendo marcas formais.

Para melhor entendermos a variação estilística de nosso informante, acreditamos ser de suma importância a reflexão sobre o enquadramento de sua comunidade de fala no

continuum dialetal. Baseados no acesso que tivemos ao estudo antropológico sobre o quilombo de São Miguel dos Pretos, acreditamos que esta comunidade quilombola não se caracterize como uma comunidade lingüisticamente isolada. Fatos como o das terras do quilombo serem cortadas por uma rodovia que dá acesso aos centros urbanos da região e, através das conquistas dos próprios quilombolas, a implantação de uma escola de ensino fundamental na comunidade, intensificaram o contato lingüístico dos quilombolas com a variedade urbana e a norma culta nos últimos anos.

Contudo, considerando-se o seu passado histórico e o recente, percebemos que a comunidade continua socialmente isolada. Com base nisso, supomos que haja uma variação dialetal dentro da própria comunidade, onde os quilombolas mais velhos apresentam traços de criouliização prévia, os membros de meia idade traços típicos da variedade rural e os mais jovens com um maior nível de escolaridade apresentam traços da variedade culta e da norma padrão do português. Porém devido às características lingüísticas da comunidade como um todo, nós a enquadraríamos entre as variedades rurais no *continuum* dialetal.

Desta forma, ao analisarmos o discurso de nosso informante em diferentes cenários, tentaremos avaliar o seu grau de mobilidade dentro do *continuum*.

Por outro lado, ao ratificar membros de sua comunidade, pressupondo que ele fará uso do seu repertório mais vernacular, num movimento de convergência e solidariedade para com seus semelhantes, poderemos reavaliar a posição de sua comunidade no *continuum* dialetal e, a partir dessa informação, pesquisar em que medida ele adquiriu ou está a adquirir traços lingüísticos da variedade culta do português do Brasil.

2.4 O USO DA LINGUAGEM

As variedades do português que vimos no *continuum* dialetal acima são construídas a partir do congraçamento de indivíduos que fazem uso da linguagem em suas variadas interações sociais. Compreender melhor as tênues diferenças que separam estas variedades e seus falantes implica em conhecer o fenômeno lingüístico no meio social.

Alguns filósofos, lingüistas, cientistas da computação e cognitivistas consideram a linguagem um fenômeno individual que pode ser compreendido plenamente pela perspectiva das Ciências Cognitivas. Pesquisadores da Antropologia, Sociolingüística, Sociologia e Psicologia Social discordam deste ponto de vista e analisam a linguagem através de uma abordagem diferente, considerando-a um produto da interação social.

Nossa abordagem será convergente ao pensamento de Herbert H. Clark (1996) e de outros cientistas que acreditam que o uso da linguagem só será amplamente compreendido se considerado no espectro das interações sociais construídas por indivíduos. Um melhor entendimento desta perspectiva só será alcançado através do estudo das ações dos indivíduos, nos diferentes cenários de uso da linguagem, desempenhando ações conjuntas resultantes das interações sociais.

2.4.1 A Linguagem e seus Cenários

2.4.1.1 Cenários pessoais - Decorrente da abrangência e funções práticas na vida de todos os falantes, sejam eles analfabetos ou altamente escolarizados e independente do espaço

físico onde se encontrem, a conversa, face a face ou por intermédio de aparatos de telecomunicação, é o cenário da linguagem mais frequentemente usado e mencionado pelos falantes. A característica principal deste cenário é a livre troca de turnos entre seus participantes (CLARK, 1996:50).

2.4.1.2 Cenários não-pessoais - Ao contrário do cenário pessoal, nestas situações a interação lingüística entre os participantes é caracterizada pela rara possibilidade de troca de turnos ou interrupções por parte do interlocutor. Esses monólogos podem ser observados em várias situações, como na sala de aula, quando o professor faz sua explanação, durante um congresso científico, quando o palestrante expõe os resultados de sua pesquisa, ou em uma pregação do pastor na igreja. (CLARK, 1996:50).

2.4.1.3 Cenários institucionais - Estes cenários são semelhantes aos cenários pessoais. Os indivíduos estabelecem interações parecidas com as conversas cotidianas, o que é dito pode ser feito de forma espontânea, mas os turnos de fala são estabelecidos por um mediador. O debate político entre candidatos, mediados por um jornalista, durante uma campanha à presidência é um destes cenários institucionais (CLARK, 1996:50-51).

2.4.1.4 Cenários prescritivos - O que é dito nestes cenários é preestabelecido por convenções e regras específicas de determinadas congregações religiosas, políticas e judiciárias, entre outras. Estes cenários podem ser vistos como uma subseção dos cenários institucionais (CLARK, 1996:51).

2.4.1.5 Cenários ficcionais - O falante nem sempre expressa suas próprias proposições no ato de fala, como é o caso do apresentador de telejornal ao ler um editorial de sua

emissora, interpretando um papel para sua audiência, simulando serem suas as intenções do seu redator-chefe ou dos diretores da emissora (CLARK, 1996:51).

2.4.1.6 Cenários mediados - Podemos considerar os cenários mediados como parte dos cenários ficcionais se virmos estes últimos sob o prisma da pessoa cujas intenções estão sendo expressas por um outro indivíduo, que simula serem suas as proposições do escrevente. Como exemplo, podemos citar o redator-chefe que escreve o editorial que será lido mais tarde pelo nosso apresentador do telejornal citado acima (CLARK, 1996:51).

2.4.1.7 Cenários privados - Os cenários privados referem-se aos casos onde o falante envolve-se em uma situação de diálogo solitário, veiculando suas próprias intenções, mas sem estar de fato dirigindo-se a um interlocutor fisicamente presente. Isso é o que acontece quando conversamos com nós mesmos, ou quando xingamos e damos instruções táticas aos jogadores da seleção, estando em casa, durante um jogo televisionado (CLARK, 1996:51).

2.4.2 *Cenário Básico da Linguagem*

Segundo Charles Fillmore (1981:152), “a linguagem da conversa face a face é o uso básico e primordial da linguagem, e a melhor descrição para todos os outros usos vem a ser em termos do modo como eles desviam daquela base”.

De acordo com essa proposição de Fillmore, podemos dividir os princípios do uso da linguagem em dois grandes pólos: aqueles da conversa face a face e aqueles que indicam de que forma os usos secundários divergem, dependem ou surgem a partir do primeiro.

A tomada da conversa face a face como cenário básico da linguagem explica-se por suas características serem inerentes a todas as aglomerações humanas das quais temos conhecimento. Além disso, ela não exige do indivíduo nenhuma habilidade nem treinamento especial para o seu desempenho uma vez que ela também é o cenário básico para a aquisição da língua materna, o que não acontece com os demais cenários.

2.4.3 Base Comum

A importância dos cenários da linguagem citados acima, para nossa discussão é de que eles são, segundo Clark (1996:56-57), “arenas do uso da linguagem”, ou seja, os espaços sociais onde o falante e seu interlocutor destinatário se encontram, negociam significados e executam “ações conjuntas”.

A negociação de significados e o entendimento entre os falantes torna-se possível por causa de sua base comum. As ações conjuntas às quais Clark se refere só se tornam possíveis devido às experiências compartilhadas pelos indivíduos envolvidos na interação lingüística. Estas experiências podem ser muito abrangentes, caso os integrantes da situação sejam provenientes da mesma comunidade cultural. Sua base comum pode conter noções como a chegada de uma nave não tripulada ao planeta Marte, a idéia de que a Terra não é redonda, que Pelé foi o maior jogador de futebol do mundo, que o final da novela será feliz, e o significado de determinados gestos ou expressões faciais. Também faz parte da base comum dos falantes e seus interlocutores os acontecimentos que integram a conversação em andamento naquele espaço de tempo, a cena a sua volta e as pessoas que a compõem, bem

como odores e outros sinais. Toda atividade social como festas, jogos, danças, que for compartilhada por esses indivíduos enriquecerá sua base comum.

Em situações nas quais a linguagem for parte integrante da interação social, haverá um componente distinto a ser coordenado pelos participantes, o significado do falante e o entendimento do seu interlocutor. Portanto, torna-se indispensável ao sucesso da ação conjunta a correta sinalização de suas intenções por parte do falante e a interpretação semiótica do seu interlocutor. Os sinais a serem interpretados pelo último congregam, entre outras ações, a verbalização de intenções e expressões faciais e corporais do primeiro. Todo esse processo está intimamente ligado à base comum dos falantes e interlocutores.

2.4.4 *Integrantes da Conversação*

Uma situação de conversa face a face em um espaço público pode contar com a participação de outras pessoas além do falante e seu interlocutor destinatário. As pessoas da interação conversacional podem ser divididas em dois grupos: participantes e não-participantes.

O próprio falante e as pessoas a quem ele se dirige diretamente, através de gestos, postura corporal, elocuições verbais e outros sinais, são considerados *participantes ratificados* (GOFFMAN, 1976). Os interlocutores que fazem parte da conversação, mas não são endereçados em um determinado momento, são chamados de *participantes secundários*. Os demais são denominados *ouvintes por acaso*, que se dividem em dois grupos: os *circunstantes*, declaradamente presentes, mas sem fazerem parte da conversa, e os

intrometidos, que não têm sua audiência da conversa detectada pelo falante. Tanto os ouvintes circunstantes quanto os intrometidos não têm nenhum direito e nem responsabilidades na interação social em andamento.

Embora somente o falante e seus interlocutores destinatários tenham responsabilidades e direitos em relação ao que é dito, todos os demais participantes e não-participantes influem sobre o que é dito e o como isto é dito. Sua simples presença ajuda ou impele a mudança dos moldes da conversa. O que um falante apaixonado diria ao seu apaixonante interlocutor destinatário, entre quatro paredes, provavelmente não seria o mesmo que ele diria em um transporte coletivo, ainda que o calor da paixão e o seu interlocutor fossem os mesmos em ambas as situações.

Como podemos perceber acima, embora sempre tendo a conversa face a face como seu cenário básico, os falantes interagem em cenários que diferem entre si. O desempenho das ações conjuntas dos indivíduos parece ser influenciado por forças internas e externas aos falantes. Descobrir quais mecanismos atuam nos diferentes cenários da interação lingüística incitando a variação estilística do falante nos ajudará na compreensão de quais significados estão sendo veiculados através do uso da linguagem pelos participantes desta ação conjunta.

2.4.5 Variação Estilística: Attention to Speech

A primeira investigação quantitativa sobre variação estilística na lingüística moderna foi conduzida por Willian Labov em 1963 em Vinhedos de Marta, uma ilha na costa atlântica no estado de Massachusetts. Na época da realização de sua pesquisa, a população da ilha

ultrapassava ligeiramente a marca de 5.500 habitantes. Esses habitantes dividiam-se em três grandes grupos étnicos: os de origem indígena, portuguesa e inglesa. Na sua pesquisa, Labov tenta encontrar diferenças entre a pronúncia dos nativos da ilha e a pronúncia padrão daquela parte do estado. Labov decidiu averiguar os ditongos /ay/ e /aw/ que eram pronunciados de forma diferente pelos habitantes da ilha, de forma mais arredondada e/ou mais centralizada.

Labov (1963) descobriu que as pessoas entre 30 e 60 anos centralizavam os ditongos em questão mais que os ilhéus de outras faixas etárias. Um outro resultado foi que as pessoas que se identificavam mais positivamente com a ilha e que não pretendiam deixá-la produziam ditongos mais centralizados do que os habitantes que não demonstravam vontade de ficar na ilha. Em termos de grupos ocupacionais, os pescadores centralizavam os ditongos /ay/ e /aw/ mais do que qualquer outro grupo. Além disso os habitantes da ilha de origem inglesa e indígena demonstraram uma propensão maior à centralização dos ditongos que os de origem portuguesa.

Para o levantamento e análise de dados na ilha dos Vinhedos de Marta, bem como nos seus estudos em Nova York sobre o uso não-padrão de [t] ao invés de [θ], Labov (1963) desenvolveu uma abordagem chamada *Attention to Speech* com o propósito de identificar a fala casual em uma entrevista sociolinguística.

A premissa básica desta abordagem é de que a variação estilística acontece à medida que o falante toma consciência, presta atenção à sua fala. Quanto maior for o nível de atenção do falante, tanto maior será o seu movimento em direção à variedade padrão da sua língua. Seguindo o mesmo princípio, quanto maior for a desatenção do indivíduo ao desenrolar de uma conversa, tanto maior será sua aproximação à sua língua vernácula.

A fim de obter a fala mais casual possível de seus informantes, Labov (1966) formulou um *continuum* estilístico variando do casual ao estritamente formal. A entrevista seguia os moldes de uma conversa face a face, entre A e B, visando principalmente os estilos de fala: (a) formal ou cuidado, no qual o informante presta atenção maior à sua fala; (b) casual ou informal, onde o indivíduo apresenta uma fala menos cuidada e mais próxima à sua fala vernácula.

Labov desenvolveu técnicas de entrevista baseado na crença de que o entrevistado responderia a estímulos externos como o tópico da conversa e as características físicas do seu interlocutor. Desta forma a fala casual poderia ser instigada por tópicos como experiências infantis e situações de perigo de morte, introduzidos, preferencialmente, por um entrevistador do mesmo sexo, faixa etária e etnia do entrevistado. Labov (1972) detectou cinco pistas paralingüísticas (*channel cues*) que pareciam ser indicadoras da fala casual ou descuidada: mudanças no ritmo da conversa, volume e altura da voz, risadas e a velocidade da respiração. Outros tópicos como ambiente de trabalho, política, professores, levariam o entrevistado a uma fala mais cuidada, formal. Para incitar o nível máximo de atenção do informante, a entrevista ainda era composta por uma lista de palavras, leitura de textos curtos e uma lista de pares mínimos, quando o estudo propunha-se a analisar uma variante fonológica.

A abordagem de Labov *Attention to Speech* tornou estilo uma dimensão quantificável da variação lingüística. A abordagem teórica de Labov, trouxe não só avanços científicos às pesquisas sociolingüísticas, mas também causou impacto na opinião pública americana. Seus estudos sobre o inglês afro-americano serviram para desmitificar as hipóteses de déficit lingüístico dos afro-americanos (LABOV, 1972).

Seus estudos nos Estados Unidos foram indubitavelmente uma das maiores contribuições sociais da teoria variacionista. Seus resultados em Nova York inspiraram outros trabalhos relacionados a situações de bilingüismo, dentro e fora dos Estados Unidos, que contribuíram para a desmitificação da suposta confusão lingüística de falantes bilíngües, que eram comumente tidos como órfãos de língua materna.

Contudo, a repercussão dos trabalhos de Labov sobre a lógica do inglês não-padrão realizados em Nova York não se restringiu apenas a situações de bilingüismo. Acreditamos que o atual debate sobre bidialetalismo, o questionamento do prestígio de determinados dialetos em detrimento de outros, em diferentes contextos sociolingüísticos, tenha sido desencadeado por essa discussão iniciada por Labov sobre o valor atribuído ao falar dos negros americanos em Nova York.

Apesar de todos os *insights* trazidos à sociolingüística pelo *Attention to Speech*, esta abordagem tem sofrido várias críticas. Uma das principais é sobre a divisão entre a fala casual e a cuidada, durante o curto espaço temporal compreendido por uma conversa. Wolfran (1969:58-59) notou que os *channel cues* não são confiáveis como indicadores da fala casual ou informal. Ao contrário do que vimos anteriormente, risadas não precisam estar ligadas exclusivamente a um grau maior de descontração, dependendo do indivíduo, elas podem indicar simplesmente o grau de nervosismo do entrevistado ou sua tentativa de demonstrar simpatia ou solidariedade ao seu entrevistador. Estes sinais podem ser um indicador do grau de consciência do entrevistado sobre a situação de entrevista na qual ele se encontra e que pode lhe ser constrangedora. Além disso, é difícil mensurar o grau de atenção prestado à fala pelo informante, conforme têm mostrado experimentos desenvolvidos para analisar a variação

entre o vernáculo e a variedade padrão na situação de conversa face a face (BELL, 1984:147-150).

Outra divergência sobre esta abordagem teórica de Labov é em relação à vinculação direta entre formalidade e a atenção do falante direcionada à sua fala. Estudos como os de Eckert (2000) demonstram que o falante pode convergir, conscientemente, ao seu vernáculo, incluindo versões altamente estilizadas deste, em situações de fala cuidada, ao invés da esperada forma padrão.

Um último ponto controverso desta abordagem é a forma como o falante é visto, ou seja, como um agente passivo que altera sua fala em resposta a estímulos externos, sem ter nenhum mérito no uso dos recursos lingüísticos à sua disposição.

Sem desconsiderarmos as críticas à sua abordagem teórica, não podemos esquecer das considerações do próprio Labov sobre sua abordagem de atenção à fala.

A abordagem *Attention to Speech* nunca teve a intenção de abranger os vários diferentes tipos de estilo de fala que possamos encontrar na vida real, ou seus vários fatores condicionadores, mas simplesmente servir como um meio útil para identificar a fala informal na entrevista sociolingüística (LABOV, 1972:97).

Apesar das limitações da abordagem de Labov, as relações entre monitoramento da fala e variação estilística são indubitáveis. Coupland (1981) analisou as interações de uma assistente de agência de viagem com diferentes tipos de clientes e também com seus colegas de trabalho. Coupland (1981:154) dividiu a fala da assistente entre tópicos relacionados ao trabalho e outros tópicos. Coupland percebeu que ela apresentava variação estilística de

acordo com o tópico, embora seu interlocutor fosse o mesmo. Blom e Gumperz (1972) descobriram em sua pesquisa na comunidade bidialetal de Hemnesberget, na Noruega, que uma mudança de um tópico mais íntimo para um tópico mais formal ocasionava uma mudança do dialeto local para o dialeto padrão.

Pensamos que a abordagem teórica de Labov nos será de grande valia para a análise dos dados de fala de nosso informante. Considerando-se a sua movimentação em diferentes cenários do uso da linguagem, nossa expectativa é de que os níveis de atenção à fala de nosso informante reflitam as diferenças entre os cenários analisados, ocasionando a movimentação estilística de Roberto Potássio.

A fala de nosso informante será analisada em diferentes situações sociais: por um lado, estaremos analisando a fala do líder comunitário em domínios públicos, como presidente da associação de moradores de sua comunidade e como representante dos remanescentes de quilombos do estado do Rio Grande do Sul perante representantes políticos de diferentes esferas do poder público, bem como representantes de instituições de ensino superior e de organizações não-governamentais. Por outro lado, analisaremos a sua fala em domínios privados, como trabalhador rural de uma comunidade quilombola, com baixo nível de escolaridade, chefe de família e de baixo poder aquisitivo.

Contudo, a variação estilística de Roberto nos cenários de uso da linguagem descritos acima, poderá ser influenciada não só pelos graus de formalidade de cada interação, pois Roberto Potássio estará se reportando a diferentes interlocutores. Os participantes ratificados e secundários, os circunstantes e intrometidos poderão influir sobre o que for dito e o como isso venha a ser dito, podendo impelir mudanças à sua fala. Nestas situações a utilização da

teoria de Labov não nos será suficiente para analisarmos a variação estilística de Roberto. Uma vez que precisaremos de uma abordagem que dê conta dos fenômenos lingüísticos que poderão estar em ação nestes cenários de fala, na próxima seção nos reportaremos à abordagem teórica de Allan Bell.

2.4.6 *Variação Estilística: Audience Design*

Na primeira metade dos anos oitenta, Allan Bell propôs uma abordagem lingüística designada *Audience Design*, com o intuito de suprir algumas das falhas do modelo de análise da variação estilística denominado *Attention to Speech*. Seu modelo foi baseado na teoria de acomodação da fala (GILES, 1973; GILES e POWESLAND, 1975), uma teoria psicossocial que sustenta a idéia de que o falante tenta ajustar sua fala à de seu interlocutor no intuito de ganhar sua aprovação.

Segundo Bell (1984:149), o modelo de *Audience Design* foi produzido a partir de sua pesquisa de doutorado, em 1977, sobre a linguagem do noticiário de rádio em Auckland, Nova Zelândia, numa tentativa de explicar a mudança de estilo encontrada na fala de seus informantes.

Bell estava analisando variáveis sintáticas e fonológicas, entre elas a consoante surda [t], na radiodifusão de notícias em duas diferentes estações públicas de rádio. Além da pronuncia padrão desta consoante, na Nova Zelândia ela pode ser realizada como uma oclusiva sonora. Esta variação faz com que palavras como *writer* e *better* sejam pronunciadas

como *rider* e *bedder*. Na Nova Zelândia esta é uma regra de realização variável, embora no inglês americano ela seja semicategórica.

As emissoras de rádio eram a estação YA, a rádio nacional da Nova Zelândia, direcionada a um público com um status social mais alto do que os ouvintes da segunda estação em questão, e a rádio ZB, da comunidade local. Ambas as emissoras geravam seus programas a partir do mesmo estúdio. Além de dividirem o mesmo espaço físico, as duas rádios públicas compartilhavam os mesmos locutores.

O fato de quatro repórteres lendo notícias em ambas as rádios variarem em média 20% na sonorização da intervocálica, durante a leitura de notícias na emissora YA e ZB, fez com que Bell procurasse uma explicação para a mudança de estilo dos locutores. Naquela situação, a teoria de *Attention to Speech* pôde ser descartada, pois não se poderia alegar um nível de atenção diferenciado de uma estação a outra, uma vez que os locutores eram os mesmos, os tópicos das notícias eram semelhantes e o cenário do fenômeno lingüístico não diferia. Dessa forma, de todas as hipóteses arroladas como possíveis influenciadoras da mudança estilística da linguagem noticiosa nas rádios em questão, somente a audiência mostrou-se plausível naquela situação. Baseado nestas informações, Bell começou a observar situações de fala em outros domínios da linguagem e percebeu que o mesmo fenômeno ocorrido entre os locutores das rádios YA e ZB em Auckland, também estava presente na comunicação face a face.

Já no período final da sua tese de doutorado, Bell entrou em contato com uma teoria originada em outra área de pesquisa, a teoria da acomodação da comunicação de Howard Giles, que a desenvolveu sob uma perspectiva psicossocial. Mais tarde, derivado da

denominação *recipient design* de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974), Bell cria o seu *Audience Design*.

A premissa de sua teoria é a de que os falantes moldam o seu estilo para e em resposta aos seus ouvintes. Segundo esta teoria, a variação estilística é decorrente de uma mudança na audiência do falante. A abordagem *Audience design* adotou da teoria da acomodação da fala *Speech Accommodation Theory* (SAT), hoje conhecida como Teoria da Acomodação da Comunicação, a idéia de convergência e divergência. Em 1980, Giles formulou:

A proposta é de que o grau em que os indivíduos mudam seu estilo de fala, convergindo ou divergindo do estilo de fala dos seus interlocutores, é um mecanismo através do qual a aprovação ou desaprovação social é comunicada. Uma mudança no estilo de fala em direção ao outro é denominada convergência e é muitas vezes considerada uma reflexão da integração social, enquanto uma mudança distanciando-se do estilo de fala do outro representa divergência e é geralmente considerada uma tática de dissociação social (GILES, 1980:110).

Portanto, para Bell, estilo é um fenômeno responsivo, mas com a observação de que este movimento de resposta à audiência não é passivo, uma vez que o falante tem um papel ativo neste processo.

Um outro referencial teórico para o embasamento de seu modelo lingüístico é o pensador soviético Bakhtin, que funda sua tese na natureza dialógica da língua. Assim, para (BELL,1984, 178-182) tanto falantes quanto ouvintes são partes essenciais da natureza da linguagem, e o diálogo é uma instância própria da língua, por isso deveria existir uma conexão natural entre diferenças estilísticas e diferenças entre falantes. Estas considerações levam Bell a afirmar que não podemos conceber uma língua sem audiência, da mesma forma que não concebemos uma língua sem falantes.

A teoria de *Audience Design* refere-se basicamente à variação estilística. Ela engloba e analisa características lingüísticas, como a escolha de pronomes pessoais e de tratamento, estratégias de polidez e o uso de elementos pragmáticos. Ela também abarca as mudanças que possam ser feitas por um falante dentro do seu repertório lingüístico, seja ele monolíngue, bilíngüe ou multilíngüe.

Um dos pontos salientes da teoria de Bell (1984:151) é o seu axioma do estilo. O autor afirma que a variação no âmbito estilístico na fala do indivíduo reflete e é derivada da variação existente entre os falantes na dimensão social. Este axioma engloba o fato freqüentemente observado de que uma ou mais variáveis operam simultaneamente na dimensão social e estilística, podendo tornar-se difícil a distinção entre a fala casual de um indivíduo culto e a fala cuidada de um falante semi-escolarizado. E uma vez que a gama de variação estilística é menor que a variação entre os falantes, o axioma reflete a relação quantitativa entre as dimensões social e estilística. Se uma determinada variável lingüística apresenta um percentual de variação de 60 por cento entre a classe social mais alta e a mais baixa, a variação estilística não ultrapassará este percentual, sustentando que a variação estilística realmente reflete e é derivada da variação social.

Porém, estas duas dimensões, estilística e social, estão ligadas pela avaliação social. O falante lança mão dos recursos lingüísticos existentes na sua comunidade de fala, percebendo as diferentes avaliações e usos destes recursos relacionados a etnia, gênero, idade e outras características individuais dos seus interlocutores. Posteriormente, em outros cenários do uso da linguagem, ele poderá utilizar estes recursos lingüísticos para responder a diferentes tipos de audiência.

No intento de explicar a relação entre a variação estilística e a mudança de tópico, observada em pesquisas sociolinguísticas como as de Labov (1972), Bell cria, segundo ele próprio, uma de suas hipóteses mais ousadas (Bell, 1984). Sua hipótese, baseada na proposta de Fishman (1968) de domínios como um conceito integrativo para a variação do estilo, afirma que esta relação é derivada de uma associação destes tópicos ou enquadres com interlocutores, fisicamente ausentes na interação linguística, mas que exercem grande influência sobre o falante.

Além da dimensão “responsiva” do modelo *Audience Design*, tratada até o momento, o modelo de Bell prevê uma dimensão iniciatória. As comunidades de fala estabelecem normas sobre o que é apropriado ou inapropriado de ser dito a determinadas audiências; esta relação entre língua e situação social foi denominada ‘alternância situacional’ por Blom e Gumperz (1972)²⁰. É neste conjunto de normas para a expressão oral do indivíduo no seu meio social que o estilo iniciatório toma forma. Neste estilo, o falante usa recursos da língua de forma criativa, podendo deslocar construções linguísticas desenhadas para um determinado contexto e inseri-las em um contexto diferente. Por exemplo, na escola, após o intervalo, o professor poderá utilizar uma citação bíblica de forma jocosa para chamar seus alunos à sala de aula dizendo: “Vinde a mim as criancinhas!”. Porém Bell ressalva que a criatividade do falante na variação iniciatória não é ilimitada. Ela é condicionada pelo repertório limitado às experiências linguísticas do indivíduo no seu percurso de vida.

²⁰ Nossa referência é a tradução de GARCEZ e ARAÚJO (2002), cfe. consta nas referências bibliográficas.

Para melhor explicar o estilo e variação iniciatórios, Bell apresenta um novo princípio, o *referee design*. Segundo este princípio, o falante usa características lingüísticas associadas a um determinado grupo, o grupo de referência, com o qual o falante quer ser identificado, que pode ser tanto um grupo de fora da sua comunidade de fala quanto o seu próprio grupo de origem. Nesta situação o grupo de referência não está fisicamente presente, mas sua influência sobre o falante é tão viva que o seu estilo é alterado. Isso faz com que a variação estilística iniciatória seja, essencialmente, um processo de reestruturação da identidade pelo próprio falante, perante seu interlocutor, em direção ao grupo de referência.

Indubitavelmente o modelo *Audience Design* conseguiu suprir algumas falhas da abordagem *Attention to Speech*, trazendo maiores avanços à pesquisa sociolingüística. Este modelo forneceu aos lingüistas uma nova abordagem para analisar diferentes tipos de estilo de fala dentro e fora da entrevista sociolingüística. Porém, como acontece com todos os modelos que tentam dar conta de um fenômeno tão mutável e multifacetado quanto a linguagem, ele apresenta suas limitações.

A principal limitação desta abordagem é sua concentração excessiva na dimensão responsiva da variação lingüística. Desde a proposição teórica de Bell, pesquisadores como Rickford e McNair-Knox (1994) e Eckert (2000) têm demonstrado que os falantes variam estilisticamente, em situações em que eles não atuam responsivamente, como previsto originalmente por Bell. Rickford e McNair-Knox (1994) demonstram que nem sempre as pessoas simulam estar falando com um interlocutor diferente quando há uma mudança de tópico. Estes autores citam o exemplo de sua informante, Foxy, que fala como se fosse suas próprias amigas, plagiando-as em relação a determinados tópicos, ao invés de simular uma conversa com elas. Em vista deste fato e de outros similares, Bell (2001) afirmou que o

elemento iniciatório da sua abordagem precisava de uma séria reformulação, embora continuasse afirmando que as variações iniciatórias são responsivas, uma vez que implicam na utilização de estilos geralmente associados a um determinado grupo ou enquadre.

Não acreditamos que o fato da abordagem *Audience Design* ter seu pilar mestre centrado na responsividade do falante às mudanças no seu tipo de audiência possa de alguma forma prejudicar a nossa análise. Nosso trabalho será construído em grande parte a partir da análise de situações formais e informais nas quais nosso informante estará respondendo aos diferentes estilos de fala de seus interlocutores. Portanto, o emprego da teoria de Bell, nestas situações, será indispensável para um melhor entendimento da variação estilística do nosso informante.

Contudo, nossa intenção nesta pesquisa não se limita a descobrir o nível de variação estilística do nosso informante. Pretendemos também, compreender a importância dessa variação para ele e seu grupo social. Para tanto, nossa pesquisa contará com o apoio de um estudo etnográfico da comunidade quilombola (*RELATÓRIO*, 2002). Porém a inclusão de fatores extralingüísticos em nossa pesquisa acarreta a adoção de uma abordagem teórica que supra as exigências decorrentes de tal empreendimento.

Na seção seguinte explanaremos sobre uma abordagem *Speaker Design*, que acreditamos suprir estas necessidades de nossa proposta.

2.4.7 *Variação Estilística: Speaker Design*

Nesta seção analisaremos uma abordagem com características multidimensionais, que tem dado especial atenção à motivação do falante no fenômeno da variação estilística.

Grande parte dos trabalhos e pesquisas realizados por variacionistas nos últimos anos (CAMPBELL-KIBLER et al., 2000; ECKERT, 2000; KIESLING, 1996; MENDOZA-DENTON 1997; SCHILLING-ESTES e WOLFRAM, 1999) têm considerado uma gama maior de fatores para a análise da variação intrapessoal, englobando, entre outras, abordagens etnográficas, sociológicas e antropológicas.

Ao contrário dos modelos que a antecederam, na abordagem *Speaker Design* a variação estilística é entendida não como um processo responsivo, mas como um recurso para criação e recriação ativa da identidade, congregando a esfera pessoal e interpessoal, uma vez que o indivíduo constrói sua identidade na relação com o outro durante a interação social.

A prática social e a agentividade do falante são as forças propulsoras deste modelo fundamentado nas abordagens socioconstrutivistas. No *Speaker Design* as identidades preexistentes – tais como heterossexual, adulto, classe média, tornam-se recursos utilizados pelos falantes para definirem e redefinirem seu posicionamento na escala social e suas relações interpessoais, reformulando a própria estrutura da sociedade.

A fim de desvendar o papel agentivo do falante, os pesquisadores têm incluído em seus trabalhos fatores internos como proposta, *key* e enquadramento. Como exemplo deste tipo de abordagem citamos Coupland (1985, 2001). Ele estuda as estratégias lingüísticas

usadas por um radialista da rádio Cardiff, do país de Gales, para atingir diferentes propostas e estabelecer diferentes tipos de *joking keys*. O radialista faz uso da variedade vernácula para estabelecer vínculos com temas relacionados à comunidade local, e a fala padrão para anunciar acontecimentos futuros do seu programa.

Os pesquisadores têm baseado suas investigações em estudos etnográficos de longa duração no intuito de não só desvendar o uso de elementos do estilo, mas também o significado destes elementos para os seus usuários (ECKERT, 2000).

Além das clássicas características fonológicas e morfossintáticas investigadas nos primeiros estudos variacionistas, os estudos mais recentes têm observado outras características lingüísticas, paralingüísticas e não-lingüísticas. Isso demonstra a crença dos pesquisadores de que, para a análise das intenções lingüísticas do falante, é fundamental analisar a maior gama possível de recursos lingüísticos e extralingüísticos utilizados. Por exemplo, Mendoza-Denton (1997) mostra o uso de traços lingüísticos como marcadores de discurso e recursos não-lingüísticos – como estilo de roupas e maquiagem, por um grupo de adolescentes imigrantes mexicanas e mexicanas americanas, para estabelecer e demonstrar distinções na rede de relações interpessoais e afiliação a uma gangue. Eckert (2000) faz uma pesquisa etnográfica em uma escola de ensino médio na região de Detroit. A pesquisadora levanta dados como os territórios e tipos de adornos utilizados dentro da escola por integrantes de dois grupos divergentes, os *burnouts* e os *jocks*. Os resultados de sua pesquisa etnográfica ajudam-na a compreender o diferente uso de determinadas variáveis lingüísticas por estes dois grupos de adolescentes.

As variáveis lingüísticas também podem oferecer indícios sobre as intenções do falante, uma vez que carregam indícios sobre o grupo ao qual o falante pertence ou com o qual ele quer ser identificado. Estas variáveis lingüísticas podem ser associadas a mais de um grupo, ou a um atributo específico de um grupo, a um de seus indivíduos ou a idealizações como “a esposa perfeita” ou a qualitativos como “sinceridade”. Nestes casos faz-se necessária a investigação de outras variáveis lingüísticas e/ou variáveis não-lingüísticas. Por exemplo, o uso de determinados pronomes pessoais (e. g. “nós” x “eles”) pode elucidar as intenções do falante em incluir-se ou distanciar-se de um grupo distinto.

A consideração de características pragmáticas pode nos informar sobre que tipo de relação inter ou intrapessoal está em jogo. A análise destas características demonstra que os falantes, além de usarem os recursos lingüísticos para forjar suas filiações duradouras com um grupo, também podem usá-los para atingir seus objetivos na seqüência de uma conversa. Campbell-Kibler et al. (2000), por exemplo, demonstram as estratégias de um advogado, ativista do movimento “gay”, que, para dar credibilidade a sua competência profissional, adota um estilo menos “gay” durante um programa de rádio. Da mesma forma o trabalho de Bell e Johnson (1997), citados anteriormente, demonstram como o marcador pragmático *eh* funciona como um marcador da identidade Maori, particularmente a identidade maori masculina. Contudo, ao mesmo tempo ele é quantitativamente mais usado por um entrevistador não-maori, em um movimento de “hiper-convergência”, numa tentativa de aproximação ao seu informante MAORI.

Estes resultados apontam para a importância do contexto discursivo em que determinadas características ocorrem. Isto faz com que os pesquisadores dêem mais importância para a análise sobre onde os recursos estilísticos são usados. Bell e Johnson

(1997) perceberam que a partícula “eh”, associada aos homens Maoris, tende a aparecer em assuntos relacionados à cultura Maori, ao contrário de outros recursos lingüísticos como o marcador de discurso “y’know”, que aparece distribuído, praticamente, de modo uniforme nas entrevistas por eles analisadas.

2.4.7.1 Limitações do *Speaker Design* - Como podemos perceber, esta nova abordagem supriu algumas limitações das abordagens de Labov e Bell, principalmente no que se refere a sua unidimensionalidade e a sua visão do falante como respondente e não agente no uso da linguagem. Embora a abordagem *Speaker Design* tenha conduzido os pesquisadores a um melhor entendimento da variação estilística, através da inclusão de uma ampla gama de fatores que afetam de alguma forma as escolhas lingüísticas do falante, ela também apresenta limitações.

Devido à consideração de fatores internos ao indivíduo, de difícil observação na análise de sua variação estilística, esta abordagem perde a força de predição característica dos modelos de Labov e Bell. Contudo, apesar da mudança estilística iniciatória não ser predizível, ela é interpretável.

Outra limitação desta abordagem é decorrente da inclusão de características que fogem dos parâmetros da fonologia e morfossintaxe no estudo da variação estilística, que não permitem um controle quantitativo através de técnicas variacionistas convencionais. Embora esta limitação seja factual, ela também é pontual, pois muitas das pesquisas, como as de Eckert (2000), Campbell-Kibler et al. (2000), Bell e Johnson (1997), sobre as intenções do falante e a interpretação de suas intenções pelo interlocutor, têm demonstrado que o aspecto qualitativo, e não só o quantitativo, é relevante.

Uma vez que, ao contrário dos estudos de Labov, que abrangiam grupos maiores da população, os pesquisadores da abordagem *Speaker Design* enfocam a variação estilística a partir do indivíduo, é plausível questionar se os resultados da variação intra e interpessoal locais podem ser generalizados.

Como citamos anteriormente, os estudos realizados nesta abordagem resultam de pesquisas etnográficas e sociolingüísticas que partem do nível global para o estudo do individual. Segundo Eckert (2000), seria difícil analisar a fala do indivíduo sem uma compreensão etnográfica da comunidade à qual ele pertence. Além disso, as escolhas de recursos lingüísticos e não-lingüísticos que constituem a variação estilística do indivíduo são baseadas no repertório de sua comunidade, o qual, em contrapartida, é moldado pelas escolhas do indivíduo. A esse respeito, Eckert (2000:69) afirma:

O desafio no estudo do significado social da variação lingüística é encontrar a relação entre o local e o global, encontrar o elo de ligação entre as formas lingüísticas de os falantes negociarem identidade e relações no cotidiano de suas vidas, e seus lugares na estratificação social da variação lingüística que transcende as fronteiras locais.

Por isso, acreditamos que a variação intra e interpessoal estejam intimamente ligadas e sejam mutuamente influenciadas, e que uma análise mais profunda desta relação trará maiores esclarecimentos sobre o fenômeno da variação estilística.

Como vimos até agora, o processo de variação estilística está ligado à avaliação social. O falante faz uso dos recursos lingüísticos que ele encontra na sua comunidade de fala, prestando atenção aos diferentes usos e avaliações destes recursos relacionados às diferentes identidades dos seus interlocutores. Isso nos leva a crer que para uma compreensão mais

detalhada da variação estilística devemos considerar a forma como os indivíduos percebem e constroem suas identidades nas relações interpessoais.

Portanto na próxima seção trataremos das diferentes faces identitárias que permeiam as relações sociais dos falantes.

2.5 IDENTIDADE E ALTERIDADE

Segundo Stuart Hall (2001), a identidade tem sido percebida de diversas formas no percurso da história da humanidade coadunando-se com diferentes fases do pensamento humano. Desta forma, devido à amplitude de possibilidades de sua investigação, nos concentraremos, nesta seção, no conceito predominante na atualidade na psicologia social.

A ilusão da identidade estática não só nos dá o sentimento de manutenção do nosso próprio ser, um sentimento de unidade, que é necessário para nossa sobrevivência, mas também é depositária de uma gama de preconceitos e mecanismos de exclusão. Atualmente a noção de identidade como uma entidade fixa e categórica não tem sido mais suficiente para dar conta de várias situações interacionais nas quais os indivíduos visivelmente negociam suas diferentes identidades. Entretanto, os processos de negociação de identidades, presentes nas interações interpessoais e intergrupais, não pressupõem o apagamento das diferenças entre os grupos e os indivíduos. Segundo Pêcheux (apud TOMAZ T. DA SILVA, 2000), em uma sociedade capitalista, o reconhecimento das diferenças não implica na sua aceitação.

O tratamento reservado pelo sistema capitalista às diferenças, de forma geral, é o de seu apagamento através da eleição arbitrária de uma variedade lingüística como o padrão, da adoção de símbolos nacionais, da implementação de sistemas nacionais de saúde e educação e de outras políticas de normatização.

2.5.1 Identidade e Diferença

Só conseguiremos entender os mecanismos que envolvem a identidade e a diferença se analisarmos as relações de poder às quais elas estão sujeitas, convivendo em um campo hierárquico onde competem por espaços.

A identidade e a diferença refletem o anseio de diferentes forças sociais de assegurar o acesso privilegiado aos bens sociais que lhes garante o poder de “fixar” a identidade e marcar a diferença. A diferenciação é uma das ferramentas do poder para forjar a identidade e a diferença. Segundo Tomaz Tadeu da Silva (2000:82), existem ainda outros processos que estabelecem estreitas relações com o poder, refletindo essa diferenciação. Entre eles estão os mecanismos de inclusão e exclusão, demarcação de fronteiras, classificação e normalização.

Dividir e ordenar implica em estabelecer a ordem das coisas no mundo social. Separar o mundo entre “nós” e “eles” é legar poderes e valores; à primeira pessoa estão resguardados os saís da terra e à segunda seus males. Desta forma podemos erguer barreiras, “demarcar fronteiras”, dividindo o mundo entre eixos do bem e do mal, distribuindo gentílicos entre patrícios e plebeus. Nesta situação, indivíduos e grupos são classificados por meio de valores binários, atribuídos por aqueles que detêm o poder de assim o fazer. Não há simetria entre as

oposições binárias que, através de suas classificações e divisões, hierarquizam os indivíduos no mundo, havendo sempre uma avaliação positiva de um dos termos, enquanto ao outro é atribuído um valor negativo (SILVA, 2000:83). Para a manutenção destes mecanismos faz-se necessária a presença de um outro processo, o mais sutil entre eles; a normalização. Sua sutileza está em atribuir a uma identidade específica características positivas e nomeá-la, de forma arbitrária, o parâmetro de avaliação hierárquica das demais identidades.

Isso pode ser exemplificado com o fato de o oriente ter sido assim denominado por encontrar-se ao leste dos países colonizadores europeus em uma carta geográfica européia. Outro exemplo: ser homem, branco e heterossexual é o normal, os outros são desvios destas identidades, avaliados de acordo com o grau de divergência da identidade padrão. A grande força das identidades “normais” é sua invisibilidade enquanto norma.

Contudo, onde há opressão pode haver subversão. As fronteiras das identidades podem ser transpostas, e o estabelecido pode ser contestado. O atual mundo globalizado em que vivemos propicia o questionamento das identidades únicas e das operações para fixá-las. A fragilidade das identidades que acreditamos serem fixas é confrontada quando, por exemplo, adolescentes alemães em um estado como a Bavária, intimamente ligado às suas raízes culturais, assumem uma atitude *hip-hop*, através de suas roupas, expressões corporais e lingüísticas, encarnando a postura de *rappers* negros, norte-americanos, que, em geral, contestam uma situação sócio-econômica desconhecida pela sociedade bavariana.

2.5.2 *Performatividade da Identidade e Diferença*

J. A. Austin (1998) alega que o papel da linguagem não é simplesmente “descritivo” ou “constatativo” descrevendo ações, estados de coisas e situações; ela também pode exercer uma função “performativa”. A linguagem ao desempenhar seu papel performativo faz com que algo se realize. Podemos citar como exemplo de proposição performativa o pronunciamento de um juiz em um tribunal quando afirma: “Eu declaro o réu culpado”. A priori, são consideradas performativas somente aquelas asserções cuja declaração seja imprescindível para que o resultado que anunciam seja alcançado.

Contudo, muitas sentenças descritivas podem ser usadas como performativas nas relações sociais. Um bom exemplo é a secular proposição “constatativa” de que os negros brasileiros são descendentes de escravos, que fez com que a ancestralidade africana, de um povo com uma cultura e sabedoria milenares, escravizados e transportados para fora de seu continente de origem, fosse esquecida. Hoje, ao dizermos que os negros brasileiros são descendentes de “escravos” pensamos estar simplesmente fazendo uma asserção constatativa sobre um fato sócio-histórico facilmente verificável, quando na verdade estamos dando nossa contribuição para reforçar uma identidade, construída através de uma repetida afirmação inverossímil, que pensamos estar apenas descrevendo.

Este exemplo serve também para demonstrar um mecanismo muito importante no processo performativo de produção da identidade: a repetição. A força de um ato lingüístico no empreendimento de produção de uma identidade está diretamente relacionada ao seu poder de repetibilidade. Derrida (apud SILVA, 2000:78-80) chama esta propriedade de repetição do signo de “citacionalidade”, propriedade que nos possibilita o procedimento de “recorte e colagem” da linguagem. Isso significa que podemos “recortar” uma expressão proferida

várias vezes no mundo social e “colá-la” em um novo contexto como se fosse de nossa autoria, sem percebermos que estamos apenas fazendo uma “citação”, reforçando os aspectos de uma identidade cultural. Judith Butler (1999:151-172) afirma que estes procedimentos podem ser subvertidos. Os mesmos mecanismos que produzem as identidades como as conhecemos podem ser usados pelos indivíduos para formar novas e reiteradas identidades.

2.6 A IDENTIDADE QUILOMBOLA

Lutando contra a força performática das instituições conservadoras e usando novas proposições “constatativas” nas relações sociais com grupos detentores do poder, o povo negro da comunidade de São Miguel dos Pretos, bem como de outras comunidades quilombolas, tenta através da “citacionalidade” reescrever sua própria história e resgatar sua identidade africana, apossando-se de um território que abriga seus corpos e doando seu próprio corpo para preservação de seu território.

Neste processo de (re)construção e manutenção de sua identidade africana, os integrantes desta comunidade quilombola recriaram através da memória coletiva uma narrativa de um conjunto de eventos históricos relacionados à fundação de seu território negro. Estas narrativas reconstroem um passado de lutas contra um poder normatizador das estruturas sociais injustas e imorais do sistema escravocrata. As narrativas da comunidade remetem à encruzilhada do tempo entre o período do cativo e a conquista da abolição e do seu território, onde suas tradições são representadas contestando a ordem escravista.

Segundo a memória coletiva dos quilombolas, o fundador da comunidade de São Miguel era um escravo leal, valente e justo que sempre prestou bons serviços à família à qual pertencia. Esta família aparece nas narrativas da comunidade como uma família muito poderosa, severa e injusta no tratamento com seus escravos.

A fundação gloriosa da comunidade inicia-se com a revolta do então escravo Geraldo, que num ato de bravura desvincula-se dos seus senhores e passa a prestar seus serviços a uma segunda família, justa e reconhecadora de suas virtudes morais. A boa relação do escravo Geraldo com seus segundos donos e a abolição formal da escravatura possibilitam a consolidação da comunidade de São Miguel dos Pretos por meio da compra escriturada das terras do seu território negro. Neste território o conjunto de corpos libertos celebra a conquista do direito à afirmação de sua identidade africana e quilombola através de rituais festivos e religiosos. Estes rituais permitem o conagraçamento de comunidades negras da região num processo de conservação de sua sabedoria medicinal, suas danças e crenças, que ajudam a (re)construir e manter suas identidades africana, afro-brasileira e quilombola.

Como consequência da (re)construção e manutenção de suas identidades, surgiu a necessidade de resgatar um passado mais longínquo que transpõe as barreiras das narrativas da fundação da comunidade quilombola. Os novos anseios da comunidade em busca da afirmação de suas identidades tornam-se visíveis na fala do líder quilombola, Roberto Potássio:

Essas raízes do negro não é da África? Quem são essas pessoas? Porque de repente nós estamos vivendo uma raça toda com sobrenome Rosa, Campos. Vem de um sobrenome velho. Lucas Quadros ... Por parte de pai, por parte do meu avô. Por parte de pai eu pego Campos Alves. Então quer dizer que de repente está uma mistura de sobrenome, quando na realidade eu estou usando o sobrenome Rosa que

não é o verdadeiro meu, não é. Quantos Carvalhos e Rodrigues existem aí, será que eles são Rodrigues? Não é? Então é preciso que a gente faça esse resgate.

Este processo de resgate de sua identidade está envolto em um mundo social onde suas identidades são mutáveis. Tanto Roberto Potássio quanto os demais quilombolas vêm-se em diferentes momentos de sua existência assumindo diferentes papéis identitários. Contudo, devido ao seu papel de representante da sua comunidade, ele tem uma possibilidade maior de participar de diferentes instituições sociais que lhe exigem a incorporação de rituais simbólicos e determinadas posturas lingüísticas.

No seio de sua família, no papel de pai e avô, ele lança mão de recursos que lhe ajudam na formação de sua identidade patriarcal. Na comunidade, o seu papel de quilombola contrasta com seu papel de líder, mas mesmo assim ele ainda se vê como negro descendente de africanos lutando por seu espaço em meio a uma comunidade maior que os cerca, composta em sua grande maioria por descendentes de europeus. Ao estar representando sua comunidade quilombola em outros estados do Brasil, ele certamente não estará representando somente sua identidade negra de remanescente de quilombo, mas também sua identidade como negro, gaúcho. Ao emergir sua identidade gaúcha, ele estará compartilhando o passado glorioso de um povo revolucionário e trabalhador que acredita que “Não tá morto quem peleia”. Ao assumir sua identidade gaúcha ele terá que lançar mão de diferentes recursos lingüísticos e simbólicos que diferem daqueles usados pelos quilombolas baianos, por exemplo. Porém, durante a Copa do Mundo ele poderá negociar a sua identidade pentacampeã, tornando-se um brasileiro como seus companheiros quilombolas, vizinhos descendentes de europeus, paulistas, baianos, índios e seringueiros. Portanto, quanto maior a sua possibilidade de vivência em diferentes contextos sociais, tanto maior será sua capacidade de negociar novas identidades incorporando novos recursos simbólicos e lingüísticos.

E é considerando a identidade multifacetária de nosso informante que estaremos analisando a sua variação lingüística ao negociar diferentes identidades que o levam a assumir estilos variados.

3 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a formação do *corpus* de nosso trabalho. Explicamos inicialmente a forma como os dados foram coletados e o processo que utilizamos para realização de sua análise. Na seção 3.2 apresentamos a comunidade de fala da qual nosso informante é oriundo, pois acreditamos que a explicação de suas origens possibilitará uma maior compreensão da sua atitude lingüística. Na seção subsequente, apresentamos dados sociais sobre nosso informante e os critérios de sua escolha. Na última seção apresentamos os métodos utilizados para a quantificação dos dados, as variáveis morfossintáticas e fonológicas.

3.1 COLETA DE DADOS

Os dados lingüísticos analisados nesta pesquisa foram extraídos dos textos de transcrição da fala pública e privada de Roberto Potássio, gravadas em fitas cassetes no ano de 2001 e de 2003, perfazendo um total de 90 minutos.

Em julho de 2001, a União Federal, através da Fundação Cultural Palmares, e a Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul firmaram um acordo que resultaria na elaboração de laudos técnicos visando processos de titulação de comunidades remanescentes de quilombos no estado do Rio Grande do Sul, entre elas a comunidade de São Miguel, no município de Restinga Seca. A equipe de pesquisadores contratada pela Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social implementou um trabalho científico, através dos métodos de pesquisa histórica e etnográfica.

No relatório sobre a comunidade, foi dada atenção especial à exposição direta da perspectiva dos quilombolas. As falas dos moradores adultos foram gravadas em fitas cassetes. Dentre estas, selecionamos duas gravações com Roberto Potássio que apresentavam boa qualidade de áudio e que correspondiam aos nossos objetivos. Na primeira situação, temos a fala privada de Roberto em uma entrevista realizada pelos pesquisadores, em novembro de 2001, em sua casa. Durante a entrevista Roberto Potássio falou sobre a visão dos quilombolas em relação ao levantamento de dados para o laudo técnico, realizado em sua comunidade, deu sua opinião sobre o assunto e discursou sobre o início da cooperativa existente no quilombo e a formação da associação de moradores. A segunda gravação corresponde à fala pública de Roberto Potássio na solenidade de abertura da Associação de Moradores Vovô Geraldo, em dezembro do mesmo ano.

Apesar de as gravações não terem seguido os preceitos de uma entrevista sociolinguística, acreditamos que, de forma geral, elas conseguem captar tanto a fala distensa do líder comunitário quanta sua fala monitorada. Acreditamos que a fala de Roberto nos 30 minutos de gravação de sua fala privada aproxime-se de seu vernáculo por ele já conhecer os pesquisadores, por não ter sido sua primeira entrevista e por ter sido gravada em sua casa.

Além disso, pensamos que os tópicos da conversa, conforme vimos acima, não motivaram o informante ao uso de um grau maior de monitoramento de sua fala. Quanto à fala pública, que tem duração de 10 minutos, dos quais três minutos são de leitura de uma ata, não nos resta dúvida de que o cenário, a audiência, os tópicos e o grau de formalidade da situação tenham moldado suas elocuições. Estas duas gravações compõem a primeira parte do nosso *corpus*.

A segunda parte do nosso *corpus* é composta por 50 minutos de registro de duas diferentes situações de fala de Roberto Potássio, ambas gravadas em novembro de 2003, ou seja, dois anos após as gravações do laudo técnico sobre a comunidade.

A gravação da fala pública de Roberto é compreendida pelo seu pronunciamento público, enquanto Presidente da Associação de Moradores Vovô Geraldo, na solenidade de abertura e encerramento da primeira Conferência de Remanescentes de Quilombo do estado do Rio Grande do Sul, que conta ainda com um trecho onde Roberto Potássio atua como mediador em uma mesa de debates durante a conferência.

A segunda situação de fala foi gravada segundo os preceitos de uma entrevista sociolinguística. Nosso informante fala 30 minutos sobre tópicos relacionados à sua infância, família, ervas medicinais, receitas de comidas africanas e suas atividades como quilombola. Antes desta entrevista foi explicado ao informante que o propósito daquela gravação era obter informações sobre a vida no quilombo e seu passado pessoal. Roberto mostrou-se extremamente receptivo ao requerido e discorreu, em ordem cronológica, sobre sua vida e o dia a dia de um membro da comunidade. Ao entrevistador coube apenas a tarefa de lhe fazer algumas perguntas. A entrevista teve a duração de apenas 30 minutos por este ser o tempo de que Roberto dispunha entre o intervalo de uma atividade e outra da conferência. A entrevista

foi realizada em uma sala de aula da escola da comunidade cujas dependências serviram para a realização da conferência dos remanescentes de quilombo.

Para a transcrição das gravações dos pronunciamentos de Roberto Potássio nos diferentes cenários, tanto no ano de 2001 quanto no ano de 2003, empregamos o sistema de transcrição ortográfica e posteriormente efetuamos a sua digitação. Partes destas transcrições encontram-se em anexo.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Para fins de caracterização da comunidade, recorremos a dados obtidos de três fontes: a) estatísticas oficiais (IBGE, CENSO 2000); b) levantamento do nível de escolaridade junto aos membros da comunidade; c) relatório técnico-científico sobre a comunidade de São Miguel dos Pretos (*RELATÓRIO*, 2002). As informações constantes nesta seção foram particularmente obtidas a partir do *Relatório* (2002), como resultado do levantamento sócio-antropológico da comunidade, para fins de titulação de posse de terras.

A comunidade quilombola

O município de Restinga Seca, com área de 954,76 km², tem uma população de 16.400 habitantes, estando situado a 250 km da capital do Rio Grande do Sul.

Compondo uma das comunidades rurais do município de Restinga Seca, encontra-se a comunidade quilombola de São Miguel dos Pretos. Atualmente a comunidade conta com mais

de 400 indivíduos quilombolas. A grande parte dos membros da comunidade vive de pequenas hortas caseiras, plantando para sua subsistência e troca de alimentos com outros membros da comunidade. Como complementação da baixa renda familiar, boa parte dos homens adultos, mulheres e adolescentes de ambos os sexos trabalham sazonalmente em plantações de fumo e arroz de fazendeiros vizinhos, descendentes de europeus.

Evidências histórico-antropológicas (*RELATÓRIO*, 2002) demonstram que a área que hoje pertence à comunidade negra de São Miguel dos Pretos, não havia sido ocupada por europeus antes dos escravos começarem a ocupá-la por volta de 1850. O território da fundação da comunidade negra era uma faixa de terra entre duas grandes sesmarias de posse de duas poderosas e oponentes famílias da região.

Ao contrário do imaginário nacional, a formação de quilombos nem sempre se deu de forma insurrecional, seguindo o modelo do lendário Quilombo de Palmares. Diferentes grupos de escravos e ex-escravos encontraram formas alternativas para contestar o regime escravocrata e restabelecer seus modos de vida ancestrais para recuperação de seu passado histórico. O *Relatório* (2002) indica como exemplo de constituição quilombola alternativa, com características diferentes de Palmares, as comunidades de ex-escravos de Cafundó e João Ramalho, no Estado de São Paulo, que já conquistaram a titulação de suas terras, e a comunidade negra de São Miguel dos Pretos, que adquiriu em 1892 a escrituração de seu território, bem como outros quilombos no território nacional que obtiveram suas terras através de doações feitas por seus ex-senhores.

Apesar de um dos marcos de fundação da comunidade ser a revolta de um escravo, conhecido como Geraldo de Carvalho – que fugiu de seu senhor, abrigando-se em uma área

de mata, estratégica para a sua sobrevivência e ideal para o resgate de sua identidade africana, esta comunidade quilombola não foi apenas um espaço de insurreição marginal ao sistema sócio-político daquela região. Seus fundadores desenvolveram várias formas de manutenção e proteção de seu território, entre elas a legalização de sua situação fundiária, através da compra das terras nas quais haviam se instalado.

Para melhor entendermos como se deu o processo de apropriação legal, por escravos, da faixa de terra entre as sesmarias da família Martins Pinto e sua opositora Carvalho Bernardes, o *Relatório* (2002) destaca que, antes da consolidação do processo de colonização, os grandes proprietários de terras, dedicados à pecuária, vendiam suas terras de baixo rendimento para pequenos agricultores, que garantiam a produção de gêneros alimentícios para o abastecimento das grandes propriedades e do perímetro urbano. No caso de São Miguel, a compra de terras por escravos foi facilitada devido ao cenário de crise de uma das grandes famílias de latifundiários da região, a família Martins Pinto. Aliada a este panorama de crise financeira desta família, temos a situação de relativo prestígio social de que gozavam os negros fundadores da comunidade de São Miguel. Um dos seus fundadores, por exemplo, o ex-escravo Ismael Cavalheiro, era o “guarda-costas” de Levindo Carvalho, filho de José Carvalho Bernardes, e também desempenhava a função de “capelão” que “rezava o terço” sempre que alguém morria, independente de sua cor. Esta estreita ligação do escravo Ismael Cavalheiro com seus senhores possibilitou-lhe a compra das terras que ele e outros negros vinham ocupando já havia algumas décadas.

O acúmulo de renda para a compra de terras florestais desvalorizadas só foi possível após décadas de poupança de recursos adquiridos através da comercialização de produtos agrícolas e de serviços prestados na ferrovia e nas lavouras vizinhas (*Relatório*, 2002). Desta

forma, os ex-escravos Geraldo Martins Carvalho, Ismael Jorge Cavalheiro, Bento Benedicto dos Anjos e Martimiano Rezende de Souza (todos nascidos na região banhada pelo rio Vacacaí Mirim) legalizaram a compra de aproximadamente 300 hectares de terra.

Com o tempo e a necessidade de acomodar os imigrantes italianos e alemães, as terras dos negros foram consideradas devolutas e seus donos legítimos foram considerados incapazes de conduzir suas propriedades, devido ao modo itinerante de plantio que eles utilizavam e ao modo de dividir as terras para o plantio e para a criação de gado. Ainda segundo consta no *Relatório* (2002), com a orientação de firmas de colonização e amparados por uma prática jurídica clientelista, os colonos invadiram as terras dos negros e estabeleceram-se, garantidos de que poderiam contar com créditos, máquinas e sementes para começar uma vida nova nas terras do sul do país. Devido a este processo de expropriação de suas terras, a comunidade negra de São Miguel dos Pretos conta hoje com apenas 45 hectares de seus 300 hectares iniciais.

O crescimento demográfico da comunidade de São Miguel dos Pretos foi inversamente proporcional ao decréscimo de seu espaço físico. A comunidade conta hoje com aproximadamente 100 núcleos familiares, distribuídos em menos de 50 hectares. A expansão demográfica da comunidade deu-se através de uma rede solidária entre pequenos povoados negros, interligada por rituais festivos e religiosos. Desta forma foi tecida uma rede de relações de parentesco entre povoados de São Miguel, Varginha, Martimianos e Campestre, na qual homens e mulheres estabelecem alianças matrimoniais. Os vínculos entre estas comunidades remontam ao tempo da escravidão, transformando-as em um descontínuo de um mesmo grupo identitário e de parentesco. Entre estas quatro comunidades irmãs, a de São Miguel é a maior, englobando cinco troncos familiares que tendem a definir cinco núcleos de

agrupamento de moradias e que supõem laços de parentescos mais próximos (*RELATÓRIO*, 2002).

Em São Miguel, em geral, as terras de cada tronco familiar são gerenciadas pelo descendente direto mais velho do sexo masculino. Este gerenciador das terras é visto como o guardião dos papéis antigos, aquele que possui cópias de escrituras ou contratos de compra e venda que são, geralmente, ilegíveis aos seus guardiões, seja pelo seu mau estado de conservação ou pelo analfabetismo dos seus portadores. A função básica destes patriarcas é definir o espaço que pode ser ocupado por um novo núcleo familiar, onde pode ser construída uma moradia ou iniciada uma horta. O patriarca deve ser justo e generoso para com seu tronco familiar, pagar os impostos da terra e proteger os interesses de seus “herdeiros”.

Embora caibam ao patriarca as decisões sobre a divisão e ocupação dos espaços físicos, os membros da comunidade têm bem delimitadas as regras de apossamento e ocupação vigentes no quilombo há mais de um século. Tais regras prescrevem que o homem leve a esposa para a casa dos pais, crie um espaço em anexo para a moradia e uma pequena horta. Quando da morte de seus pais, ele herda o direito à terra que deverá ser compartilhada com seus irmãos, mesmo os que migraram, os quais têm o direito garantido de retornar à terra, a qualquer momento (*RELATÓRIO*, 2002).

O espaço de terra destinado a cada unidade familiar é demarcado mentalmente, pois o uso de cercas nunca foi nem é uma prática dos membros da comunidade, uma vez que o conjunto de terras é visto como uma propriedade que pertence à comunidade como um todo. Esta prática socialista trouxe problemas à comunidade de São Miguel dos Pretos com a chegada dos imigrantes europeus que consideravam as terras não cercadas como devolutas.

As mesmas regras de clientelismo que tornaram possível a fundação da comunidade negra no final do século passado em áreas florestais depreciadas, se tornaram um mecanismo de expropriação décadas mais tarde com a chegada dos imigrantes.

As fazendas de arroz dos vizinhos descendentes de europeus têm extinguido as matas adjacentes a São Miguel. Uma vez que a comunidade nunca teve acesso à medicina convencional, a saúde de seus corpos depende do conhecimento secular, passado de geração em geração, sobre o poder de cura das ervas que a cercam. Portanto, a manutenção do meio ambiente que os circunda é indispensável para a sua existência. O que está em jogo para a comunidade não é só o efeito desejado de um determinado remédio, mas também de todo o simbolismo que envolve o processo curativo, as metáforas, as crenças e as narrativas subjacentes a ele. Como exemplo, o *Relatório* transcreve a fala de Roberto Potássio – nosso informante – filho da mãe de santo de São Miguel dos Pretos (2002:86):

Por exemplo a casca do cedro: normalmente, ela limpa a pele e evita que a pessoa pegue alguma micose. No caso de tomar um banho com a casca de cedro, você está evitando problemas de pele.

A devastação da área florestal que circunda a comunidade de São Miguel dos Pretos, o crescimento demográfico da vizinhança branca e a influência de sua cultura hegemônica criam um sincretismo cultural, unilateral, mas imperceptível a alguns membros da comunidade quilombola, como podemos notar através da fala de Roberto Potássio:

Também tem u, o cipó cravo, né. Um potente remédio pra curas da doença das venéricas com a casca da mamica de cadela, da branca, que não dá espinho na folha.

A raiz do santa fê e o tajuá. Baraça da raiz do tajuá de baraçu. Adequando essas ervas, junto cum, uma dúzia de injeções pilicilina vai combatê qualquer venérica automaticamente (Fala privada de Roberto Potássio, gravada em 2003).

Mesmo durante o tempo em cativo, a autonomia do grupo foi mantida através da realização de bailes, festas, procissões do Divino e do Terço das Almas, que criaram uma densa trama cultural. Segundo consta no *Relatório* (2002:91), como esse processo de resistência cultural se deu quando os fundadores da comunidade ainda eram escravos, pode-se afirmar que a apropriação do território negro de São Miguel dos Pretos teve início antes de sua libertação da situação escravista. Ele afirma ainda que a dança pode ser vista como uma tentativa de re-apropriação de um corpo que fora escravizado, subjugado, vendido e maltratado.

Na comunidade, coexistem manifestações religiosas ligadas ao umbandismo, ao catolicismo e, mais recentemente, à igreja pentecostal (Evangelho Quadrangular). O culto dos orixás da umbanda está associado fortemente à busca de solução para os problemas, que geralmente são casos de enfermidades tratados através de ervas medicinais prescritas pela mãe de santo. Grande parte da comunidade frequenta os rituais umbandistas, que contam também com a procura de pessoas vindas da zona urbana de Restinga Seca e de outras cidades como Porto Alegre, Caçapava, Uruguaiana e São Borja. À semelhança de outros lugares do estado e do país, os cultos umbandistas de São Miguel são caracterizados pelo linguajar e pelos cantos em língua africana, que fazem parte dos ritos praticados por seus seguidores (*RELATÓRIO*, 2002).

Existem dois rituais de fundo católico que fazem parte da cultura da religiosidade típica da comunidade. A Festa do Divino é um evento que costumava acontecer desde a

fundação da comunidade até poucas décadas atrás, em que as pessoas saíam em procissão cantando e rezando, repetindo os mesmos cantos e as mesmas rezas no decorrer do trajeto. Ainda hoje ocorre o Terço das Almas, que é um encontro de fiéis para orar pela alma de negros e de brancos através de cantos em português, mas os quais antigamente eram cantados em língua africana, segundo o depoimento de um antigo morador do local (*RELATÓRIO*, 2002:95).

No início da década de 60, começou a funcionar, nas terras da comunidade de São Miguel, uma escola de 1^a a 4^a série do ensino fundamental, a qual na década de 70 foi ampliada, passando a oferecer o ensino fundamental completo. Tudo isso foi feito graças aos esforços do líder comunitário de então, conhecido como Tio Panda, o qual, com o auxílio da comunidade e do prefeito da época, conseguiu facilitar o acesso à educação das crianças de São Miguel.

Hoje a maioria das crianças quilombolas frequenta a escola e, em geral, estuda até o oitavo ano do ensino fundamental. Poucos adolescentes conseguem dar continuidade aos seus estudos, pois a escola de ensino médio encontra-se na sede do município de Restinga Seca, distante 10 km de São Miguel dos Pretos. O desejo de pais e alunos, de ter mais adolescentes da comunidade com o ensino médio completo, esbarra na dura e simples realidade de que a maioria não pode pagar o transporte escolar, que custa, mensalmente, 1/6 do salário mínimo, por estudante. No início de 2004, as verbas públicas estaduais destinadas à ajuda do pagamento do transporte de alunos carentes foram canceladas, fazendo com que quatro dos 14 alunos que estavam cursando o ensino médio na sede do município não pudessem mais continuar estudando; hoje, estes ex-estudantes trabalham mais de dez horas diárias em atividades fumageiras.

Os dados do IBGE do censo de 2000 demonstram que os índices de alfabetização no município de Restinga Seca são relativamente altos: 90,6%, entre os indivíduos com 10 anos ou mais de idade. Entretanto, dentre os 13.643 habitantes com 10 anos ou mais de idade, apenas 29% possuem oito anos ou mais de estudo, e 8,1% destes indivíduos possuem 11 anos de escolarização. Entre os quilombolas de São Miguel dos Pretos estes percentuais são distribuídos diferentemente: o índice de alfabetização é 80,5 %, o percentual de indivíduos com 10 anos ou mais de idade, com oito anos ou mais anos de estudos é de 13%, e com 11 anos de escolarização é de apenas 2%.

Um dos orgulhos da comunidade é uma de suas jovens que, apesar de ainda não ter conseguido emprego na sua área, completou um curso técnico de enfermagem. Dentre todos os quilombolas apenas 13 conseguiram contrariar as estatísticas e completar o ensino médio. Lamentavelmente, a exemplo do que acontece com a técnica de enfermagem de São Miguel, os jovens que conseguiram concluir o ensino médio não conseguem colocação no mercado de trabalho da região; poucos são contratados para o trabalho não qualificado na fábrica de móveis da região, a qual está em processo de encerramento de suas atividades no município, e a grande maioria acaba trabalhando sazonalmente nas plantações de arroz e fumo de fazendas vizinhas à comunidade.

É neste contexto sócio-histórico que surge a liderança de Roberto Potássio, eleito em dezembro de 2001, presidente da primeira associação comunitária dos quilombolas, na esperança de que parte deste quadro de discriminação racial e isolamento sócio-econômico, pelo qual a comunidade tem passado desde sua fundação, possa ser revertido ou, pelo menos, minimizado.

3.3 CARACETRIZAÇÃO DO INFORMANTE



A escolha de nosso informante baseou-se nas profundas mudanças político-sociais vivenciadas por Roberto Potássio, que parte de uma posição de simples membro quilombola para a posição de líder comunitário respeitado dentro e fora da sua comunidade. Avaliamos que estas mudanças tenham ampliado seus papéis sociais e suas redes de comunicação, diversificando o seu repertório lingüístico em um curto espaço temporal. Acreditamos ainda que estas mudanças poderão ser observadas no desempenho lingüístico de Roberto Potássio nos diferentes cenários de uso da linguagem.

Roberto Potássio, nascido em 9 de julho de 1956 como o primeiro de dois filhos da Mãe Toti, é agricultor quilombola, casado, pai de cinco filhos e avô de seis netos, natural de

São Miguel dos Pretos, comunidade negra no município de Restinga Seca, situado a 250 km de Porto Alegre.

Quando criança Roberto Potássio freqüentou a escola até a metade da quinta série do ensino fundamental, quando teve que deixá-la para ajudar a família após a perda da visão de sua mãe ocasionada por uma picada de cobra em meio a uma plantação de fumo onde, como a maioria dos quilombolas, trabalhava, prestando serviços a fazendeiros vizinhos.

Durante o tempo em que esteve na escola Roberto caminhava, independente das condições climáticas, 10 km diariamente para assistir aula.

Roberto morou fora de sua comunidade pelo período de seis anos. Como boa parte dos adolescentes da comunidade, Roberto foi procurar emprego na capital do estado ainda na adolescência. Por sua mãe ser a líder espiritual na terreira da comunidade e devido à sua falta de visão, Roberto Potássio tornou-se um conhecedor das ervas medicinais utilizadas no terreiro de Dona Toti. Mais tarde, Roberto Potássio recebeu iniciação na religião afro da qual é praticante ainda hoje.

No ano de 2001, Roberto venceu a eleição democrática à presidência da Associação Comunitária Vovô Geraldo. O cargo de Presidente da ACVG possibilitou a Roberto, que nunca havia saído do estado do Rio Grande do Sul, nos últimos anos, conhecer grande parte do país. Desempenhando o papel de líder quilombola e representante dos remanescentes de quilombos do estado, Roberto esteve várias vezes em Brasília. Ele também esteve em reuniões e conferências nos estados da Bahia, Maranhão, São Paulo e Rio de Janeiro, entre outros. Hoje, Roberto cumpre o seu segundo mandato como presidente da associação

comunitária de São Miguel dos Pretos, cargo que ocupará até dezembro de 2005, e participa do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) do governo federal.

Portanto nosso informante é um líder quilombola que luta pela manutenção de sua identidade africana, afro-brasileira, gaúcha, rural, paterna, fraterna e filiarcal. Sua luta também é pela reaquisição da posse das terras de seus ancestrais, preservação do meio natural para gerações presentes e futuras de quilombolas. Roberto Potássio luta ainda pelo reconhecimento de seu espaço e o de seus companheiros quilombolas no meio social, travando batalhas jurídicas e lingüísticas nos vários cenários do uso da linguagem.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Tendo sido realizada a transcrição ortográfica das gravações em fitas cassetes, as interações lingüísticas de nosso informante foram ouvidas detalhadamente a fim de identificarmos dados relevantes aos nossos objetivos nesta pesquisa.

Em um primeiro momento classificamos os pronunciamentos de Roberto de acordo com o contexto em que ocorrem. Com base nos critérios de Fishman (1968), classificamos o discurso de Roberto como fala em domínio público e fala em domínio privado. Dentre as quatro gravações, duas foram catalogadas como ocorrendo em domínios públicos e as outras duas em domínios privados. Para podermos classificar mais detalhadamente cada domínio, foram observadas variáveis como o tópico e a audiência com a qual Roberto interage em cada momento. As duas situações de fala em que Roberto se encontra em domínios públicos, onde o grau de monitoramento de seu desempenho lingüístico é mais esperado, denominamos fala

pública e as outras duas situações em domínios privados, nos quais seu discurso é mais relaxado, denominamos fala privada. Desta forma, as situações da solenidade de abertura da ACVG em 2001 e a abertura, mediação e encerramento da primeira conferência de remanescentes de quilombos do estado do Rio Grande do Sul em 2003 são tratadas como situações da fala pública de nosso informante e as demais, situações de fala privada. Realizada esta primeira etapa, passamos a analisar os fenômenos que nos chamaram a atenção na fala de Roberto nos diferentes contextos. Entre eles, observamos que, como ao longo do *continuum* dialetal, as regras de concordância nominal e verbal na fala de nosso informante comportavam-se de forma variável.

Em relação às regras de concordância nominal, nos direcionamos aos dados relacionados à concordância gramatical de número plural entre os elementos do SN, contudo também arrolamos os casos concernentes à concordância de gênero. Quanto à concordância verbal, analisamos a realização da desinência número pessoal de primeira e terceira pessoas do plural.

Aos dados referentes à concordância verbal de primeira e terceira pessoa e à concordância nominal de número foram aplicados cálculos de percentuais e, em alguns casos, foi calculado o qui-quadrado²¹.

Os resultados dos cálculos de qui-quadrado e de percentuais são apresentados em tabelas e gráficos. Tais resultados, quando possível, são comparados com resultados de outras pesquisas realizadas em comunidades ao longo do *continuum* dialetal.

²¹ Quando as tabelas de contingência são do tipo dois por dois (por exemplo, dois marcos temporais e duas formas lingüísticas variáveis, como padrão e não-padrão, calculamos o qui-quadrado usando a fórmula com a chamada correção de Yates, por orientação do Prof. Álvaro Vigo, do Instituto de Matemática da UFRGS.

No concernente à concordância nominal de gênero não-padrão, não podemos aplicar nenhum cálculo estatístico devido ao baixo número de casos, embora suas ocorrências tenham sido registradas e comentadas.

Além dos traços morfossintáticos da fala de Roberto, também analisamos o uso dos pronomes “nós” e “a gente” como referência à primeira pessoa do plural. As ocorrências destes pronomes foram computadas e calculados os seus percentuais de realização em contextos distintos; os respectivos resultados foram apresentados em tabelas.

Outros aspectos considerados na análise dos dados foram os processos de formação de palavras, que sugerem um estágio de aquisição da variedade culta da língua; o léxico utilizado por nosso informante, que ora se aproxima do léxico utilizado na variedade culta, ora do encontrado nas variedades rurais do PB. Também analisamos os processos fonológicos de sua fala que apresentam traços da fala de informantes de variedades rurais e comunidades isoladas.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, apresentamos e analisamos os dados obtidos conforme descrito no capítulo da Metodologia. A estrutura reflete os dois eixos propostos para a análise de fenômenos lingüísticos da fala do informante: no domínio público e no domínio privado.

4.1 A FALA PÚBLICA

Os dados que estaremos analisando nesta primeira seção são oriundos de duas situações de fala pública de Roberto Potássio em dois momentos distintos, separados pelo espaço temporal de dois anos. A primeira situação data de novembro de 2001, quando da abertura oficial da Associação Comunitária Vovô Geraldo. Estavam presentes à reunião quilombolas da comunidade, pesquisadores da UFRGS e técnicos da Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social do Rio Grande do Sul, responsáveis pelo levantamento de dados para a confecção do laudo técnico sobre a comunidade de São Miguel dos Pretos. Naquela ocasião o senhor Roberto Potássio ocupava o cargo de Vice-presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo. A segunda situação de fala pública do nosso

informante é datada de novembro de 2003, quando da abertura da primeira Conferência Estadual de Remanescentes de Quilombos do estado do Rio Grande do Sul. Nesta segunda situação estavam presentes quilombolas de várias comunidades do estado, pesquisadores das universidades federais de Santa Maria e de Porto Alegre, bem como representantes do poder público das esferas municipal, estadual e federal. Neste evento, Roberto Potássio já era presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo.

A gravação do primeiro evento tem a duração de 10 minutos, sendo três minutos compostos pela leitura da ata de abertura da Associação, efetuada por Roberto Potássio, e os sete minutos restantes pelo seu pronunciamento livre.

A segunda gravação é compreendida por 20 minutos de pronunciamento do senhor Roberto Potássio, dividida em três blocos distintos, a saber: abertura da conferência, mediação de debates e encerramento da conferência.

Primeira Hipótese

Nas situações de fala pública, os níveis de concordância verbal do informante deverão aproximar-se dos índices observados em falantes da variedade culta do português.

Apresentaremos em primeiro lugar os resultados globais dos índices de concordância verbal de p4 e p6 nas situações de fala pública de Roberto Potássio, quando da solenidade de abertura da Associação Comunitária Vovô Geraldo (ACVG) em 2001 e da abertura, mediação e encerramento das atividades da primeira Conferência de Remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul (CERQ), realizada em novembro de 2003.

Para melhor entendermos em que medida Roberto Potássio²² domina a aplicação da regra de concordância verbal segundo a norma padrão, que exige a aplicação categórica da regra, dividimos nossos dados, em um primeiro momento, em aplicação da norma padrão de concordância ou não.

Apresentamos abaixo, na tabela 1, os resultados de concordância verbal reunindo todos os dados das duas situações de fala pública. Distinguimos, porém, o cômputo com e sem o trecho de leitura da ata.

Tabela 1 – Uso de concordância verbal de p4 e p6 na fala pública do líder quilombola R.P.

	<i>Todos os dados</i>		<i>Dados sem leitura</i>	
	<i>N/Total</i>	<i>%</i>	<i>N/Total</i>	<i>%</i>
Fala pública	114/138	83	105/128	82

Como podemos perceber na tabela 1, o trecho de leitura feito por R.P. durante a solenidade de abertura da ACVG praticamente não altera os resultados gerais de sua fala pública nos dois momentos distintos. Isto é provavelmente devido ao baixo número de ocorrências de p4 e p6 na leitura e ao tempo muito breve de gravação de dados deste tipo. Registre-se, ainda, que o índice de uso do padrão, de 82%, é efetivamente muito alto, especialmente se pensarmos no *continuum* dialetal descrito no Capítulo 2 deste trabalho. Uma comparação detalhada vai nos permitir avaliar melhor esta questão.

²² Doravante, ao longo do trabalho, nos referiremos ao nosso informante como R. P.

Como os processos envolvidos na variação da concordância verbal são distintos²³ para p4 e p6, na tabela 2 analisaremos somente os dados de p4, para que possamos compará-los com resultados de pesquisas realizadas em outras comunidades.

Nesta etapa, ao excluirmos os dados do trecho lido na reunião de abertura, nos aproximaremos o máximo possível dos parâmetros que nortearam as outras pesquisas com as quais compararemos nossos dados.

Tabela 2 – Variação na concordância verbal de p4 na fala pública do líder quilombola R.P. em comparação com os resultados de entrevistas sociolinguísticas com falantes escolarizados (ZILLES et al., 2000)

	<i>Fala pública de R.P.</i>	<i>%</i>	<i>Zilles et al. (2000)</i>	<i>%</i>
	<i>N/Total</i>		<i>N/Total</i>	
Padrão	44/88	50	579/1035	55
Não-padrão	29/88	33	347/1035	34
Des. Zero	15/88	17	109/1035	11

$X^2 = 3,641$, $p > 0,10$

Analisando a tabela acima, podemos perceber que os dados da situação de fala pública de R.P. aproximam-se muitíssimo daqueles encontrados em Zilles et al. (2000). De fato, o resultado do teste qui-quadrado²⁴ mostra que não há diferença significativa quanto à concordância verbal entre essas duas amostras. Os informantes escolarizados de Zilles et al., oriundos da zona urbana das cidades de Porto Alegre e Panambi, apresentam 55% de

²³ Para p4 há, além da variação na forma da desinência (-mos ~ -mo), variação na realização ou não da própria desinência (nós cantávamos ~ nós cantava), variação na vogal temática (chegamos ~ chegemo), a importante alternância entre nós e a gente. Para p6, não há novo pronome em questão, mas há variação na realização ou não da nasalização (eles cantam ~ eles canta), variação na realização ou não do ditongo (cantam ~ cantu), e variação na escolha do item lexical (eles são ~ eles é).

²⁴ O qui-quadrado *calculado* foi de 3,641, valor aquém do valor *tabelado* de 5,991, considerando-se dois graus de liberdade e $p=0,05$.

desinência padrão (-mos), enquanto R.P. faz concordância padrão em 50% dos casos registrados na sua fala pública. Os índices de concordância não-padrão (-mo) e desinência zero também são muito similares aos dos informantes de Zilles et al., que apresentam 34% de desinência não-padrão e 11% de desinência zero, ao passo que nosso informante apresenta 33% de desinência não-padrão e 17% de zero.

Ao compararmos os dados de realização de DNPP4 (somando-se os índices de padrão e não-padrão) do líder comunitário, que totalizam 83% na fala pública, aos dados encontrados por Bortoni (1985), Rodrigues (1992) e Nina (1980), percebemos que há uma diferença considerável entre os percentuais de realização da desinência (padrão e não-padrão): R.P., em sua fala pública, usa muito mais a desinência de p4.

Para melhor visualizarmos essas diferenças entre os índices de aplicação da regra da DNPP4 por R.P. e pelos informantes das pesquisas citadas acima, apresentamos o gráfico seguinte.

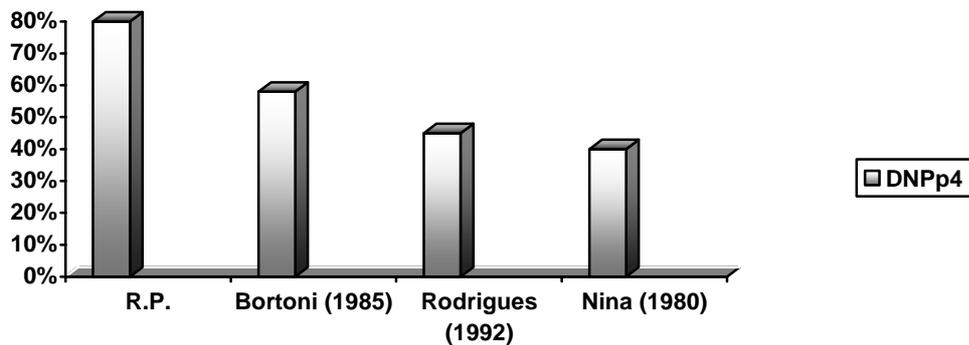


Gráfico 1 - Índices de realização de desinência número pessoal para p4 na fala pública de R.P.

Como podemos perceber através do gráfico acima, na comunidade de Brazlândia, pesquisada por Bortoni, os índices de concordância verbal (padrão e não-padrão) são de 56%, e na comunidade de favelados da periferia de São Paulo, pesquisada por Rodrigues, são de 46%, enquanto Nina, na microrregião Bragantina no Pará, encontrou índices de 42% de aplicação da regra de concordância verbal.

É importante salientarmos que, ao contrário de nosso informante, que possui a 4ª série do ensino fundamental completa, os informantes de Nina são analfabetos de uma comunidade rural. Por sua vez, os informantes de Bortoni e Rodrigues, embora migrantes de áreas rurais ou filhos de migrantes, são analfabetos e semi-alfabetizados, moradores de áreas urbanas periféricas, compondo o que Bortoni caracteriza como sendo a variedade rurbana do PB.

Embora reconheçamos a influência dos diferentes níveis de instrução entre nosso informante e os demais sobre a realização da DNpp4, acreditamos que existam outros fatores operantes no movimento de aproximação dos índices de concordância verbal de R.P. aos dados de falantes escolarizados, analisados por Zilles, e de afastamento dos índices encontrados por Bortoni, Rodrigues e Nina.

Ressaltamos primeiramente que o grau de formalidade de uma entrevista, em geral, não é tão alto quanto o de um pronunciamento de um indivíduo em uma cerimônia de abertura de um evento ou uma reunião formal, seja ela de condomínio, empresarial ou de abertura de uma associação. Relembrando Labov (seção 2.4.5), concordamos que quanto maior for o grau de formalidade do evento, tanto mais atenção o falante prestará à sua fala, levando-o a usar o extremo formal do seu repertório linguístico numa tentativa de corresponder às expectativas da interação social em que esteja envolvido. Devemos ainda considerar que no domínio

público, R.P. está assumindo a identidade não só de líder comunitário, mas também a de representante de todos os remanescentes de quilombos do estado perante representantes políticos de várias esferas do poder público. Acreditamos, portanto, que tanto a sua face identitária como representante dos remanescentes de quilombos de todo o estado, quanto os seus interlocutores ratificados influenciem o seu desempenho lingüístico.

E ainda, aliado a estes fatores, pensamos que esta congruência de R.P. com os dados de informantes escolarizados do perímetro urbano seja também consequência da consciência de nosso informante sobre a correlação entre variação dos domínios de uso da linguagem e variação estilística, adquirida durante a sua trajetória de vida, especialmente no período coberto por esta análise, de 2001 a 2003, quando ele ascende socialmente à posição de líder comunitário.

Analisaremos agora os dados referentes à terceira pessoal do plural nos eventos de 2001 e 2003.

Tabela 3– Variação na concordância verbal de p6 na fala pública do líder quilombola R.P.

	<i>N/Total</i>	%
Realização da des.	32/40	80
Des. zero	8/40	20

Os dados da tabela acima nos mostram que a realização de DNp6 em 80% das ocorrências está muito próxima à realização de DNp4 de 83%, observada anteriormente.

Estes índices de realização da DNPP6 são de fato semelhantes aos obtidos por Monguilhott (2001), que pesquisou informantes do projeto Varsul na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, e encontrou um índice de 81% de concordância de p6 para os informantes com até 11 anos de escolaridade. Além disso, os dados da fala pública de R.P. são apenas nove pontos percentuais mais baixos que os de informantes cariocas com ensino médio de Naro e Scherre (2000), que apresentaram percentuais de 89% de concordância.

Como vimos no segundo capítulo, Camacho (1993) analisou o comportamento da aplicação da regra de concordância verbal por informantes de nível universitário em situações de fala pública, num total de 60 horas, e de fala privada composta por 140 horas de gravação. Os índices da fala pública de R.P. não alcançam os percentuais de aplicação da regra de concordância verbal dos informantes universitários do Nurc, que chegam a 95,2%, nas situações de fala pública. Seus índices de concordância também estão muito abaixo dos percentuais de aplicação da regra por informantes universitários do trabalho de Naro e Scherre (2000), que atingem 95% de realização da DNPP6.

Contudo, ao considerarmos os resultados de Camacho somente em relação à fala privada de seus informantes, que aplicam a regra em questão em apenas 86% dos casos, os índices de aplicação da regra de concordância verbal, de 80%, de R.P. estão muito próximos aos percentuais obtidos por informantes universitários. Esses dados nos levam a crer que os índices de aplicação da regra de concordância verbal estão relacionados não só ao grau de instrução do indivíduo, mas também à situação de fala, seus interlocutores e aos cenários do uso da linguagem.

Por outro lado os índices de realização da desinênci número pessoal da terceira pessoa estão muito acima dos resultados encontrados por Rodrigues (1992) em uma comunidade de favelados, analfabetos e semi-alfabetizados na periferia da cidade de São Paulo, que apresentaram 33% de realização de DNPP6. O percentual de concordância de nosso informante também supera os resultados de 44% de concordância padrão e não-padrão dos informantes do Mobral analisados por Guy (1981) no Rio de Janeiro. Os níveis de realização de DNPP6 de R.P. são ainda superiores aos dos informantes do Rio de Janeiro que completaram a segunda fase do ensino fundamental, pesquisados por Naro e Scherre (2000), os quais apresentaram 71% de concordância na terceira pessoa do plural.

Nossas constatações podem ser melhor observadas através do gráfico que segue.

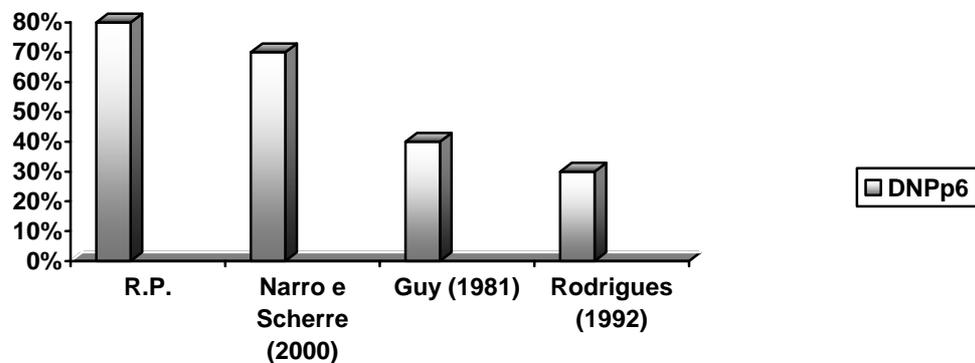


Gráfico 2 – Índice de realização de desinênci número pessoal para p6 na fala pública de R.P.

Conforme vimos anteriormente, os percentuais de concordância verbal de p4 e p6 de R.P. na fala pública são coerentes com a teoria do axioma do estilo de Bell (1984:151), que afirma que a variação no âmbito estilístico na fala do indivíduo reflete e é derivada da variação existente entre os falantes na dimensão social, podendo tornar-se difícil a distinção

entre a fala casual de um indivíduo culto e a fala monitorada de um falante com baixo nível de escolaridade.

A análise destes primeiros resultados demonstrou que, embora os índices de realização da DNpp4 e p6 na fala pública de R.P. não tenham alcançado índices semelhantes aos de informantes universitários, eles se igualaram e até mesmo superaram percentuais de aplicação da regra de concordância por informantes do Varsul e Nurc, com nível de escolaridade muito superior ao seu.

Dentro desta perspectiva, nossa primeira hipótese, a de que os níveis de concordância verbal do informante aproximar-se-iam dos índices observados em falantes da variedade culta do português, foi favorecida.

4.2 A FALA PÚBLICA COM AUDIÊNCIA RATIFICADA

Segunda Hipótese

Mesmo em uma situação de fala pública, ao ratificar seus companheiros quilombolas, a fala de nosso informante realizará mudança estilística e apresentará traços vernaculares (processos fonológicos, níveis menores de concordância e léxico local ou idiossincrático) de sua comunidade.

Os integrantes da platéia de Roberto Potássio nas duas situações de formalidade não constituem um grupo homogêneo. Em ambas as situações, Roberto fala a um público

composto por mulheres, homens e crianças, negros e brancos, políticos, representantes de organizações governamentais e não-governamentais, pesquisadores, estudantes universitários, professores, membros de sua própria comunidade e outros quilombolas.

Nesta seção, nossa atenção estará voltada para a forma como nosso informante portase e reporta-se a seus companheiros quilombolas durante as situações de fala pública em questão neste trabalho. Nos propusemos a analisar as mudanças que ocorrem, se ocorrerem, na fala de R. P. quando seus companheiros quilombolas e membros da sua comunidade, em meio a um público heterogêneo, tratados indistintamente como os demais interlocutores destinatários, são promovidos de participantes a participantes ratificados na interação de fala.

4.2.1 Considerações sobre a Ratificação dos Quilombolas na Fala Pública

Na situação de fala pública de 2001, na cerimônia de abertura da ACVG, existem dois momentos distintos na fala de R. P. Em um primeiro momento há um ato solene conduzido pelo presidente da ACVG, R. P., ao ler uma ata de abertura da associação comunitária. Este primeiro cenário é descrito por Clark (1996) como um cenário mediado. Neste cenário, R. P. expressa, através da leitura de um documento, composto pela associação comunitária com ajuda dos pesquisadores, intenções que não são necessariamente as suas. A leitura do documento representa o resultado de um consenso dos membros da associação, tendo como destinatários os quilombolas e os pesquisadores presentes à reunião. A descrição deste cenário nos antecipa o grau de formalidade esperado nesta parte do pronunciamento de R. P.

Por outro lado, a segunda parte do pronunciamento de R. P., que tem sete minutos de duração, caracteriza-se por um grau maior de liberdade do seu discurso. Neste momento, sem estar intermediando intenções ou tendo as suas intermediadas, o líder comunitário constrói seu próprio discurso. O segundo segmento é denominado por Clark (1996) cenário não-pessoal, no qual a interação lingüística entre falante e interlocutor é caracterizada pela rara possibilidade de troca de turnos ou interrupções por parte do interlocutor.

Todavia, o pronunciamento do falante em tais cenários tem sua liberdade vigiada pelas normas sociais que pré-estabelecem o que pode ser dito e como se espera que isso seja dito. As características deste cenário trazem implícito o uso de uma fala monitorada.

É importante salientar que nesta “arena do uso da linguagem”, composta pelos momentos distintos, tanto o líder comunitário quanto os demais quilombolas e pesquisadores presentes desempenham “ações conjuntas”. Na situação de pronunciamento de R. P., os demais indivíduos que fazem parte deste cenário compartilham com o palestrante a idéia de que seu monólogo não deve ser interrompido nem questionado. O perfeito desenrolar da cerimônia torna-se exequível pelo que Clark (1996) chama de “base comum”, ou seja, o compartilhamento das regras deste cenário pelos indivíduos envolvidos na interação lingüística.

R. P. desempenha o seu papel de presidente da associação comunitária, consciente da heterogeneidade de sua platéia e da pressão exercida sobre sua fala pela formalidade da situação. Através da análise do seu discurso público, torna-se evidente que os integrantes da platéia são tratados indistintamente, não havendo ratificação de nenhum grupo em particular durante o seu pronunciamento.

Em um dos momentos em que, falando sobre as verbas que foram destinadas à comunidade e as promessas de políticos, aparentemente, Roberto direciona perguntas aos quilombolas, introduzindo-as da seguinte forma:

“E eu *as pergunto*: Ondi elas estão? ... Quem tem uma pra mostrá pra genti?”

Pensamos que o seu chamamento não tenha sido compreendido por seus companheiros quilombolas, a quem ele estaria, supostamente, se dirigindo, devido à forma como ele foi introduzido. Ao utilizar, ainda que de forma não-padrão, uma estrutura da norma culta que não é de uso comum em sua variedade rural, R. P. não está de fato ratificando seus companheiros.

Ao usar a estratégia de incluir-se no grupo ao qual a pergunta é direcionada através do uso de “pra genti”, ele ganha a autoridade para responder a pergunta e o faz de forma categórica e imediata:

“Respondo: Nenhum di nós tem”.

Estas considerações sobre a situação de fala pública de R. P. em 2001 demonstram que não há ratificação dos membros de sua comunidade neste cenário de uso da linguagem. Portanto, fica impossibilitada a verificação de nossa hipótese neste primeiro contexto.

No evento de 2003, a mesma situação não se repete. Há um momento durante o encerramento da conferência que R. P. ratifica os membros de sua comunidade e os quilombolas visitantes.

Assim sendo, nossa tarefa será a de desvendar se há mudanças estilísticas nesse momento de sua fala pública, sem mudança de cenário. Para tanto, estaremos analisando seus níveis de concordância verbal e nominal, alguns dos processos fonológicos e o léxico presente neste trecho de sua fala.

4.2.1.1 Concordância verbal - Como já havíamos visto na seção anterior, os índices de concordância verbal de Roberto Potássio na situação de fala pública são comparáveis aos encontrados em dados de falantes escolarizados e em alguns casos, os superam. No evento de fala pública de 2003, o índice geral de realização da DNP p4 e p6 padrão de R. P. é de 43%, e o de desinência zero é de 23%.

Veremos na tabela abaixo como estes índices se comportam ao separarmos a sua fala em dois momentos distintos: o da ratificação dos quilombolas e a ratificação de toda a platéia.

Tabela 5 – Variação na aplicação da regra de concordância verbal na fala pública de R.P em relação à ratificação de seus companheiros quilombolas ou à ratificação de toda a platéia em situação de fala pública.

	<i>Ratificação dos quilombolas locais</i>	<i>%</i>	<i>Ratificação de toda a platéia</i>	<i>%</i>
Padrão	6/29	20	33/62	53
Não-padrão	14/29	49	17/62	28
Des. zero	9/29	31	12/62	19

$X^2=8,571$, $p<0,02$

Podemos perceber através dos dados da tabela acima que ao ratificar seus companheiros quilombolas, seus índices de concordância padrão diminuem significativamente, passando de 53% de concordância padrão para apenas 20%. O teste de qui-quadrado demonstrou que esta diferença é bastante significativa, apresentando uma margem de erro menor do que 2%.

O baixo índice de concordância verbal durante a ratificação de seus companheiros quilombolas é um indício da variação estilística de R. P., que molda sua fala em relação não só ao cenário, mas também em relação ao seu interlocutor ratificado.

Uma vez que os dados acima foram originados em um mesmo cenário, não podemos considerar o grau de atenção à fala como um dos agentes influenciadores da variação estilística de R. P. Uma explicação plausível para esse fenômeno parece-nos ser o modelo de *Audience Design* de Bell, segundo o qual o falante molda o seu estilo para e em resposta aos seus ouvintes. Portanto, a ratificação dos quilombolas ou da platéia em geral, sem mudança de cenário, seria a causadora da variação estilística percebida através da análise dos dados acima. Podemos ainda acrescentar que estes movimentos de conversão e divergência à norma padrão referentes à aplicação da regra de concordância verbal estão relacionados a mecanismos de aproximação e afiliação aos diferentes grupos presentes. Tais mecanismos servem de ferramenta para a construção das diferentes identidades de nosso informante: a de representante político dos remanescentes de quilombos de todo estado que recebe formalmente os convidados de fora, e a de líder comunitário que fala com seus semelhantes.

4.2.1.2 Processos fonológicos - É perceptível na fala de R. P. a utilização de alguns processos fonológicos típicos de variedades rurais durante a ratificação de seus companheiros quilombolas.

Um desses processos, que nos chamou a atenção, foi o apagamento do /s/ em final de palavra conforme os exemplos abaixo:

mai a gente tem uma grandi amizadi, né.

nói vai se campando e...

De acordo com Bortoni (1985:54), o apagamento de /s/ em sílabas finais de nomes no plural reflete uma tendência geral do português brasileiro em eliminar marcas redundantes de plural no sintagma nominal, preservando a marca de plural somente no primeiro elemento. Porém o apagamento de /s/ em nomes no singular e em advérbios tende a não ocorrer. A tendência ao apagamento da fricativa sibilante nestes contextos é uma característica típica de variedades rurais e rurbanas.

É importante salientarmos que este fenômeno também foi registrado por Dionísio (1994) na fala de informantes analfabetos em Pedra D'água, uma comunidade negra semi-isolada no estado da Paraíba. Os informantes apresentaram realizações como as que seguem abaixo:

mai eu saí de lá com pena...(Dionísio,1994:18)

adepoi teve um médico lá... (idem:19)

Outro processo muito freqüente nas variedades rurais, segundo Bortoni (1985:64), é a metátese do /r/, que também está presente na ratificação dos companheiros quilombolas de R. P., conforme o exemplo abaixo:

pruquê (por porque)

intrevalo (por intervalo) Bortoni (1985:64)

Outros processos fonológicos encontrados na fala de R. P. no referido trecho foram a nasalização e a desnasalização. Ainda segundo Bortoni (1985:63), a nasalização de vogais orais é uma característica típica de falantes das variedades rurais do PB e, em casos como o que encontramos na fala de nosso informante, pode ser considerada um fenômeno de assimilação.

Embora a desnasalização seja empregada em maior ou menor grau ao longo do *continuum* dialetal brasileiro, a sua ocorrência, principalmente em nomes, é mais acentuada nas variedades rurais do PB.

Nasalização: ãssim (por assim)

Desnasalização: bença (por benção)

Embora não tenhamos registrado o uso de léxico local na fala pública de R.P. ao ratificar seus companheiros quilombolas, é indubitável a sua movimentação estilística em direção ao seu vernáculo.

O primeiro forte indício desta movimentação foi expresso através dos baixos níveis de concordância verbal na sua fala no momento da ratificação dos quilombolas. A significância estatística destes percentuais de concordância verbal, divergentes da norma padrão e culta, indicam uma mudança identitária de R.P. que parece assumir a sua identidade quilombola, demonstrando solidariedade aos seus companheiros de luta, mesmo em um domínio de fala pública.

Os fenômenos fonológicos registrados no momento da ratificação dos demais quilombolas, como a metátese, nasalização e a perda do /s/ em um contexto que, segundo Bortoni (1985:54) caracteriza as variedades rurais e rurbanas, parecem confirmar a suposição levantada no parágrafo anterior.

Juntas, estas constatações parecem assegurar que o nosso informante, embora em um domínio público de fala, muda seu estilo lingüístico e apresenta traços vernaculares de sua comunidade rural.

4.3 A FALA PRIVADA

Terceira Hipótese

- ✓ Considerando a origem social do informante, sua fala privada apresentará a) traços vernaculares próprios da variedade rural do português e b) características de criouliização prévia do seu dialeto.

Analisaremos nesta seção o desempenho lingüístico de Roberto Potássio em duas situações de fala privada. Conforme vimos anteriormente, os primeiros dados são fruto de uma entrevista de 30 minutos com pesquisadores, antropólogos e sociólogos, que faziam levantamento de dados para a formulação do laudo técnico da comunidade de São Miguel dos Pretos. A gravação da entrevista com Roberto Potássio em 2001 tinha como objetivo a obtenção de informações sobre o passado sócio-histórico da comunidade, não obedecendo portanto aos padrões de uma entrevista sociolingüística. É importante salientar que temos consciência das limitações de uma entrevista para a captação do vernáculo do entrevistado, mesmo quando esta segue os parâmetros de uma pesquisa sociolingüística. Contudo, acreditamos que devido ao fato de os pesquisadores já conhecerem o entrevistado, serem do seu mesmo grupo étnico e conduzirem a entrevista da forma mais relaxada possível, o nível de fala obtido é o distenso.

A segunda entrevista também teve a duração de 30 minutos, porém foi realizada obedecendo aos moldes de uma entrevista sociolingüística conforme as sugestões de Labov para a obtenção da fala mais vernácula do entrevistado. A entrevista foi realizada durante a primeira conferência de remanescentes de quilombos do Rio Grande do Sul em novembro de 2003.

Acreditamos que, não estando exposto à pressão da formalidade exigida por sua posição de líder da comunidade, a fala de R. P., ao assumir sua identidade de membro da comunidade quilombola, apresentará traços vernaculares próprios da variedade rural do português e características de criouliização prévia do seu dialeto. A fim de testarmos nossas suposições, analisaremos os níveis de concordância verbal e nominal e fenômenos fonéticos e fonológicos nas duas situações de fala privada.

4.3.1 Desinência Número-Pessoal do Verbo

Ao contrário da variedade urbana culta do português, que segundo Pontes (1972) possui um sistema flexional com quatro pessoas distintas, a variedade rural caracteriza-se pela predominância de apenas duas pessoas flexionais: em primeiro lugar, a pessoa marcada, que se refere ao próprio falante, e em segundo lugar a pessoa não-marcada, que se refere às demais pessoas do discurso, ao falante não-exclusivo.

O sistema de flexão número-pessoal observado na fala de Roberto Potássio é, de forma geral, o mesmo utilizado pelos falantes de variedades urbanas, portanto divergindo da variedade rural. O nível de aplicação da regra de concordância sujeito-verbo na fala privada do nosso informante nos dois eventos, referente à p4, é apresentado no gráfico abaixo ao lado do nível de concordância de outras variedades ao longo do *continuum* dialetal.

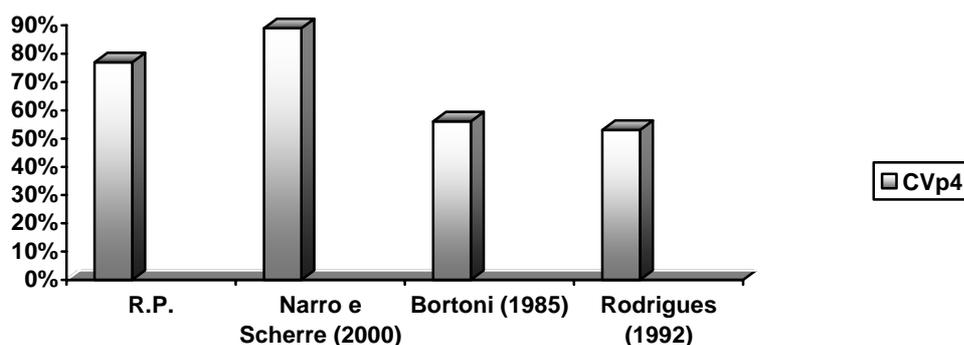


Gráfico 3 – Índices de realização de concordância verbal para p4 na fala privada de R.P.

O gráfico acima demonstra que o nível de concordância verbal de R. P. em relação à primeira pessoa do plural, aproxima-se dos dados encontrados em comunidades urbanas com falantes escolarizados (NARO e SCHERRE, 2003).

Apresentamos no gráfico 4 os índices de realização da DNp6 na fala de R.P em comparação com os percentuais obtidos em outras comunidades ao longo do *continuum* dialetal brasileiro.

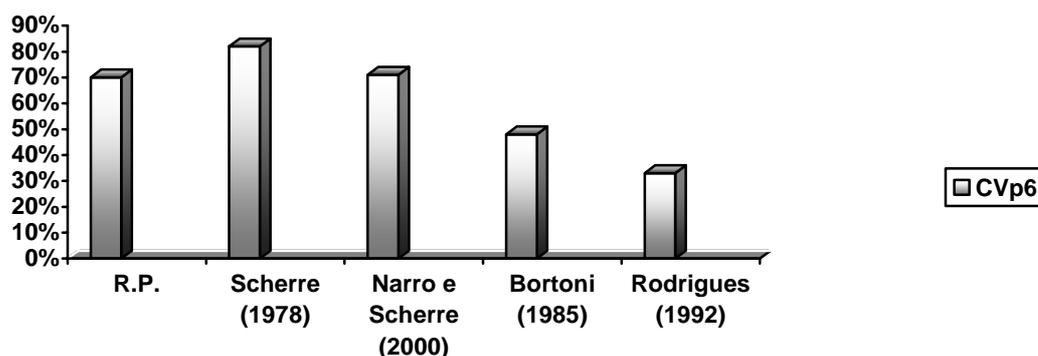


Gráfico 4 – Índices de realização de concordância verbal para p6 na fala privada de R.P.

Os dados apresentados no gráfico 4 sustentam a verificação de que os resultados da concordância verbal na fala privada de Roberto Potássio são divergentes dos percentuais de concordância de falantes da variedade rurbana (Bortoni 1985) e de falantes não-escolarizados de variedades urbanas (RODRIGUES 1992).

4.3.2 *Concordância Nominal de Número*

Há uma tendência generalizada ao longo do *continuum* dialetal brasileiro à marcação do plural nos elementos que antecedem o núcleo do SN, embora seja evidente que quanto menor for o grau de instrução dos membros da comunidade e quanto maior o seu grau de isolamento político e demográfico, tanto menor será o nível de concordância de número do SN. A pesquisadora Marta Scherre, que defende a hipótese de que os traços não-padrão do

português brasileiro têm origem no português europeu, demonstra em Scherre (1988), que a concordância de número no SN é favorecida por um elemento periférico do SN, preposto ao seu núcleo na primeira ou segunda posição linear do SN. Esta conclusão converge, de certa forma, com a hipótese, defendida por Guy (1981 e 1989), Baxter (1995), Holm (1987 e 1992) e outros pesquisadores, de que, em determinadas variedades do português, a regra de concordância de número no SN possa ter sido influenciada por línguas africanas (como as do grupo Kwa da África ocidental e as línguas banto do Congo e de Angola), que marcam o plural em elementos prepostos ao núcleo do SN.

No nosso trabalho, fazemos uma análise da concordância gramatical de número plural entre os elementos flexionáveis do sintagma nominal. Consideramos aplicada a regra de concordância nominal padrão quando todos os elementos flexionáveis do SN apresentaram marcas formais de plural e não-padrão quando pelos menos um de seus elementos flexionáveis não apresentou a marca formal de plural.

Devido a diferenças metodológicas na análise da aplicação da regra de concordância nominal de número no SN entre o nosso trabalho e de outros pesquisadores como Scherre (1978) e Guy (1978), não foi possível a comparação de nossos resultados com o de outras pesquisas.

Nas situações de fala privada de R. P., em 140 SNs registrados, 59 apresentaram concordância padrão de número plural em todos seus elementos flexionáveis. Dentre os 81 casos restantes, nos quais a concordância nominal padrão não ocorreu, 55 casos (68%), apresentaram marca de plural somente no primeiro elemento do SN. Citamos abaixo alguns exemplos:

... muitos texto pesado

... esses tipo de problema

... otas coisa

Estes números parecem apontar para um padrão de noção de pluralidade no SN; isso nos leva a pensar que a falta de concordância nominal padrão na fala de R.P. apresenta uma regularidade. Guy (1989) sugere que tal regularidade, encontrada ao longo do *continuum* dialetal brasileiro, pode representar resquícios de um sistema de marcação de plural no primeiro elemento de sintagmas nominais conforme ocorre em línguas africanas e em crioulos, como o da Jamaica e o de São Tomé.

4.3.3 *Concordância Nominal de Gênero*

Embora a concordância de gênero não seja uma regra variável nos dialetos urbanos do português brasileiro, as demais variedades do *continuum* dialetal apresentam, em maior ou menor grau, variabilidade na aplicação dessa regra.

Há relatos, em diversas comunidades de remanescentes de quilombo no território nacional, sobre a variação na regra de concordância de gênero. Entre essas comunidades encontra-se a comunidade de Mata Cavalos no estado de Mato Grosso, pesquisada por Vogt e Fry em 1985. Deste trabalho extraímos o seguinte exemplo: *uma irmã meu* (VOGT e FRY 1985:115). Exemplos similares são citados por Ribeiro (1997) nas seguintes comunidades: Calunga (Goiás): *coisa gostoso*; e Vale do Ribeira (estado de São Paulo): *de jent' istranhu*. Baxter & Lucchesi (1994) demonstram que a frequência de aplicação da regra de

concordância de gênero é de 95% na comunidade de Helvécia no estado da Bahia, ou seja, ainda há variação, principalmente entre os falantes mais velhos.

Todavia, casos de variação na regra de concordância de gênero foram detectados por Amaral (1976:70) e Rodrigues (1974:55) em outras comunidades rurais, não identificadas como afro-descendentes. Nina (1980) registra concordância de gênero, na microrregião de Bragantina no estado do Pará, de 80% entre seus informantes analfabetos. Ponte (1979) por sua vez registra percentuais de 96% de concordância de gênero entre informantes analfabetos e semi-escolarizados na periferia de Porto Alegre. Também há evidências do mesmo fenômeno em trabalhos que analisam a aquisição do português como L2 por indígenas, especificados em Mattos e Silva (1988:103-108) e em Emmerich (1992: 85-86).

Em todos esses diferentes contextos são predominantes os exemplos de SNs com núcleos femininos seguidos por modificadores masculinos. Contudo, na situação de fala privada do líder da comunidade de São Miguel dos Pretos, não encontramos esta regra aplicada ao núcleo do SNs, mas na relação entre o sujeito e seu predicado, conforme os seguintes exemplos:

Têm algumas qui são tímido

Essa fica situado...

Baxter e Lucchesi (1994), baseados na análise das variáveis extralingüísticas, faixa etária, sexo e período de residência fora da comunidade, concluem que a regra variável de concordância de gênero representa o final de um processo de mudança que leva a comunidade

de Helvécia à assimilação da regra padrão de concordância de gênero. Essa mudança tem sido liderada por homens, entre 20 e 40 anos, que viveram fora da comunidade por algum tempo.

Embora esta questão escape aos limites do presente trabalho, julgamos importante apresentar a nossa especulação sobre este fenômeno nesta comunidade quilombola. Considerando a faixa etária de nosso informante e a trajetória político-social que lhe possibilitou o contato com falantes da variedade culta do português, poderíamos especular que a variação da regra de concordância de gênero deva ser muito mais significativa na fala dos membros mais velhos da comunidade, que não tiveram contato tão intenso com falantes de variedades nas quais a concordância de gênero não se caracteriza como uma regra variável.

Até este ponto de nossa análise desta seção, os resultados obtidos parecem não apontar para o favorecimento de nossas hipóteses. Os dados sobre concordância verbal, apesar de não convergirem aos percentuais de falantes da variedade culta do PB, divergem dos índices encontrados em comunidades rurais e urbanas, conforme vimos anteriormente. Devido às limitações expostas acima, não foi possível a comparação de nossos resultados de aplicação da regra de concordância nominal de número com trabalhos de outros pesquisadores. Em relação à concordância nominal de gênero, apesar de termos encontrado evidências de uma regra de concordância variável, os exemplos da fala de R.P. diferiram dos exemplos predominantes na maioria das comunidades onde este fenômeno foi encontrado.

Analisaremos na seqüência outros fenômenos presentes na fala privada de R.P. a fim de descobrir se os resultados são favoráveis a nossas hipóteses ou não.

4.3.4 *Determinantes e Referência Definida*

De forma geral, na variedade padrão do português a ausência de Determinante (Det) se dá frequentemente com sujeito genérico ou sujeito não-especificado quando o SN sujeito contiver um Nome comum. Contudo, vários dialetos rurais, de comunidades isoladas e não isoladas, apresentam vestígios de uma regra variável para o uso do determinante antes do sujeito determinado. Encontramos em Assis Veado (1982:37) alguns exemplos dessa variação na regra de marcação de referência definida: *água num veio aqui não; gato comeu carne*. De acordo com Baxter (1995:80) este fenômeno também é encontrado em crioulos de base portuguesa, em variedades L2 do português e em variedades L1 e L2 do português angolano.

Segundo Baxter, o espraiamento deste fenômeno entre as variedades acima citadas sugere que a variação no uso do artigo definido antes de sujeitos definidos é reflexo de um processo de transmissão irregular da língua portuguesa.

Na fala de Roberto Potássio, encontramos alguns exemplos de uso do artigo definido que confluem para os dados encontrados em comunidades que compartilham características sócio-históricas com a comunidade de origem do nosso informante. Citamos abaixo alguns destes exemplos:

... tinha um em abundância ai, * féu da terra.

* casca do curumio dá.

... pra mim e * minha outra irmã.

4.3.5 Fenômenos Fonéticos

Encontramos na fala informal de Roberto Potássio casos de rotacismo (troca de *l* por *r*), um fenômeno fonético que fez parte da formação e evolução da língua portuguesa. Este fenômeno já foi observado em outras comunidades de afro-descendentes e também aparece largamente difundido na variedade rural do português (BAXTER, 1985:59). Este fenômeno tem sido alvo de estigmatização por parte de falantes da variedade urbana e culta do português. Na seqüência, mostramos alguns exemplos deste fenômeno fonético, extraídos da fala informal de Roberto Potássio nas duas situações em questão nesta seção.

quarquê por qualquer

arguma por alguma

paper por papel

borso por bolso

farta por falta

Outra mudança fonética encontrada na fala de R.P. consiste na transposição de fonemas dentro do vocábulo, conforme mostramos nos exemplos abaixo. Este fenômeno foi observado em várias comunidades isoladas como a de Helvécia pesquisada por Ferreira (1985), João Ramalho descrita em Spera e Ribeiro (1989); contudo, segundo Bortoni (1985:64) a metátese também é bastante produtiva nas variedades rurais.

percisa por precisa

pruque por porque

predeu por perdeu

Também podemos identificar na fala privada de Roberto Potássio outras características fonéticas encontradas em outros dialetos rurais, entre eles o da comunidade isolada de Helvécia.

A vocalização da lateral palatal /ɥ/ para /y/.

fio por filho

burraio por burralho

vasia por vasilha

Segundo Mendonça (1935:85-100) esta mudança fonética teria sido causada por africanos que impuseram as regras de sua L1 à sua língua alvo, o português.

Outro aspecto interessante detectado na fala privada do líder comunitário foi uma característica amplamente observada no aprendizado de L2 e processos de simplificação lingüística, a tendência ao padrão silábico canônico consoante-vogal. Esta característica é compartilhada com outros crioulos de base portuguesa como o português de Tonga em São Tomé.

Na fala privada de R.P. encontramos dois tipos de fenômenos fonéticos que indicam esta tendência ao padrão silábico consoante-vogal. Um destes fenômenos é conhecido como síncope e consiste na perda de um fonema medial do vocábulo, conforme demonstrado nos exemplos abaixo, extraídos da fala privada de R.P.

memo por mesmo
 poposta por proposta
 poblema por problema
 puque por porque

O outro fenômeno a que nos referimos acima é conhecido como apócope e consiste do desaparecimento de um fonema no final do vocábulo. Citamos os seguintes exemplos registrados na fala privada de nosso informante.

férti por fértil
 incriví por incrível
 assá por assar
 fazê por fazer

Acreditamos que os dados apresentados apontem para uma preferência pela estratégia de apagamento de consoantes para atingir o padrão silábico consoante-vogal.

4.3.6 Aspectos Sintáticos

4.3.6.1 Verbos seriais - De acordo com Holm (1988:183) são chamados de verbos seriais uma seqüência de dois ou mais verbos que têm o mesmo sujeito e não são unidos por conectivos como aconteceria em línguas européias. Estas construções verbais são comuns tanto nos crioulos do Atlântico quanto nas línguas Kwa. Há, basicamente, dois tipos de verbos seriais no português não-padrão: um é construído por uma série de verbos com significados

relacionados; o outro consiste em formas flexionadas dos verbos ir, pegar, chegar e virar, seguidos de um outro verbo flexionado.

Na fala privada de Roberto Potássio, encontramos exemplos de ambos os tipos. Citaremos abaixo algumas dessas ocorrências.

Seqüência de verbos com significados relacionados

Tem muito poco daquele i lá **buscá conquistá**.

.... qui hoji a genti **caminha tenta buscá**.

O segundo tipo de seqüência de verbos ocorre somente nos tempos presente, imperfeito e perfeito:

Presente

A genti *chega* *leva* a mão numa árvo.

O organismo *pega si* *contraí* i fica colado.

Pretérito Imperfeito

Aquele chá *ia saía* doce.

Pretérito Perfeito

Daí, *foi saiu* mais um, né.

Foi sofreu uma cirurgia.

4.3.6.2 Idiossincrasias - Durante a análise da fala privada de Roberto Potássio, observamos construções frasais peculiares, sobre as quais não encontramos referência em outros trabalhos sobre comunidades rurais isoladas ou não, nem tampouco em trabalhos relacionados a variedades urbanas.

Essas construções são orações que se iniciam com a partícula “que” significando na maioria das ocorrências “pois”, “porque” ou “uma vez que”.

Eu não tenho bem certeza, *que* eu não falei com o presidente, né.

Que o nosso jovem aqui na família ‘stá, ele ‘stá muito parado, né.

Qui a gente era pequeno, necessitava de alimentação...

Em algumas outras construções o significado da partícula “que” parece ser nulo ou aditivo, no sentido de continuidade do discurso.

Qui dá um paco que eu vô lá.

Que até se eles quisessem.....

Em outras orações, a partícula “que” assume o significado de conjunção condicional “se”.

Que tu planta um arroz, ele vem em paco.

Ao final desta subseção gostaríamos de ressaltar em primeiro lugar o número e a diversidade dos fenômenos lingüísticos observados na fala privada de R.P em apenas 60 minutos de gravação.

Conforme havíamos previsto anteriormente, os dados referentes à concordância nominal e verbal parecem, substancialmente, não favorecer a hipótese de que R.P. apresentaria traços vernaculares próprios da variedade rural do português e características de criouliização prévia de seu dialeto na sua fala privada.

Contudo, os traços fonéticos encontrados na fala de R.P. como a metátese, rotacismo e a vocalização da lateral palatal /y/, típicos da variedade rural, bem como os verbos seriais, segundo Holm (1988), comuns tanto nos crioulos do Atlântico quanto nas línguas Kwa e a tendência ao padrão silábico canônico consoante-vogal, também encontrada em crioulos de base portuguesa, obtido através da síncope e apócope, parecem contribuir fortemente ao favorecimento de nossa hipótese.

4.4 A FALA PÚBLICA E PRIVADA NA PERSPECTIVA LONGITUDINAL

Quarta Hipótese

- ✓ A comparação longitudinal de dados lingüísticos do informante apresentará traços de aquisição da variedade culta e da variedade padrão do português, dado o seu percurso social como líder da comunidade.

4.4.1 *Perífrase ir/poder/dever + estar + gerúndio*

Um dos traços que indicam aquisição de regras da variedade culta²⁵ do português é o uso que Roberto faz da perífrase *ir/poder/dever/começar + estar + gerúndio* para denotar a idéia de eventos futuros que não são passíveis de uma realização imediata. Trata-se de uma locução verbal supostamente nova no mercado lingüístico brasileiro. Segundo alguns gramáticos²⁶, esta locução verbal teria sido propagada por operadoras e operadores de *telemarketing* em todo o país. Os falantes da variedade culta do PB parecem ter aderido ao uso de tal locução verbal, embora esta novidade lingüística, aparentemente, não tenha se propagado entre os falantes de baixa escolaridade, como veremos adiante.

Na fala pública de R.P., em 2003, há oito ocorrências deste tipo de locução verbal. Nesta mesma época, também notamos que esta perífrase foi usada em sua fala privada, em cinco ocasiões diferentes. Contudo, não há registro deste tipo de construção em sua fala pública ou privada no ano de 2001. Analisando 20 horas de gravação de entrevistas realizadas para o laudo técnico da comunidade, percebemos que nenhum outro informante quilombola utiliza este tipo de construção. Porém, alguns dos pesquisadores fazem uso desta perífrase ao entrevistarem os membros da comunidade; também durante a cerimônia de abertura da ACVG, os professores da UFRGS utilizam reiteradas vezes esta estrutura.

Tais fatos levam-nos a crer que Roberto Potássio tenha incluído este traço da língua culta ao seu repertório lingüístico, justamente através do contato com falantes da variedade culta do português, os professores universitários e outros intelectuais e políticos com quem

²⁵ Na seqüência deste texto esta posição será justificada.

²⁶ Obtivemos esta informação no programa *Nossa Língua*, veiculado pela TV Cultura.

tem interagido. Citamos abaixo alguns exemplos deste tipo de locução verbal na fala pública e privada de R.P. nos eventos de 2003.

.... de nós *podermos tá aprofundando* mais a questão do negro....(fala pública)

.... nós *vamo tá avançando*... (fala pública)

..... *podê tá enxergando*... (fala privada)

Assim, ao que parece, o repertório lingüístico de R.P. se ampliou neste período e, da mesma forma, seus recursos lingüísticos para negociar diferentes identidades.

4.4.2 *Futuro do Presente do Indicativo*

O futuro do presente do indicativo é uma das formas verbais que foi considerada por Pontes (1972:93) uma “forma marginal”, típica da língua literária, aparecendo raramente na linguagem informal do cotidiano.

Na amostra de 2001, na situação de fala pública de R.P., não registramos a ocorrência de nenhuma forma de futuro do presente do indicativo. Todavia, sua fala pública em 2003 apresenta quatro orações construídas neste tempo verbal, citadas abaixo:

Essa conferência nos *dará*....

... que nenhum oto povo *terá*.

Porque certamente *acontecerá* com nós.

..., nos *dará* um embrião de

Considerando que nosso informante já possuía o hábito da leitura quando do seu pronunciamento em 2001, onde ele não usou esta forma, podemos supor que ele tenha tido um maior acesso à língua escrita padrão nos dois anos que separam as duas gravações. Não podemos esquecer que, no período entre as duas amostras, R. P. participou de várias conferências estaduais e nacionais, cenários não-pessoais, nos quais o uso da fala monitorada predomina. Acreditamos, portanto, que a sua relação com políticos no Congresso Nacional, pesquisadores e outros falantes da norma culta, discutindo artigos e leis constitucionais, tenha intensificado o seu contato com a norma padrão escrita do português e a variedade culta falada em situações de fala pública.

Conforme o esperado, ao analisarmos a fala privada de Roberto Potássio em 2001, não registramos nenhuma ocorrência desta construção verbal. Na sua fala privada em 2003, embora as evidências de que ele já dominasse o uso desta forma verbal, também não registramos nenhuma ocorrência. Esta constatação converge com a observação de Pontes de que esta forma é típica da língua literária e manifesta-se, na linguagem oral, com maior frequência na fala formal.

Também ressaltamos que a forma mais comum de construção do futuro na comunidade é a combinação da perífrase *ir + infinitivo não-marcado*, como em:

- a. Nós *vamu investi*.
- b. Então esse filho *vai buská, vai se informá* pra ele.

4.4.3 Pretérito do Subjuntivo

Nas situações de fala pública e privada de R.P. em 2003, computamos 10 ocorrências do pretérito do subjuntivo e nas amostras de 2001, apenas cinco ocorrências. Isso significa que em 2001 Roberto Potássio já usava esta forma verbal. O maior número de casos em 2003 pode estar simplesmente relacionado ao tamanho da amostra, pois, enquanto temos 50 minutos de gravação de Roberto em 2003, em 2001 temos apenas 37 minutos. Dentre as cinco ocorrências no pretérito do subjuntivo em 2001, duas apresentaram concordância padrão; em 2003, dentre as 10 ocorrências, cinco apresentaram concordância padrão. Desta forma, não podemos sugerir que este tenha sido um traço da variedade padrão adquirido por nosso informante.

4.4.4 Colocação Pronominal

Nas situações de fala pública e privada de 2001 há registro de apenas um caso de colocação pronominal enclítica, que acontece ao decorrer de sua fala privada. Durante seu discurso na solenidade de abertura da ACVG em 2001, R. P. não faz uso de colocação pronominal enclítica. Ao final de sua leitura, R.P. lê a frase abaixo sem identificar a ênclise presente em “*Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos certos de contar com sua colaboração*”, pois a profere da seguinte forma:

Sendo o que tínhamos para o momento subscrevemos nos certos de contar com sua colaboração.

Tal fato e a não utilização de ênclise no seu discurso livre aponta para a não familiaridade de nosso informante com esta forma extremamente elitizada no *continuum* dialetal brasileiro, que aparece com maior frequência somente na fala pública de falantes da variedade culta.

Contudo, durante o seu pronunciamento na conferência das comunidades de remanescentes de quilombos e na situação de fala privada em 2003, registramos a ocorrência de 11 casos de colocação pronominal enclítica. Citamos abaixo alguns exemplos destes casos:

Só não percebe que não qué vê-la.

Quero comprimentá-la também ...

... deveremos vencê-lo no argumento...

Dentre os 11 casos de colocação pronominal enclítica na fala pública de R.P., registramos apenas uma ocorrência na forma não-padrão, utilizada na sua fala pública durante a ratificação de seus companheiros quilombolas, conforme citamos a seguir:

Temos que í-los visitá ...

4.4.5 Imperativo

Mais uma vez lembramos Pontes (1972:93), que não cita o Imperativo no paradigma verbal devido ao seu desuso ao longo do *continuum* dialetal, não aparecendo no cotidiano da fala privada.

Nas situações de fala pública e privada de R.P em 2001, não há registros de casos de imperativo; contudo, durante a ratificação das autoridades presentes à CERQ em 2003, encontramos as seguintes orações imperativas:

“Idi a todo o mundo e pregai o evangelho!”

“Seja bom e salve o complacente com teu irmão!”

“Passa a ele tua sabedoria!”

A primeira delas, uma citação bíblica, é repetida duas vezes em seu discurso. As outras duas são usadas como tendo sido ditas originalmente por Deus e apenas reportadas durante sua fala. Neste trecho de sua fala, vemos nosso informante usar recursos da língua de forma criativa, deslocando construções lingüísticas desenhadas para um determinado contexto e inserindo-as em um contexto diferente. Esta atitude lingüística de R.P. ilustra o princípio do estilo iniciatório da teoria de *Audience Design* de Bell (1996). Ação esta, que é limitada pelas experiências lingüísticas do indivíduo no seu percurso de vida.

4.4.6 Processos de Formação de Palavras

R.P. apresenta na situação de fala pública de 2003 a construção de alguns neologismos utilizando o processo de sufixação conforme os exemplos abaixo.

precibilidade - no sentido de “necessidade”, formada a partir do verbo *precisar*.

assistenciação - no sentido de prestar ajuda, formada a partir do verbo *assistir*.

falquejamento - no sentido de lapidação intelectual, formada a partir do verbo *falquejar*.

Salientamos que estes processos de formação de palavras não estão presentes na sua fala pública de 2001; contudo poderíamos pensar que isso possa ter sido consequência do tamanho da amostra daquele evento.

De qualquer forma, o uso deste processo parece emergir da necessidade de utilizar termos lingüísticos que não compõem seu repertório, fazendo-o usar a sua criatividade para através da sufixação criar palavras que supram a necessidade de expressão de suas idéias no domínio público.

Embora não acreditemos que sua criatividade seja consequência de sua trajetória político-social nos últimos dois anos, acreditamos que o contato com falantes da variedade culta, em situações de fala pública, tenha lhe fornecido, nos momentos de *precibibilidade*, uma *assistênciação* no *falquejamento* de seu pronunciamento em domínios públicos.

Ao analisarmos os resultados expostos nesta seção, percebemos que R.P. faz uso de construções verbais e processos morfológicos que não estavam presentes na sua fala em 2001 em nenhum dos dois domínios de fala.

Contudo esta constatação não seria suficiente para supormos que nosso informante adquiriu marcas da variedade culta e da norma padrão devido à sua trajetória pessoal nos dois anos que dividem as duas amostras.

Entretanto, ao analisarmos de quais modos e tempos verbais ele se apropria neste percurso, como por exemplo o futuro de presente do indicativo e o passado do subjuntivo e o modo imperativo além da perífrase *ir/poder/dever/ + estar + gerúndio*, percebemos que mecanismos estão em jogo. Conforme vimos anteriormente, segundo Pontes (1972:93) algumas das formas adquiridas por R.P. são “formas marginais” na língua cotidiana e típica da língua literária, aparecendo raramente na fala privada. Este fato leva-nos a crer que seria plausível supor que estas formas tenham sido adquiridas por R.P. devido à sua exposição a documentos oficiais e situações de pronunciamento de políticos e intelectuais no domínio público.

Acrescentando a estas constatações o uso da colocação pronominal enclítica, presente apenas nos dados de 2003, e nossas observações sobre o processo de formação de palavras, utilizadas na sua fala pública no mesmo evento, acreditamos que, conforme havíamos suposto, a comparação longitudinal dos dados lingüísticos de R.P. apresente traços de aquisição da variedade culta e da variedade padrão do português, devido o seu percurso político-social no espaço temporal entre as duas amostras.

CONCLUSÃO

Nossa motivação inicial para a análise da fala de um indivíduo quilombola teve origem na constatação do negligenciamento das comunidades de remanescentes de quilombos nos trabalhos e pesquisas sociolingüísticas realizados no meio acadêmico na região sul do Brasil.

Tendo em mãos o *Relatório Histórico-Antropológico da Comunidade de São Miguel*, que nos propiciou o acesso a informações etno-lingüísticas de uma comunidade de remanescentes de quilombo, debruçamo-nos sobre a tarefa de analisar características lingüísticas dos indivíduos entrevistados pelos pesquisadores responsáveis pela realização do referido relatório.

Chamou-nos a atenção o desempenho lingüístico de um dos integrantes da comunidade que parecia apresentar variação estilística em sua fala, ora em relação aos seus interlocutores, ora em relação ao cenário de uso da linguagem.

A partir disto, decidimos investigar a variação estilística de Roberto Potássio, um dos líderes da comunidade de remanescentes de quilombo de São Miguel dos Pretos e atual presidente da Associação Comunitária Vovô Geraldo, nos domínios da fala pública e privada em dois momentos distintos, os eventos lingüísticos de 2001 e 2003.

No capítulo introdutório desta dissertação apresentamos as seguintes hipóteses que nortearam a nossa pesquisa:

- a) nas situações de fala pública, os níveis de concordância verbal do informante deverão aproximar-se aos resultados obtidos com falantes da variedade culta do português.
- b) mesmo em uma situação de fala pública, ao ratificar seus companheiros quilombolas, a fala de nosso informante realizará mudança estilística e apresentará traços vernaculares (processos fonológicos, níveis menores de concordância e léxico local ou idiossincrático) de sua comunidade.
- c) considerando a origem social do informante, sua fala privada apresentará a) traços vernaculares próprios da variedade rural do português e b) características de criouliização prévia do seu dialeto.
- d) a comparação longitudinal de dados lingüísticos do informante apresentará traços de aquisição da variedade culta e da variedade padrão do português, dado o seu percurso social como líder da comunidade.

Para darmos conta de um fenômeno tão complexo como o que nos propomos a estudar neste empreendimento científico, lançamos mão de diferentes abordagens teóricas, descritas na revisão da literatura (Cap. 2).

Após a descrição dos procedimentos metodológicos que nortearam a formação do *corpus* de nosso trabalho, a explicação sobre a coleta dos dados e o processo utilizado para a sua quantificação e análise, bem como a descrição de nosso informante e a sua comunidade de origem, no Capítulo 3, dedicamos o Capítulo 4 à análise dos resultados obtidos.

Retomaremos agora alguns dos resultados que consideramos mais significantes.

A análise da variação estilística de nosso informante baseou-se em dois grandes eixos: o de sua fala no domínio público e sua fala no domínio privado.

Na primeira seção da análise dos resultados, verificamos que a nossa primeira hipótese, a de que os níveis de concordância verbal do informante aproximar-se-iam dos índices observados em falantes da variedade culta do português, foi favorecida (seção 4.1).

Contudo, acreditamos que um dos dados mais significativos relativos a esta hipótese tenha sido a aproximação dos percentuais de 81% de concordância verbal da fala pública de R.P. para a DNp6, aos 86% de realização da mesma desinência na fala em domínio privado de informantes universitários pesquisados por Camacho (1993). Estes números, além de apontarem para a convergência de R.P. aos índices de concordância verbal da variedade culta do PB, também ilustram o axioma do estilo de Bell (1984:151). Portanto acreditamos que estes dados demonstrem que a variação estilística na fala do indivíduo reflita e seja derivada

da variação existente entre os indivíduos na dimensão social, podendo tornar-se difícil a distinção entre a fala casual de um falante da variedade culta e a fala monitorada de um indivíduo com poucos anos de instrução escolar.

Em relação a nossa segunda hipótese, a de que mesmo em uma situação de fala pública, ao ratificar seus companheiros quilombolas, a fala de R.P. apresentaria mudança estilística e traços vernaculares (processos fonológicos, níveis menores de concordância e léxico local ou idiossincrático) de sua comunidade, os resultados analisados apontaram para um favorecimento dos itens de nossa suposição, exceto o referente ao léxico local.

Pensamos que um dos pontos mais significativos para o favorecimento desta hipótese tenha sido a diferença dos níveis de concordância verbal entre o momento de ratificação dos quilombolas por R.P e o seu pronunciamento à platéia em geral. Os índices de concordância padrão no momento da ratificação dos quilombolas atingiram níveis baixíssimos, de apenas 20%, enquanto a concordância verbal padrão chegou a 53% na segunda situação. Aplicado o teste de qui-quadrado, esta diferença mostrou-se significativa, apresentando uma margem de erro de apenas 2%. A diferença entre estes percentuais demonstrou, segundo nosso ponto de vista, a variação de R.P. não só ao domínio do uso da linguagem, mas também em relação ao seu interlocutor ratificado.

Entre os outros fatores que contribuíram para a verificação de nossa segunda hipótese, citamos o apagamento de /s/ no final das palavras *mai* e *nói*, por serem fenômenos, segundo Bortoni (1985:54), de rara ocorrência nas variedades urbanas do *continuum* dialetal brasileiro, restringindo-se às variedades rurais e rurbanas.

Ainda em relação a este fenômeno fonológico, acreditamos importante salientar, novamente, que ele também foi registrado por Dionísio (1994) na fala de informantes analfabetos de uma comunidade negra semi-isolada no estado da Paraíba.

No que diz respeito ao segundo grande eixo da análise da variação estilística de nosso informante, a análise de sua fala em domínio privado, os resultados não favoreceram nossas hipóteses de forma direta.

A nossa terceira hipótese era de que, considerando a origem social de R.P., sua fala privada apresentaria a) traços próprios da variedade rural do português e b) características de criouliização prévia do seu dialeto.

Para a verificação de nossas suposições, optamos em um primeiro momento por comparar os níveis de concordância verbal e nominal deste domínio de fala a dados encontrados em outras comunidades rurais e urbanas, para verificarmos o posicionamento de R.P no *continuum* dialetal, acreditando que ele se aproximaria dos índices de concordância verbal e nominal encontrados em comunidades rurais ou urbanas. Contudo, os dados de aplicação da DNP de p4 e p6 afastaram-se dos índices obtidos em comunidades rurais e urbanas, mas não alcançaram os índices obtidos por falantes da variedade urbana culta.

Em relação à concordância nominal de número, devido a diferenças metodológicas na análise da aplicação da regra de concordância nominal de número no SN entre o nosso trabalho e de outros pesquisadores, não foi possível a comparação de nossos dados com resultados obtidos em outras variedades do *continuum* dialetal. Tais situações não contribuíram para a verificação de nossa terceira hipótese.

Porém, a diversidade dos fenômenos lingüísticos observados na fala privada de R.P., que justificou o trabalho analítico e enriqueceu o diálogo com outros trabalhos acadêmicos, compensou o fato de termos inviabilizada a verificação de nossas suposições, através da análise dos dados referentes à concordância nominal. Entre estes fenômenos, citamos alguns bastante produtivos nas variedades rurais, como o rotacismo e a vocalização da lateral palatal /y/.

Entre as características que parecem apontar para um processo de criouliização prévia de seu dialeto, está uma tendência ao padrão silábico canônico consoante-vogal, também encontrada em crioulos de base portuguesa, obtido através da síncope e apócope. Além deste fenômeno, destacamos a abundância no uso de verbos seriais que, segundo Holm, são comuns nos crioulos do Atlântico e nas línguas Kwa.

Na última parte da análise dos resultados, verificamos a movimentação estilística de R.P. entre os domínios públicos e privados, somando-se os dados das falas públicas de 2001 e 2003 e seguindo o mesmo procedimento para as situações de fala no domínio privado.

Supomos que esta comparação longitudinal de dados lingüísticos de R.P. apresentaria traços de aquisição da variedade culta e da variedade padrão do português, dado o seu percurso social como líder da comunidade.

Os dados mais significantes dessa análise foram os referentes às construções verbais que não apareceram na fala de R.P. em 2001, em nenhum dos dois domínios, e nem na fala de outros membros da comunidade em mais de 30 horas de gravação de entrevistas a que tivemos acesso. Trata-se da perífrase ir/poder/dever + estar + gerúndio, usada de forma

recorrente por R.P., não só durante o seu pronunciamento no domínio público, mas também na sua fala privada.

Além deste fenômeno também é interessante registrar o uso do futuro do presente do indicativo, uma forma considerada marginal por Pontes, típica da língua literária. Este tempo verbal aparece tanto na sua fala no domínio público quanto privado no ano de 2003, fenômeno que não ocorre nas situações de fala em 2001.

Estes e outros dados levaram-nos a julgar pertinentes as nossas suposições referentes à aquisição de traços da variedade culta e padrão do PB, no espaço temporal que separa as duas amostras.

Todavia, ressaltamos mais uma vez que a trajetória político-social de nosso informante possibilitou-lhe o trânsito em diferentes arenas do uso da linguagem, nas quais negociando diferentes faces identitárias, adquiriu o falquejo para seu trânsito nos diferentes cenários lingüísticos.

Por isso, quando falamos em aquisição de traços da variedade culta e padrão da língua no espaço temporal, compreendemos este espaço não só sob seu aspecto cronológico, mas também nas suas dimensões políticas e sociais que permitiram a este falante sua inclusão lingüística em diferentes domínios do uso da linguagem.

Limitações da pesquisa

- a) O fato de termos adotado uma análise não-atomística dos SNs não nos permitiu a comparação dos dados referentes à concordância nominal de número na fala de R.P., impossibilitando a verificação de alguns fenômenos que julgamos importante para uma melhor compreensão da sua variação estilística.
- b) Acreditamos que o registro da fala privada de R.P. poderia mostrar diferenças caso a primeira entrevista tivesse obedecido aos padrões de uma entrevista sociolingüística.
- c) Mesmo seguindo os parâmetros de uma entrevista sociolingüística acreditamos não ter caracterizado a fala vernacular propriamente dita de nosso informante, por não termos separado narrativa e não-narrativa.
- d) Devido às características desta pesquisa, analisamos vários aspectos lingüísticos da fala pública e privada de nosso informante, contudo não podemos tratar nenhum deles em profundidade.

Questões suscitadas pela pesquisa

- a) Durante a análise dos resultados, percebemos que há indícios de que as regras de concordância nominal de gênero possam ser variáveis na comunidade.

- b) O posicionamento de Roberto Potássio no *continuum* dialetal, considerando-se os percentuais de concordância nominal de número no sintagma nominal.
- c) Como se comportariam lingüisticamente os indivíduos mais velhos da comunidade e outros quilombolas sem instrução escolar no concernente à aplicação das regras de concordância nominal e verbal.
- d) Em vista dos dados obtidos na fala de R.P., como estariam os indivíduos mais jovens da comunidade, em relação à aquisição ou perda de marcas da variedade padrão do PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira: gramática, vocabulário*. São Paulo: HUCITEC. (1920), 3º ed., 1976.

AUSTIN, J. L. *Como hacer cosas con palabras*. Barcelona: Paidós, 1998.

BAXTER, Alan. *Creole-like traces in rural Brazilian Portuguese dialects*. Department of Spanish, La Trobe University, Bundoora. Australia, 1987.

_____. “A contribuição das comunidades afrobrasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do estado da Bahia”. In: ANDRADE, Ernesto d’ e KIHM, Alain (eds.). *Actas do colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri, pp. 7-35. 1992.

_____. “Transmissão geracional irregular na história do português brasileiro – divergências nas vertentes afro-brasileiras”. In: *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa, Associação das Universidades de Língua Portuguesa, dezembro 1995, (14):72-90.

_____. “Creole-like features in the verb system of an afro-brazilian variety portuguese”. In: SPEARS, A. & WINFORD, D. (eds.) *The structure and status of pidgins and creoles*. Amsterdam, John Benjamins, 1997, 265-88.

_____. Morfossintaxe. In: PERL, Mattias y SCHWEGLER, Armim. (eds.) *América negra: panorámica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas*. Lengua y Sociedad en el Mundo Hispánico. pp. 97-137. 1998.

BAXTER, Alan N. e LUCCHESI, Dante. “Un paso más hacia la definición del pasado criollo del dialecto afro-brasileño de Helvécia (Bahia)”. In: ZIMMERMANN, Klaus. 9 ed. *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 1999:119-141.

_____. “A relevância dos processos de pidginização e criouliização na formação da língua portuguesa no Brasil”. *Estudos Lingüísticos e literários*, 19:65-84. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística, 1997.

_____. “Processos de descrioulização no sistema verbal de um dialeto rural brasileiro”. In: PAPIA 2(2) pp. 59-71, 1993.

BELL, Allan. Language style as audience design. *Language in Society*. United States: Cambridge University Press, v.13, 145-204. 1984.

_____. “Back in style: reworking audience design”. In: RICKFORD, John R. and ECKERT, Penelope (eds.). *Style and variation*. Cambridge/New York: Cambridge University Press. 139-69. 2001.

BELL, A. & JOHNSON, G. *Towards a sociolinguistics of style*. In: University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics. Estados Unidos: University of Pennsylvania: v.4, pp.1-21. 1997.

BERTANI, Silvia Renata. “Análise fonológica do infinitivo na fala de Porto Alegre”. Porto Alegre, IL/UFRGS, 1996. [monografia não publicada]

BICKERTON, D. *Roots of language*. Ann Arbor, Karoma, 1981.

BLOM, J. P. e GUMPERZ, J.J. (1972) “O significado social da estrutura lingüística – alternância de códigos na Noruega” (trad. de GARCEZ, P. M. e ARAÚJO, J. P.). In: RIBEIRO, B. T. e GARCEZ, P. M. (Orgs.) *Sociolingüística Interacional*. São Paulo, Loyola, 2002, p. 45-84.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: *Ensaio de Lingüística Aplicada do Português*. Brasília, Thesaurus, p.79-101. 1981.

_____. Problemas de comunicação interdialetoal. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.78-79, p.9-32, jul-dez, 1984.

_____. *The urbanization of rural dialect speakers. A sociolinguistic study in Brazil*. Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

_____. A imigração rural-urbana no Brasil: uma análise sociolingüística. In: TARALLO, F. (org.). *Fotografias Sociolingüísticas*. Campinas, Pontes/Unicamp, 1989.

BRAGA, Maria Luiza. *A concordância de número no sintagma nominal no Triângulo Mineiro*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, Brasil. 1977.

BUTLER, Judith. Corpos que pensam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOPES LOURO, Guacira (org.) *O corpo educado*. Pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999: 151-172.

CAMACHO, R.G. Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado. São Paulo, Alfa, nº 37, 1993

CAMPBELL-KIBLER, Kathryn; PODESVA, Robert J. e ROBERTS, Sarah J. "Sharing resources and indexing meaning in the production of gay styles". Paper presented at First International Gender and Language Association Conference, Stanford, CA. 2000.

CARENO, Mary Francisca do. *A linguagem rural do Vale do Ribeira: a voz e a vez das comunidades negras*. Tese de doutorado, UNESP, Assis, São Paulo. 1992.

CLARK, H. (1996) *O uso da linguagem*. (trad. Nelson de Oliveira Azevedo e Pedro M. Garcez). Cadernos de Tradução, Instituto de Letras/UFRGS. Porto Alegre, nº 9, p. 49-71, jan-mar, 2000.

COUPLAND, Nikolas. The social differentiation of functional language use: A sociolinguistic investigation of travel agency talk. (PhD Dissertation) University of Wales Institute of Science and Technology. 1981.

_____. "Hark, hark the lark": Social motivations for phonological style-shifting. *Language and Communication* 5, 3: 153-72. 1985.

_____. Language, situation and the relational self: Theorising dialect-style in sociolinguistics. In: RICKFORD, John R. and ECKERT, Penelope (eds.), *Style and Variation*. Cambridge/New York: Cambridge University Press. 185-210. 2001.

CUNHA, Celso F. *Gramática da língua portuguesa*. RJ, MEC, FENAME, 1972.

DIONÍSIO, Ângela Paiva. "A postura interacional do narrador". In: *Trabalhos em lingüística aplicada*. Campinas, Unicamp, Jan-Jun, 1994, nº 23, p.11-28

ECKERT, Penelope. *Linguistic Variation as Social Practice*. Malden, MA/Oxford, UK: Blackwell. 2000.

ELIA, S. *A unidade lingüística do Brasil*. Rio de Janeiro, Padrão, 1979.

EMMERICH, C. *A língua de contato no Alto Xingu - Origem, forma função*. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 1984.

_____. "O português de contato no parque indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil Central" In: *Estudos* 13, 1992, p.57-90.

FERNANDES, Marisa. *Concordância nominal na região sul*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 1996.

FERREIRA, C. Silveira. "Remanescentes de um falar crioulo brasileiro". In: *Revista Lusitana*, Lisboa. Nova Série 5: 21-34. 1985.

FILLMORE, C. "Pragmatics and the description of discourse". In: COLE, P. (ed.). *Radical pragmatics*, pp.143-166. Nova York: Academic Press. 1981.

FISHMAN, Joshua A. et al. "Domains and the relationship between micro and macrosociolinguistics". In: GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. (ed.). *Directions in sociolinguistics*. New York: Holt, 1972.

_____. *The sociology of language*. Rowley: Newbury House. 1972.

FRY, P.; VOGT, C. A.; GNERRE, M. *Mafumbara e caxapura: na encruzilhada da identidade. Cadernos de estudos lingüísticos*. 6:11-128. Campinas: UNICAMP. 1984.

GILES, Howard. "Accent mobility: a model and some data". *Anthropological Linguistics* 15:87-105. 1973.

_____. "Accommodation theory: some new directions". *York Papers in Linguistics*. 9:105-136, 1980.

GILES, Howard & POWESLAND, Peter F. "Speech style and perceived status: some conceptual distinctions". *Speech style and social evaluation*. London, Academic Press. p.9-22. 1975.

GOFFMAN, Erving. Replies and responses. *Language in Society*, 5: 257-313. 1976.

GUY, G. R. *Linguistic variation in Brazilian Portuguese*. Tese de Doutorado. University of Pennsylvania. 1981.

_____. "On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese". In: *Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo. 1989.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* (trad. de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro:DP&A, 2001.

HOLM, J. "Creole influence on Popular Brazilian Portuguese". In: GILBERT, Glenn G. (ed.) *Pidgin and Creole Languages. Essays in Memory of John E. Reinecke*. Honolulu: University of Hawai Press, p. 406-429. 1987.

_____. *Pidgins and Creoles*. Vol.I: Theory and structure; Vol.II Reference survey. Cambridge: Cambridge University Press.(1989)

_____. "Popular Brazilian Portuguese: a Semi-Creole". In: d'ANDRADE, Ernesto e KIHM, Alain (orgs.). *Actas do Colóquio sobre "Crioulos de Base lexical Portuguesa"*. Lisboa: Colibri, p.37-66. 1992.

JEROSLOW, E. H. M. *Rural Cearense Portuguese: a study of one variety of nonstandard Brazilian speech*. Cornell University, PhD Dissertation. 1974.

KATO, Mary A. "Inversão da ordem SV em interrogativas no português: uma questão sintática ou estilística?" *DELTA* 3(2):243-252. 1987.

_____. *Word order change: the case of Brazilian Portuguese WH-questions*. Paper presented at the XI International Congress of Historical Linguistics, Los Angeles. 1993.

KIESLING, Scott Fabius. *Language gender and power in fraternity men's discourse*. Ph.D. Dissertation, Georgetown University, Washington. 1996.

LABOV, Willian. *The social motivation of a second change*. *Word*, 18, 1-42. 1963.

_____. *The social stratification of English in the New York city*. Washington, Center of Applied Linguistics. 1966.

_____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pensilvania Press, 1972.

LEMLE, Miriam. Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. *Tempo Brasileiro*, 53/54: 60-94. 1978.

LEMLE, M & NARO, A. J. *Competências Básicas do Português*, Rio de Janeiro, Mobral, 1977.

LEMOS MONTEIRO, José. Os pronomes pessoais no português do Brasil. Tese de Doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1991.

LOPES, C. *Nós e a gente no Português Falado Culto no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, UFRJ. 1993

LUCCHESI, Dante. A variação na concordância de gênero em dialetos despigginizantes e descrioulizantes do português do Brasil. In: ZIMMERMANN, Klaus. (org.) *Lenguas criollas de base lexical española y portuguesa*. Frankfurt am Main: Vervuert, 199:477-502. 1999.

MATTOS e SILVA, R.V. Fluxo e refluxo: uma retrospectiva da lingüística histórica no Brasil. *DELTA*, 4 (1), 1988, p.85-103.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Porto: Livraria Figueirinhas. 1935.

MENDOZA-DENTON, N. Chicana/Mexicana identity and linguistic variation: An ethnographic and sociolinguistic study of gang affiliation in an urban high school. PhD. Dissertation, Stanford University. 1997.

_____. Language and identity. In: CHAMBERS, J.K. & TRUDGILL, P. *The handbook of language variation and change*. Oxford: Blackwell. 2002. p.475-499.

MEYRHOF, Miriam. Communities of Practices. In, p.526-548.

MONARETTO, Valéria N. de Oliveira. *Um reestudo da vibrante: análise variacionista e fonológica*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUC-RS, 1997.

_____. O apagamento da vibrante posvocálica nas capitais do sul do Brasil: In: *Letras de Hoje*. Porto Alegre, n.119 (mar. 2000), p.275-284.

MONGUILHOTT, Isabel de Oliveira e Silva. *A consoante final /r/ em final de sílaba no Português falado em Santa Catarina*. II CELSUL, Florianópolis. 1997.

_____. Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural na fala dos florianopolitanos. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

NARO, Anthony J. "The social and structural dimensions of a syntactic change". *Language* 57 (1), pp.63-98. 1981.

NARO, Anthony J. & LEMLE, Miriam. Syntactic diffusion. *Ciência e cultura*, 29(3):259-268. 1977.

_____. "Syntactic diffusion" In: Papers from parasession on diachronic syntax. Chicago, Chicago Linguistics Society, 221-241. 1976

NARO, Anthony J. & SCHERRE, Maria M. P. "Sobre as origens do português popular do Brasil". DELTA. São Paulo, Educ, 9:437-454. 1993.

_____. Estabilidade e mudança em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M.C. e DUARTE, M.E.L. (org.) Mudança lingüística em tempo real. Rio de Janeiro, Contracapa livraria, 2003.

NASCIMENTO, M. Sobre a semântica da passiva. BH, FALÉ/UFMG, 1979 (Tese Mestrado).

NINA, Terezinha de J. C. Concordância nominal/verbal do analfabeto da micro-região de Bragantina. *Dissertação de Mestrado*. Pontifícia Universidade Católica, Rio Grande do Sul. 1980.

OMENA, N. P. "A referência variável na primeira pessoa do discurso plural". In: NARO, A. Relatório Final – FINEPE, Subsídios sociolingüísticos à educação, p. 286-318, 1986.

PONTE, Vanessa Maria Lobo. A concordância nominal de uma comunidade de Porto Alegre. *Dissertação de Mestrado*, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1979.

PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis, Vozes, 1972.

RIBEIRO, Heliana M. The genesis and development of vernacular Portuguese. Tese de Doutorado. City University of New York, 1997.

RICKFORD, John R. e Faye McNAIR-KNOX. Addressee and Topic-influenced style shift: A quantitative sociolinguistic study. In: BIBER, Douglas and FINEGAN, Edward (eds.), *Sociolinguistic Perspectives on Register*. New York/Oxford: Oxford University Press. 235-76. 1994.

ROBERTS, Ian e KATO, Mary A. (eds). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da UNICAMP. 1993.

RODRIGUES, A. Natal. *O dialeto caipira na região de Piracicaba*. São Paulo: Ática. 1974.

RODRIGUES, Angela C. S. *Língua e contexto sociolingüístico: concordância verbal no português popular de São Paulo*. Publicação do Curso de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa. Araraquara, UNESP-Campus de Araraquara, n.2, p.153-171, 1992.

SACKS, H., SCHEGLOFF, E. e JEFFERSON, G. "A simplest systematics for the organization of turn-taking for conversation". *Language*. v.50, n.4 p.696-735, 1974.

SCHERRE, Maria M. P. A Regra de Concordância de Número no Sintagma Nominal, PUC-RJ. Dissertação de Mestrado, 1978.

SCHILLING-ESTES, Natalie e WOLFRAM, Walt. "Alternative models of dialect death: Dissipation vs. Concentration". *Language* 75: 486-521, 1999.

SCHWEGLER, Armin. "Predication negation in contemporary Brazilian Portuguese: a linguistic change in progress". *Orbis* 34:187-214. 1991a.

_____. "Negation in Palenquero: synchrony". *Journal of Pidgin and Creole Languages* 6:165-214. 1991b.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes, 2000.

SPERA, Jeane Maria Sant'Ana e RIBEIRO, João Roberto I.. "O falar da comunidade negra de João Ramalho". *Alfa* 33:147-154. São Paulo. 1989.

TARALLO, Fernando. "On the alleged creole origin of Brazilian Portuguese: untargeted syntactic change". Paper presented at the *Creole Workshop*, LSA Institute, City University of New York. 1986.

_____. Turning different at the turn of the century: 19th century Brazilian Portuguese. In: GUY, Gregory, BAUGH, J. and SCHIFFRIN, D. (eds.). *Festschrift to William Labov*. 1992.

TARALLO, Fernando e KATO, Mary. "Harmonia trans-sistêmica: variação intra- e inter-lingüística". *Preedição*, Campinas, UNICAMP, n.5, p.1-41, 1989.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo, Martins Fontes, 1997.

THOMASON, S. Grey & KAUFMAN, T. *Language Contact, Creolization and Genetic Linguistics*. Berkeley: University of California Press. 1988.

VEADO, R. M. Assis. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte: UFMG/PROED. 1982

VOGT, C. e FRY, P. "Rios de Cristal: contos e desencontros de línguas africanas no Brasil". *Cadernos de Estudos Lingüísticos* 8, pp.109-128. 1985.

VOGT, C.; FRY, P. e GNERRE, M. Las lenguas secretas de Cafundó. *Punto de vista* 3(9):26-32. Buenos Aires. 1980.

VOTRE, Sebastião. *Variação fonológica no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUCRJ. Tese (Doutorado em Letras) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1978.

WOLFRAM, Walt. *A Sociolinguistic Description of Detroit Negro Speech*. Washington, DC: Center for Applied Linguistics. 1969.

ZILLES, Ana Maria Stahl. "A posposição do sujeito ao verbo no português falado no Rio Grande do Sul". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.35, n.1, p.75-96, mar. 2000.

_____. "Grammaticalization of 'a gente' in Brazilian Portuguese". In: JOHNSON, D. E. & SANCHES, T. (eds.) University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics (Papers from NWAV 30), v.8, n.3, p.297-310. 2002.

ANEXO

ANEXO A

Quadro sinóptico sobre índices de concordância verbal, nominal e uso de nós e “a gente” segundo as comunidades estudadas e a escolaridade do informante, nos artigos resenhados nesta dissertação.

Autor	UF	Comunidade	C. Verbal		C. Nom.		Uso “a gente” x nós	Escolaridade Informante*
			p4	p6	núm.	gên.		
Baxter (1991)	BA	isolada	51%			95%		A
Borba (1993)	PR	urbana					64%	E
Bortoni (1985)	DF	rurbana	56%	48%				A
Braga (1977)	MG	urbana			53%			C
Camacho (1993)	NURC	urbana		86%				E
Fernandes (1996)	SC	urbana			71%			C
Guy (1981)	RJ	urbana		44%	62%			A
Lopes (1970)	NURC (Rio de Jan., Porto Alegre e Salvador)	urbana					42%	E
Lopes (1999)	NURC (idem)	urbana					75%	E
Monteiro (1994)	NURC	urbana					38%	E
Monguilhott (2002)	SC	urbana		78% 81%				B D
Naro e Scherre (2000)	RJ	urbana		71% 95% 72%	91% 90%			B D E C D
Nina (1980)	PA	rural	89% 42%		91% 31%	80%		A
Omena (2000)	RJ	urbana					80% 69% 79%	B C D
Omena (1986)	RJ	urbana					73%	B
Ponte (1979)	RS	urb./periferia			28%	96%		B
Rodrigues (1992)	SP	urb./periferia	53%	33%				A
Scherre (1978)	RJ	urbana		82%	59%			B E
Seara (2000)	SC	urbana					72%	E
Zilles (2002) <i>corpora</i> 1970/1990	RS	urbana					56% (1970) 72% (1990)	D e E D e E

* As letras A, B, C, D e E indicam o tempo de escolaridade dos informantes:

A= sem escolaridade

B= 1 a 4 anos de escolaridade

C= 5 a 8

D= 9 a 11

E= 12 ou + anos de escolaridade